UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
UNIDADE EDUCACIONAL DE SANTANA DO IPANEMA - CAMPUS SERTÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

LISLAY CHRISTINA MELO RODRIGUES ALVES

O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO ABASTECIMENTO ALIMENTAR:

UM OLHAR A PARTIR DA FEIRA AGROECOLÓGICA EM OURO BRANCO, ALAGOAS

Santana do Ipanema

2021

LISLAY CHRISTINA MELO RODRIGUES ALVES

O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO ABASTECIMENTO ALIMENTAR:

UM OLHAR A PARTIR DA FEIRA AGROECOLÓGICA EM OURO BRANCO, ALAGOAS

Monografia apresentada para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso como requisito final de obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Campus Sertão, Unidade Acadêmica de Santana do Ipanema.

Orientador: Professor Dr. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa.

Santana do Ipanema

2021

Catalogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Santana do Ipanema
Responsável: Rafaela Lima de Araújo – CRB4/2058

A474i Alves, Lislay Christina Melo Rodrigues.
O impacto da pandemia de covid-19 no abastecimento alimentar: um olhar a partir da feira agroecológica em Ouro Branco, Alagoas / Lislay Christina Melo Rodrigues Alves. - 2021.

106 f.: il.

Orientador: Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de Ciências econômicas. Santana do Ipanema, 2021.

Bibliografia: f . 98 – 102.
Apêndice: f. 103 – 106.

1.Abastecimento de alimentos. 2. COVID-19. 3. Feira popular. 4. Ouro Branco, Alagoas. I. Título.

CDU: 330

FOLHA DE APROVAÇÃO

LISLAY CHRISTINA MELO RODRIGUES ALVES

O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO ABASTECIMENTO ALIMENTAR: UM OLHAR A PARTIR DA FEIRA AGROECOLÓGICA EM OURO BRANCO, ALAGOAS.

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus Sertão, Unidade Santana do Ipanema-AL.

Data da Aprovação: 14/09/2021

Prof. Dr. Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus Sertão – Unidade Santana do Ipanema
Orientador

Banca Examinadora:

Prof. Mestre Alcides José de Omena Neto
Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus Sertão – Unidade Santana do Ipanema
Examinador

Prof. Mestre Mauricio de Siqueira Silva
Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde
Examinador

DEDICATÓRIA

Dedico primeiramente a Deus, meu guia, protetor e autor do meu destino. A minha avó, Marinita Bertoldo (In Memorian), meu anjo protetor, que mesmo não estando presente fisicamente foi quem segurou a minha mão durante toda esta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu o dom da vida e me proporcionou saúde e sabedoria para enfrentar e superar todos os obstáculos, me conduziu a esta jornada e me concedeu forças para chegar até aqui.

A minha avó, Marinita Bertoldo (In Memorian), meu anjo da guarda, em quem eu me espelho todos os dias, que mesmo não estando presente fisicamente neste momento, foi quem sempre fez de tudo para me educar e me direcionar para o caminho que estou hoje, sempre me ensinando a trilhar o meu caminho e a nunca desistir dos meus sonhos.

A minha mãe, Cristiane, que nunca deixou de acreditar em meus sonhos, me incentivando e contribuindo para a realização desta conquista em minha vida, sempre aguentando meus momentos de estresse, apoiando os meus passos e respeitando as minhas escolhas.

Ao meu padrasto, Abílio, que sempre esteve disposto a me ajudar para a realização das minhas conquistas.

As minhas irmãs, Rawane, Rebeca e Ryana que são os amores da minha vida e que foram a minha fortaleza durante esta jornada. A elas eu dedico todas as minhas conquistas.

Ao meu esposo, melhor amigo e companheiro, Felipe Menezes, que com tanta paciência e amor me acalmou e me acolheu nos momentos de desespero, me incentivou a continuar trilhando este caminho e acreditou na minha capacidade de vencer os desafios desta jornada, sempre ao meu lado, não mediu esforço para que eu chegasse até esta etapa da minha vida.

A minha avó, Mércia Rodrigues, que sempre se alegrou com as minhas conquistas e acreditou na minha capacidade.

A toda a minha família, que sempre me acolheram com tanto amor.

Aos amigos que a faculdade me presenteou, Fagna, Guilherme e Isaura, por todas as experiências e ensinamentos, que juntos passamos por momentos de desespero, angústia, aprendizado e também de muitas felicidades. Em especial, a Fagna, que desde o começo foi quem me estendeu a mão, me apoiou e me ajudou nos momentos de desespero pré e pós provas e apresentações de seminários, por quem eu aprendi a ter muito apreço e carinho além da faculdade.

A todos os professores da nossa unidade Acadêmica pelos ensinamentos, em especial, ao meu professor e orientador Dr. Luciano Barbosa pelos excelentes ensinamentos, profissionalismo e por todo suporte concedido.

A todos meu MUITO OBRIGADA!

RESUMO

O presente estudo tem como intuito analisar, de forma exploratória, os possíveis impactos da Pandemia de Covid-19 no abastecimento alimentar do município de Ouro Branco - Alagoas. O estudo surgiu mediante a necessidade de entender os impactos da pandemia no abastecimento alimentar do município, tendo como enfoque a feira agroecológica uma vez que esta enfatiza a importância da integração entre os diversos agricultores da região, bem como, representa o fortalecimento econômico das famílias que vivem no campo e garantem a soberania alimentar para os habitantes da cidade e do campo. Esta pesquisa possui caráter exploratório, sendo utilizada para sua elaboração pesquisa bibliográfica, assim como foi realizado levantamento de dados do IBGE, entrevistas, aplicação de questionários online para os feirantes e consumidores desta feira e análise das informações obtidas através destes questionários. Esta análise permitiu identificar não somente alguns dos impactos da pandemia sobre a feira e os consumidores, bem como, permitiu evidenciar os diversos desafios e dificuldades que os mesmos têm enfrentado durante esta pandemia, além de evidenciar a importância da feira agroecológica para os feirantes e consumidores do município. Deste modo, com a pesquisa conclui-se que a pandemia de covid-19 ocasionou impactos tanto para os agricultores/feirantes, quanto para os consumidores da feira agroecológica, uma vez que, devido a suspensão das feiras, os agricultores/feirantes perderam a sua principal fonte de renda e comercialização, no qual tiveram que utilizar novas ferramentas para escoar a produção e, sobretudo, contando com um número bastante reduzido de consumidores. Não obstante, pode-se identificar que os consumidores também enfrentaram dificuldade para ter acesso aos produtos, tendo também que se adaptar a novas formas de comercialização.

Palavras-chave: COVID-19; comercialização de produtos alimentícios; feira agroecológica; segurança alimentar.

ABSTRACT

This study aims to analyze, in an exploratory manner, the possible impacts of the Covid-19 Pandemic on the food supply of the municipality of Ouro Branco - Alagoas. The study arose from the need to understand the impacts of the pandemic on the city's food supply, focusing on the agroecological fair as it emphasizes the importance of integration between the various farmers in the region, as well as representing the economic strengthening of families that they live in the countryside and guarantee food sovereignty for the inhabitants of the city and the countryside. This research has an exploratory character, being used for its elaboration bibliographical research, as well as a survey of data from the IBGE, interviews, application of online questionnaires for the fair traders and consumers of this fair and analysis of the information obtained through these questionnaires. This analysis allowed us to identify not only some of the impacts of the pandemic on the fair and consumers, as well as to highlight the various challenges and difficulties that they have faced during this pandemic, in addition to highlighting the importance of the agroecological fair for marketers and consumers of the municipality. Thus, with the research it is concluded that the covid-19 pandemic caused impacts both for farmers/marketers, as well as for the agroecological fair consumers, since, due to the suspension of the fairs, the farmers/marketers lost their main source of income and commercialization, in which they had to use new tools to transport production and, above all, counting on a very small number of consumers. However, it can be identified that consumers also faced difficulties in accessing the products, also having to adapt to new forms of marketing**.**

Keywords: Covid-19; food security; agroecological fair; marketing of food products.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Rendimento médio do trabalho efetivamente e habitualmente recebido por posição na ocupação – junho de 2020, Brasil 26

Tabela 2 Proporção e total de domicílios por faixa de renda – junho de 2020, Brasil. 27

Tabela 3 Produção Agrícola – Lavoura Temporária - Feijão, Milho e Mandioca (2011 - 2016), Ouro Branco - Alagoas 33

Tabela 4 Produção Agrícola - Lavoura Permanente (2011 - 2016), Ouro Branco - Alagoas. 36

Tabela 5 Pecuária – Bovino, Caprino, Equino, Galináceo, Galinhas, Ovino, Suíno (2014 - 2018), Ouro Branco - Alagoas 37

Tabela 6 Frequência à escola e nível de instrução, Ouro Branco - Alagoas, 2010. 40

Tabela 7 Situação de ocupação, Ouro Branco - Alagoas, 2010. 41

Tabela 8 Aposentados ou Pensionistas, Ouro Branco - Alagoas, 2010. 41

Tabela 9 Trabalho Infantil e Condição de Alfabetização, Ouro Branco - Alagoas, 2010. .. 42

Tabela 10 Rendimento Nominal Mensal, Ouro Branco - Alagoas, 2010. 42

Tabela 11 Programas de Transferência de Renda, Ouro Branco - Alagoas, 2010. 43

Tabela 12 Renda, Pobreza e Desigualdade, Ouro Branco - Alagoas, 2010. 44

Tabela 13 Indicadores de Habitação, Ouro Branco - Alagoas, 2010. 45

Tabela 14 Vulnerabilidade Social, Ouro Branco - Alagoas. 45

Tabela 15 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes (2000 - 2010), Ouro Branco - Alagoas 47

Tabela 16 Rendimento Real efetivo domiciliar per capita (2017-2018), no Brasil e no estado de Alagoas. 53

Tabela 17 Segurança Alimentar (2009 - 2013), no Brasil e no estado de Alagoas. 54

Tabela 18 Consumo Alimentar (2013), no Brasil e no estado de Alagoas. 55

Tabela 19 Ações e programas de enfrentamento a pobreza e insegurança alimentar, Ouro Branco - Alagoas, 2020 60

Tabela 20 Valores obtidos com a venda dos produtos agroecológicos pelos feirantes antes e depois da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021 69

Tabela 21 Comparação do local de residência dos consumidores que continuaram e que deixaram de consumir produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021 86

Tabela 22 Avaliação do preço praticado na Feira Agroecológica e Feira Convencional sob a ótica dos consumidores que deixaram de consumir produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021 89

Tabela 23 Comparação de mudança de renda dos feirantes que continuaram e dos que deixaram de consumir produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021 91

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Volume de Vendas do Comércio no período de maio (2019 - 2020), Brasil. 24

Gráfico 2 Taxa de Desocupação (2019 - 2020), Brasil. 25

Gráfico 3 Proporção de domicílio que receberam o auxílio emergencial por faixa de renda - maio e junho de 2020.....28

Gráfico 4 PIB per capita (2010 - 2017), Ouro Branco - Alagoas. 44

Gráfico 5 Taxa de Mortalidade Infantil (2006 - 2017), Ouro Branco - Alagoas. 46

Gráfico 6 Índice de Desenvolvimento Humano (1991 - 2010), Ouro Branco - Alagoas. 47

Gráfico 7 IFDM e Indicadores, Ouro Branco - Alagoas, 2016. 48

Gráfico 8 Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita (2012 – 2018), Brasil. 52

Gráfico 9 Nível de escolaridade dos consumidores da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021. 72

Gráfico 10 Ocupação dos consumidores da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021. 73

Gráfico 11 Composição de renda familiar dos consumidores da Feira Agroecológica, Ouro Branco - 2021 73

Gráfico 12 Tipo de feira que os consumidores frequentam a Feira Agroecológica atualmente, Ouro Branco - 2021 74

Gráfico 13 Nível de Escolaridade dos consumidores que continuaram consumindo produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021 75

Gráfico 14 Ocupação dos consumidores que continuaram consumindo produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021 76

Gráfico 15 Renda mensal dos consumidores que continuaram consumindo produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021 77

Gráfico 16 Produtos consumidos pelos consumidores que continuaram consumindo produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021 78

Gráfico 17 Avaliação dos consumidores que continuaram consumindo produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021 78

Gráfico 18 Avaliação de diferença de preço entre a Feira Agroecológica e Feira Convencional sob a ótica dos que continuaram consumindo produtos da Feira Agroecológica em relação ao preço dos produtos fornecidos pela feira, Ouro Branco - Alagoas, 2021 79

Gráfico 19 Classificação do preço dos produtos sob a ótica dos consumidores que continuaram consumindo produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021..... 80

Gráfico 20 Gasto médio por feira dos consumidores que continuaram consumindo produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021 80

Gráfico 21 Classificação da feira agroecológica sob a ótica dos consumidores que continuaram consumindo produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021..... 81

Gráfico 22 Mudança de renda dos consumidores que continuaram consumindo produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021 82

Gráfico 23 Avaliação de mudança de preço dos produtos sob a ótica dos consumidores que continuaram consumindo produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021 82

Gráfico 24 Nível de escolaridade dos consumidores que deixaram de frequentar a Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021 84

Gráfico 25 Ocupação dos consumidores que deixaram de frequentar a Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021..... 85

Gráfico 26 Nível de renda dos consumidores que deixaram de consumir produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021 86

Gráfico 27 Produtos Consumidos pelos consumidores que deixaram de consumir produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021.....87

Gráfico 28 Avaliação da Feira Agroecológica sob a ótica dos consumidores que deixaram de consumir produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021.. 88

Gráfico 29 Avaliação da diferença de preço entre a Feira Agroecológica e a Feira Convencional sob a ótica dos consumidores que deixaram de consumir produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021.....89

Gráfico 30 Avaliação da classificação dos preços sob a ótica dos consumidores que deixaram de consumir produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021 ..90

Gráfico 31 Gasto médio por feira dos consumidores que deixaram de consumir produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021.....90

Gráfico 32 Classificação da Feira Agroecológica sob a ótica dos consumidores que deixaram de consumir produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021 ..91

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Localização do município de Ouro Branco no Estado de Alagoas, Brasil, 2010. . 20

Figura 2 Feira Agroecológica no município de Ouro Branco - Alagoas, 2019..... 63

Figura 3 Hortas onde são cultivados os produtos da Feira Agroecológica do município de Ouro Branco - Alagoas, 2019 64

Figura 4 Produtos Comercializados na Feira Agroecológica do município de Ouro Branco - Alagoas, 2019. 65

Figura 5 Produtos Comercializados na Feira Agroecológica do município de Ouro Branco - Alagoas, 2019. 66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Políticas, Programas e Ações de Segurança Alimentar e Nutricional, Brasil, 2016. 56

Quadro 2 Produtos comercializados na Feira Agroecológica do município de Ouro Branco – Alagoas, 2019. 65

Quadro 3 Nível de Escolaridade, Ocupação e Renda dos feirantes da Feira Agroecológica do município de Ouro Branco – Alagoas, 2020 68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRANDH	Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos
ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
CONSAD	Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DHAA	Direito Humano à Alimentação
FBSAN	Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
IA	Insegurança Alimentar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBA	Programa Banco de Alimentos
PBF	Programa Bolsa Família
PCC	Programa de Cozinhas Comunitárias
PIB	Produto Interno Bruto
PMC	Pesquisa Mensal de Comércio
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição

PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNUD	Programa das Nações Unidas
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRP	Programa Restaurante Popular
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SIS	Síntese de Indicadores Sociais
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 18

1.1 Procedimentos Metodológicos 19

1.2 Estrutura do trabalho 22

2 O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO ABASTECIMENTO ALIMENTAR NO BRASIL 23

2.1 Impactos da pandemia de Covid-19 na economia brasileira: comércio, emprego e renda. 23

2.2 Impactos da pandemia de Covid-19 no abastecimento alimentar no Brasil 29

3 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO – ALAGOAS 32

3.1 Produção Agrícola 32

3.1.1 Lavoura Temporária 32

3.1.2 Lavoura Permanente 35

3.2 Pecuária 36

4 CARACTERIZAÇÃO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NO MUNICÍPIO 40

5 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL E NO ESTADO DE ALAGOAS 50

5.1 Segurança Alimentar e Nutricional no município de Ouro Branco, AL 58

6 CARACTERIZAÇÃO DA FEIRA AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO 61

6.1 Uma análise sob a perspectiva dos feirantes da Feira Agroecológica em Ouro Branco, Alagoas 67

6.2 Consumidores 71

6.2.1 Consumidores que continuaram consumindo os produtos da feira agroecológica durante a pandemia de Covid-19 74

6.2.2 Consumidores que deixaram de consumir os produtos da feira agroecológica durante a pandemia de Covid-19 83

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 94

REFERÊNCIAS 97

APÊNDICE A – Questionários feirantes 102

APÊNDICE B – Questionários consumidores 104

1 INTRODUÇÃO

A chegada do Covid-19 no mundo ocorreu de forma brutal, em poucos meses o vírus já estava se espalhando em todos os países, elevando as incertezas quanto aos métodos para lidar com a situação para evitar o rápido alastramento da doença e o número crescente de óbitos por ela causado, bem como, com as incertezas quanto as perspectivas econômicas que logo passaram a sofrer impactos significativos.

De acordo com Gruber (2020), o SARS-CoV-2 denominado como Coronavírus é designado como um vírus pertencente a família Coronaviridae que causam uma série de doenças no homem e nos animais, sobretudo no trato respiratório. A princípio, o coronavírus era considerado como uma grande família de vírus comuns em muitas espécies de animais, incluindo morcegos, gatos e gado, entretanto, recentemente, em dezembro de 2019, surgiu o primeiro caso oficial de um novo coronavírus, identificado em Wuhan, China, no qual, posteriormente foi disseminada e transmitida entre a população de todos os países.

Nos primeiros relatos do novo coronavírus acreditava-se na hipótese do vírus ter uma origem laboratorial, no entanto, após o surto que atingiu cerca de 50 pessoas na cidade de Wuhan, na China, foi constatado que a maioria dos pacientes que apresentavam sintomas de Covid-19 haviam sido expostas ao mercado Huanan, no qual comercializava frutos do mar e animais silvestres que eram frequentemente vendidos vivos ou até mesmo abatidos no local.

Os impactos do Covid-19 são gigantescos, sobretudo na saúde da população, visto que milhões de pessoas perderam suas vidas, entretanto, a pandemia vem produzindo repercussões não somente voltadas a ordem epidemiológica e biomédica em escala global, mas também tem gerado repercussões e impactos econômicos, sociais, culturais, políticos e históricos.

Contudo, é válido ressaltar que a pandemia de coronavírus vem provocando fortes abalos nos mercados globais, no qual vem paralisando as atividades econômicas no mundo todo, ocasionando impactos sobretudo na produção industrial, no comércio, no emprego e na renda da população, uma vez que as medidas adotadas pelos países com o intuito de conter a pandemia fizeram com que muitos países entrassem em recessão, pois boa parte da população mundial foi submetida a cumprir medidas de isolamento social, nos quais incluíram o fechamento do comércio e de escolas, bem como, a interrupção da produção industrial e o fechamento de fronteiras.

Não obstante, é de suma importância destacar que a pandemia pode ocasionar maiores impactos não somente a grupos de grande escala de produção e comercialização, como

a produção industrial e o comércio, mas, sobretudo a grupos de produção e comercialização de pequenas escalas, como os agricultores familiares e feirantes, que estão mais propensos a sofrer com estes impactos, uma vez que estes tiveram que lidar com a suspensão das feiras, sendo este possivelmente seu único canal de comercialização.

Contudo, é válido destacar que as feiras livres exercem uma importante função socioeconômica na vida dos feirantes e dos consumidores, uma vez que proporcionam um aumento de renda ao pequeno produtor, bem como, proporcionam o abastecimento alimentar com a oferta de produtos que são obtidos mediante práticas de manejo e cultivo que asseguram uma produção diversificada, que contam com conservação e utilização sustentável dos recursos naturais e materiais.

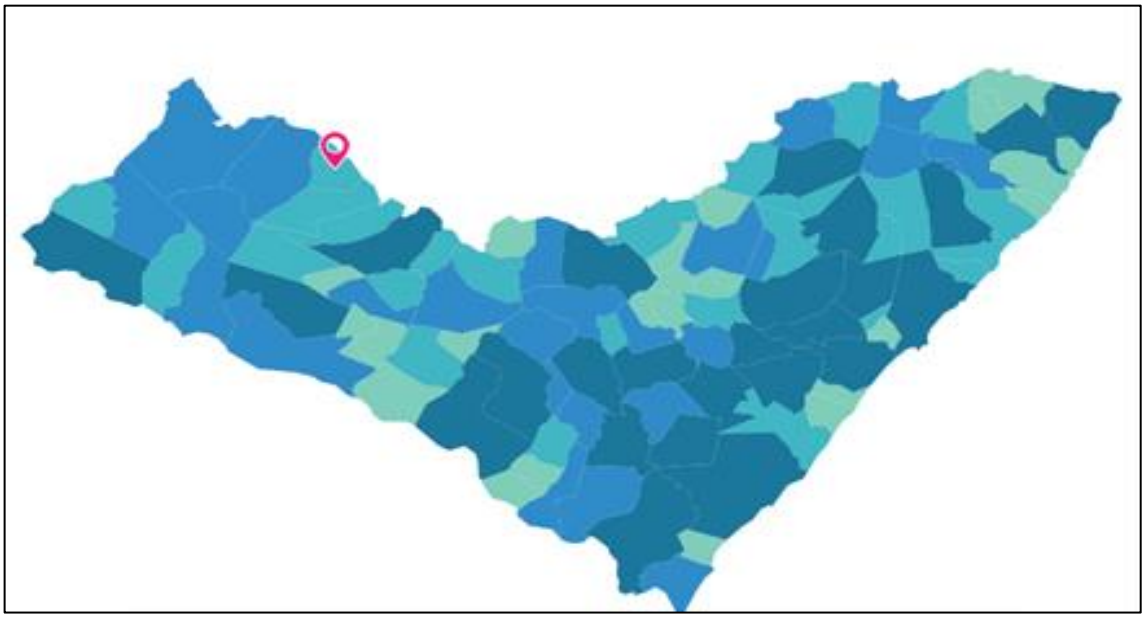
Logo, tendo em vista a importância da feira não somente para os feirantes, como também para os consumidores, destaca-se a importância de analisar os possíveis impactos da pandemia no abastecimento alimentar destes produtos, bem como, no acesso a estes produtos providos da feira, uma vez que este acesso está associado, diretamente, à regularidade da oferta, bem como, à disponibilidade de renda nas mãos dos consumidores e dos feirantes e aos preços praticados no mercado.

Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar, de forma exploratória, os impactos da Pandemia de COVID-19 sobre o abastecimento alimentar no município de Ouro Branco, Alagoas, tendo como objeto de estudo a Feira Agroecológica deste município.

1.1 Procedimentos Metodológicos

O presente estudo foi realizado no município de Ouro Branco situado no Estado de Alagoas, a 234km da capital, possui uma área de 205,4km² e uma densidade demográfica de 53,29ha/km², cuja população estimada, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), é de 10.912 habitantes, no qual 6.880 residem na zona urbana e 4.032 na zona rural.

Figura 1 – Localização do município de Ouro Branco no Estado de Alagoas, Brasil, 2010



Fonte: IBGE (2010).

Neste sentido, a presente pesquisa possui um caráter exploratório, no qual busca entender, de forma preliminar, os impactos da pandemia de Covid-19 sobre o abastecimento alimentar no município, tendo como enfoque a feira agroecológica uma vez que esta enfatiza a importância da integração entre os diversos agricultores do município, bem como, representa o fortalecimento econômico das famílias que vivem no campo e garantem a soberania alimentar para os habitantes da cidade e do campo e, sobretudo por se tratar de um grupo pequeno de agricultores que não dispõem de apoio municipal e que podem estar mais expostos e vulneráveis aos impactos da pandemia.

A primeira etapa foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o intuito de obter maior conhecimento sobre os impactos da pandemia no abastecimento alimentar no Brasil. Posteriormente, foi realizado um levantamento de dados do IBGE para a caracterização agrícola e pecuária, bem como, para a caracterização dos indicadores socioeconômicos no município.

Para a obtenção de informações sobre a Segurança Alimentar e Nutricional no município, foi realizado uma entrevista online com a assistente social do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) do município, Daniele Costa. Já para a caracterização da feira agroecológica, foi realizada também uma entrevista online com a Coordenadora da Asa municipal que também faz parte da feira agroecológica, Daniele da Silva.

No que concerne a avaliação dos possíveis impactos da pandemia em relação a oferta e demanda dos produtos, assim como na renda dos feirantes, foram aplicados aos feirantes questionários online (Google Forms) fechados, composto por questões objetivas, uma vez que devido a pandemia, a feira agroecológica foi suspensa, inviabilizando, assim, a aplicação de questionário de forma presencial. O questionário foi constituído por dois blocos, sendo o primeiro que compreende as questões sobre as características socioeconômicas das famílias que participam da feira e o segundo contempla as características da feira e as dificuldades enfrentadas durante a pandemia.

É válido destacar que a suspensão da feira gerou dificuldade na aplicação destes questionários, visto que parte destes feirantes possuem dificuldades em ter acesso a internet e residem na zona rural do município. Neste sentido, foi necessário contar com ajuda da coordenadora da Asa municipal e também feirante, Daniele da Silva, que também reside na zona rural e mantém contato com os demais feirantes, para realizar a aplicação destes questionários. No entanto, apesar dessa ajuda e tendo em vista estas dificuldades, foi necessário simplificar as questões e modificar alguns dos objetivos da pesquisa, já que muitas das questões aos quais gostaria de abordar nesta pesquisa ficaram em aberto e só seria esclarecido mediante entrevista individual com cada participante da feira para entender de forma mais abrangente os possíveis impactos e desafios ocasionados pela pandemia na vida destes feirantes.

Já para a avaliação das possíveis dificuldades na relação entre consumo, preço e disponibilidade de produtos, foram aplicados questionários online (Google Forms) aos consumidores, aos quais apenas 40 consumidores responderam. O questionário foi constituído por questões semiestruturadas, com perguntas objetivas, no qual continham perguntas abertas e fechadas. A princípio, o intuito era abranger um número maior de consumidores, no entanto, devido a suspensão da feira, o número de consumidores passou a ser reduzido e, consequentemente, diminuiu o número de questionários a serem aplicados.

Não obstante, é válido ressaltar que a suspensão da feira também gerou muitas dificuldades na aplicação dos questionários para os consumidores, visto que embora as questões tenham sido elaboradas de forma clara e concisa, muitos dos consumidores apresentaram dificuldades na hora de responder, o que dificultou a análise dos resultados. Além disso, é válido destacar que de acordo com os feirantes, muitos dos consumidores não possuem acesso as redes sociais, o que dificultou ainda mais a aplicação destes questionários

para este público-alvo, onde mais uma vez foi necessário contar com a ajuda e apoio da Daniele da Silva para filtrar estes consumidores e, assim, aplicar estes questionários.

Para análise e interpretação dos dados obtidos, foi realizado uma análise qualiquantitativa exploratória, com base em uma amostragem que: no caso dos feirantes agroecológicos se constitui na população censitária, enquanto que para os consumidores se refere aos clientes da feira que responderam de forma espontânea ao questionário (Google forms) enviado pelo aplicativo WhatsApp. As entrevistas com a assistente social e com a coordenadora da Asa municipal do ocorreram no período de 10 de julho a 9 de setembro de 2021. Já os questionários dos feirantes e dos consumidores foram aplicados no período de 19 de novembro de 2020 a 11 de janeiro de 2021.

Após a aplicação de questionário foi realizada a tabulação e posteriormente a análise dos resultados que serão apresentados e discutidos no Capítulo VI. Assim, os próximos Capítulos buscam realizar uma revisão de literatura, bem como apresentar o cenário agropecuário e de abastecimento alimentar no Brasil e em Alagoas.

1.2 Estrutura do trabalho

Finalmente, este trabalho está dividido em 7 capítulos, a contar desta introdução no qual aborda também sobre os procedimentos metodológicos utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa. O segundo capítulo apresenta os impactos do COVID-19 na economia brasileira, sobretudo, no abastecimento alimentar. O terceiro capítulo consiste na caracterização da produção agrícola e da pecuária no município de Ouro Branco, Alagoas. O quarto capítulo discorre sobre a caracterização dos indicadores socioeconômicos do município. O quinto capítulo discorre sobre a segurança alimentar e nutricional no Brasil, no estado de Alagoas e município. O sexto capítulo consiste na caracterização da feira agroecológica do município, bem como aos resultados e discussões da pesquisa. Por fim, o sétimo e último capítulo encerra com as considerações finais.

2 O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO ABASTECIMENTO ALIMENTAR NO BRASIL

A princípio, é importante salientar que os efeitos da pandemia ocorreram de forma intensa e rápida, trazendo com ela grandes riscos de uma crise aguda com consequências econômicas e sociais longevos, exigindo respostas rápidas e vigorosa dos governos. Desta forma, os governos passaram a implementar medidas restritivas com o intuito de conter os efeitos da pandemia na saúde e na economia, uma destas medidas foi a paralisação das atividades econômicas que surtiu efeitos, sobretudo, no comércio, emprego e renda, bem como na produção e comercialização de alimentos, evidenciando a importância da segurança alimentar no cenário atual.

2.1 Impactos da pandemia de Covid-19 na economia brasileira: comércio, emprego e renda.

A pandemia do novo coronavírus vem ocasionando vários desafios para a economia mundial, sobretudo, no comércio, emprego e renda. Os efeitos da pandemia refletem de forma direta no comércio, visto que devido a alta contaminação do vírus, Estados e municípios brasileiros decretaram o fechamento do comércio, permitindo apenas serviços essenciais para a população. Logo, muitos comércios enfrentaram e ainda enfrentam dificuldades em se manter, tendo que se adequar as medidas restritivas.

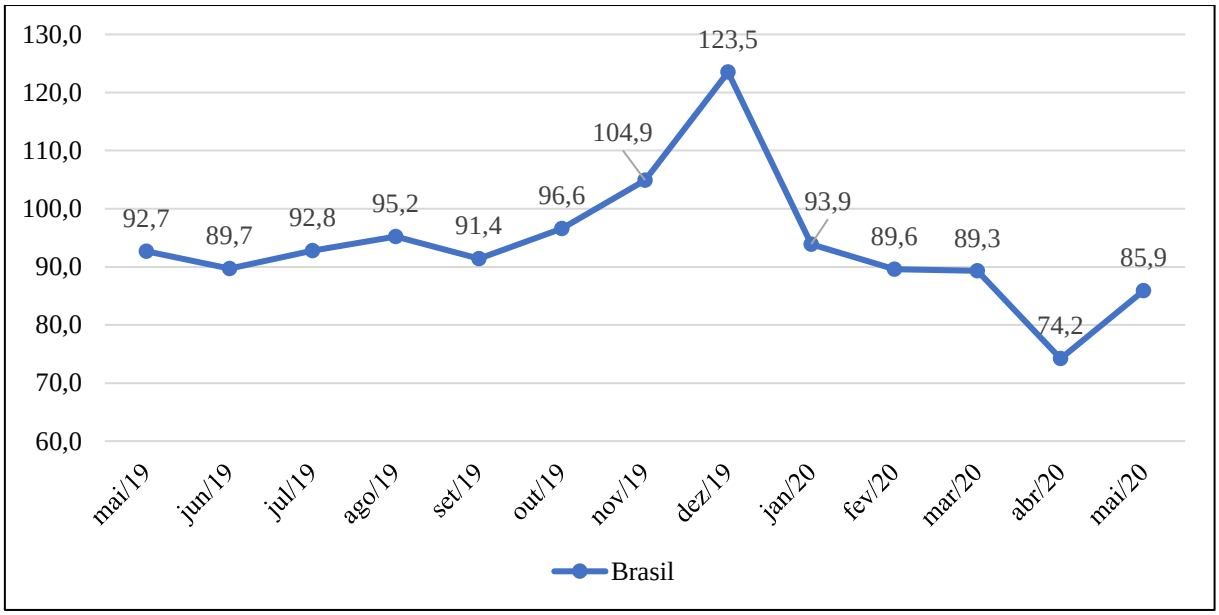
É sabido que muitos comércios tiveram que fechar as portas ou até mesmo suspender contratos de trabalho e reduzirem salários dos funcionários em troca da redução da jornada de trabalho, bem como, tiveram que escolher entre a demissão imediata dos funcionários ou o endividamento com as consequências incertas. Não obstante, além de tomar medidas drásticas quanto ao quadro de funcionários, muitos dos comércios tiveram que adaptar o funcionamento dos estabelecimentos de acordo com as necessidades dos clientes, alterando a forma de entrega, adotando trabalho domiciliar e home office, adotando medidas extras de higiene, etc.

De acordo com o IBGE mediante Pesquisa Mensal de Comércio - PMC (2020) na segunda quinzena de junho 62,4% das empresas em funcionamento reportaram que a pandemia surtiu efeito negativo sobre a empresa, bem como, 14,8% das empresas em funcionamento tiveram que reduzir o número de funcionários e 13,6% reportaram redução de mais que 50% do pessoal. Quanto as vendas ou serviços comercializados, 50,7% das empresas indicaram uma redução nas vendas e serviços, enquanto 43,1% indicaram dificuldade para fabricar produtos e

atender clientes. No que concerne ao acesso a fornecedores de insumos, matéria-prima ou mercadorias, 40,9% indicaram dificuldade no acesso.

Logo, à medida que os consumidores eram orientados a ficar em casa para não se expor ao coronavírus e conter a pandemia, o comércio tradicional teve suas receitas afetadas, uma vez que tiveram que se adaptar as medidas restritivas. De acordo com a PMC do IBGE (2020), com as medidas de isolamento social, o volume de vendas despencou, como mostra o gráfico abaixo

Gráfico 1 – Volume de Vendas do Comércio no período de maio (2019 - 2020), Brasil.



Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio - PMC (2020).

Conforme o gráfico acima, pode-se observar que do mês de dezembro de 2019 até janeiro de 2020 as vendas despencaram, mantendo-se constante entre o mês de fevereiro e o mês de março. Do mês de março até o mês de abril pode-se observar outra queda significativa nas vendas, tendo uma melhora apenas no mês consecutivo, onde o volume de vendas cresceu em 11,8%. Embora o volume de vendas tenha crescido, a alta foi insuficiente para o setor recuperar as perdas de março e abril que foram significativas.

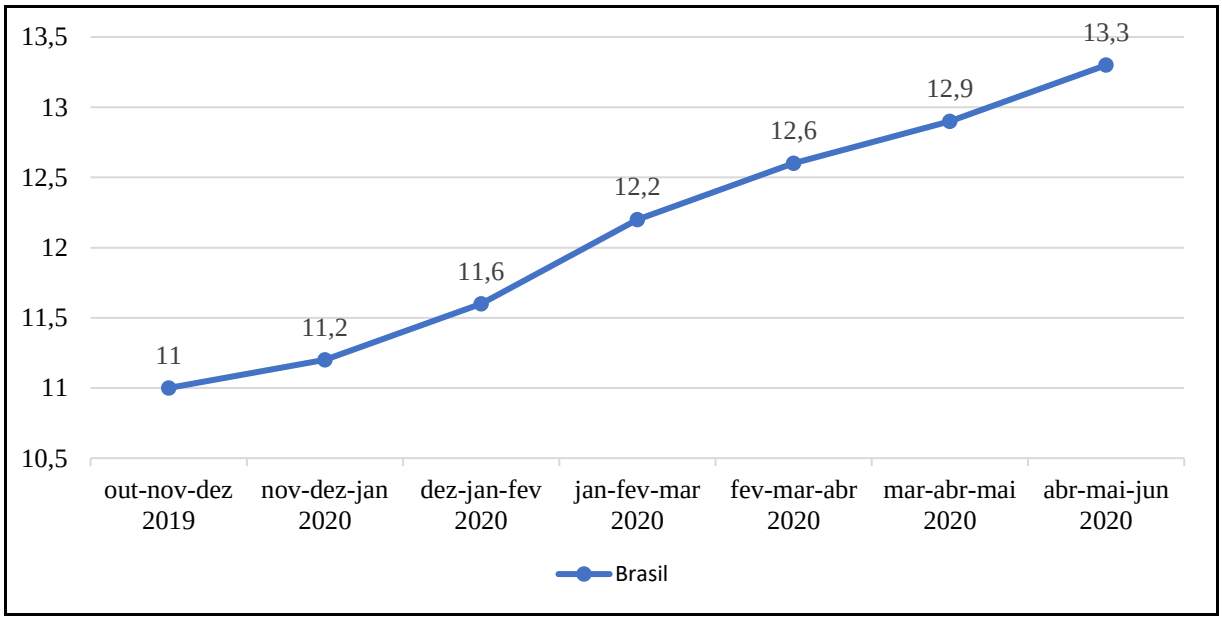
Deste modo, é importante ressaltar que os efeitos da pandemia no comércio tendem a ocasionar consequências para o mercado de trabalho, tanto com a perda de emprego e renda, como com a introdução massiva do trabalho remoto ou até mesmo com a exposição a situação de risco.

No Brasil, o avanço do novo coronavírus vem ocasionando efeitos indesejáveis na economia, sobretudo no mercado de trabalho, visto que as medidas de distanciamento social

que foram impostas com o intuito de limitar o avanço da doença fizeram com que o nível de desemprego no país voltasse a crescer.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua do IBGE (2020), no primeiro trimestre móvel referente aos meses de março a maio de 2020 a taxa de desocupação foi estimada em 12,9%, isto é, aproximadamente cerca de 12,9 milhões de pessoas desocupadas no Brasil, já no segundo trimestre a taxa de desocupação cresceu para 13,3, como podemos observar no gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Taxa de Desocupação (2019 - 2020), Brasil.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD (2020).

Conforme o gráfico acima, pode-se observar que a taxa de desocupação no último trimestre de 2019 era equivalente 11,0, no entanto, a partir do primeiro trimestre de 2020 a taxa de desocupação passou a crescer e atingiu 13,3, sendo considerada a maior taxa desde o ano de 2017.

Esse aumento do desemprego, tende a ocasionar impactos nas vagas de empregos tanto formais quanto informais, bem como, no número de desalentados que passam a desistir de buscar trabalho tanto pelos riscos da pandemia a saúde, quanto pelo fato de ter perdido as esperanças diante deste cenário. De acordo com os dados do IBGE (2020), no mês de julho o número de pessoas que não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade chegou a 18,5 milhões.

Desta maneira, é sabido que mediante os efeitos da pandemia, os trabalhadores informais tendem a estar mais vulneráveis as medidas restritivas adotadas, uma vez que devido

ao isolamento social, muitos dos trabalhadores estão propensos a abandonar seus postos e veem seu público sumir, prejudicando, assim, as vendas e suas rendas. Além disso, as restrições de mobilidade contribuem para a redução de busca de trabalho para pessoas com menor instrução, uma vez que devido a pandemia muitas empresas passaram a utilizar ferramentas online, o que de certa forma exige um maior grau de instrução.

Diante deste cenário, é nítido que além dos impactos no desemprego, os trabalhadores estão propensos a sofrerem os efeitos da pandemia em suas rendas, sobretudo, os trabalhadores que tiveram suas atividades quase paralisadas devido às medidas que foram decretadas para conter a disseminação do novo coronavírus, no entanto, o Governo Federal com o intuito de conter os impactos da pandemia, concedeu o Auxílio Emergencial para trabalhadores informais e de baixa renda, microempreendedores individuais e também para contribuintes do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, o que fez com que os impactos na renda não fossem tão significativos.

De acordo com Carvalho (2020), os rendimentos médios da população no mês de junho correspondiam a 83,1% da renda habitual, onde os trabalhadores formais do setor privado receberam 91,6%, os trabalhadores informais do setor privado 79,1%, enquanto os militares e estatutário foram os menos prejudicados, visto que receberam 97,6%, seguido dos trabalhadores do setor público que receberam 93,1%, como podemos observar na tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Rendimento médio do trabalho efetivamente e habitualmente recebido por posição na ocupação – junho de 2020, Brasil.

	Rendimento efetivo do Trabalho (1)	**Rendimento habitual do Trabalho (2)**	**Razão dos rendimentos em junho (1/2)**	**Taxa crescimento de renda efetiva**
Brasil	1938,76	2331,70	83,1	2,5
Privado Formal	2053,64	2243,15	91,6	1,2
Privado Informal	1296,27	1639,22	79,1	-3,8
Militar/Estatutário	4000,58	4097,39	97,6	1,5
Público CLT	3410,62	3549,44	96,1	4,0
Público Informal	1908,73	2050,54	93,1	0,3
Empregador	4269,25	6054,66	70,5	5,1
Conta-própria	1163,58	1834,48	63,4	6,9

Fonte: Carvalho (2020)
Nota: Elaborado pelo Grupo de Conjuntura da Dimac / IPEA com base nos dados da PNAD Covid-19/IBGE (2020).

Conforme os dados da tabela, onde são apresentadas as diferenças entre os rendimentos médio efetivo e habitualmente recebidos por posição na ocupação, pode-se observar que os

trabalhadores informais são os mais atingidos pela pandemia, uma vez que receberam apenas 63,4% da renda habitual, bem como, os empregadores que também receberam cerca de 70,5% do habitual. Em vista disso, pode-se constatar que os trabalhadores mais atingidos pela pandemia consistem nos trabalhadores presentes nos setores de serviços que apresentam um alto grau de informalidade e que, sobretudo, dependem em maior escala da circulação de pessoas.

Diante deste cenário, é importante ressaltar que muitas famílias sobrevivem de outras fontes de renda que não correspondem ao trabalho formal ou informal, bem como, existem muitas famílias que não provém de nenhum tipo de renda, como demonstra a tabela 2.

Tabela 2 – Proporção e total de domicílios por faixa de renda – junho de 2020, Brasil.

	Sem renda	**Renda muito baixa**	**Renda baixa**	**Renda média-baixa**	**Renda média**	**Renda média-alta**	**Renda alta**
Renda trabalho efetiva (%)	31,91	28,63	10,99	13,76	9,61	3,73	1,38
Total de domicílios (unidade)	21787186	19547332	7501823	9396135	6558460	2544379	940015
Renda com outras fontes (%)	8,41	32,88	17,41	19,81	13,99	5,5	2,0
Total de domicílios (unidade)	5739097	22447987	11889076	13525781	9554435	3753612	1365343
Renda todas as fontes (com AE) (%)	1,84	25,49	23,44	25,44	16,09	5,69	2,01
Total de domicílios (unidade)	1254813	17405896	16006523	17371082	10988794	3877710	1370514

Fonte: Carvalho (2020)
Nota: Elaborado pelo Grupo de Conjuntura da Dimac / IPEA com base nos dados da PNAD Covid-19/IBGE (2020).

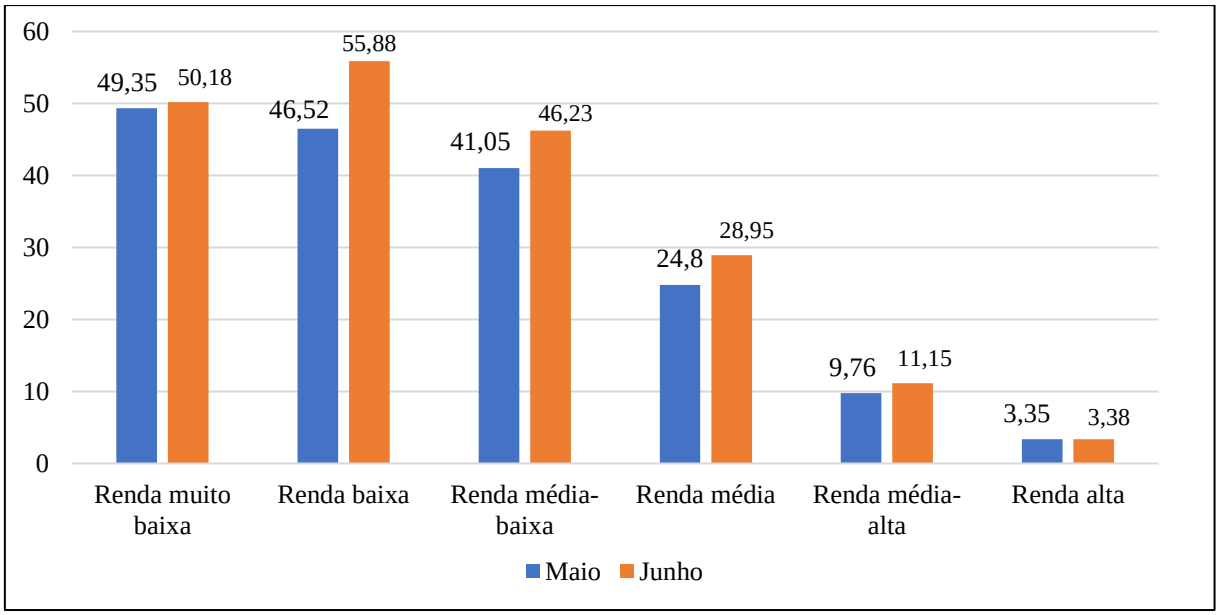
Em conformidade com os dados apresentados acima, no que concerne a renda de trabalho efetiva, cerca de 31,91% dos domicílios brasileiros não possuem renda, enquanto 28,63% possuem renda muito baixa, 10,99% renda baixa, 13,76% detém de uma renda média baixa e 9,61% de renda média, já no que se refere a renda média alta, apenas 3,73% da população se enquadram nessa renda e apenas 1,38% possuem renda alta.

Quanto a renda de outras fontes, como por exemplo, aposentadoria, pensão, programas sociais, mesada e rendimentos de aluguéis, foi possível constatar que 8,41% dos domicílios não possuem, já 32,88% possuem uma renda muito baixa, 17,41% refere-se a renda baixa, 19,81% renda média baixa, 13,99 renda média, 5,5% renda média alta e 2,0% renda alta.

Já aos que recebem de todas as fontes juntamente com o auxílio emergencial, 1,8% não possuem renda, 25,49% recebem renda muito baixa, 23,44% renda baixa, 25,44% renda média baixa, 16,09% renda média, 5,68¨% renda média alta e 2,01% renda alta.

Desta forma, pode-se observar os impactos da pandemia sob os rendimentos devido ao fato de que cerca de 32% dos domicílios não apresentaram nenhuma renda no trabalho, é importante ressaltar que de acordo com o PNAD Contínua, no primeiro trimestre de 2020 esse valor correspondia a de 23,4%. De acordo com Carvalho (2020), o aumento na renda habitual do trabalho é proveniente do Auxílio Emergencial, conforme mostra o gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3 – Proporção de domicílio que receberam o auxílio emergencial por faixa de renda – maio e junho de 2020, Brasil.



Fonte: Carvalho (2020)
Nota: Elaborado pelo Grupo de Conjuntura da Dimac/IPEA com base nos dados da PNAD Covid19/ IBGE (2020).

O gráfico acima faz uma comparação do mês de maio e junho dos domicílios que recebem o auxílio emergencial, logo, no que concerne a renda muito baixa, foi possível observar que esta passou de 49,35% no mês de maio para 50,18% no mês de junho, já aos que recebem renda baixa passou de 46,52% para 55,88%, de renda média baixa passou de 41,05% para 46,23%, enquanto aos que recebem renda média passou de 24,8% para 28,95%, por fim, os que recebem renda média alta passou de 9,76% para 11,15% e renda alta passou de 3,35% para 3,38%. Carvalho (2020) acrescenta que, 45,1% dos domicílios sem renda e 61% dos domicílios de renda muito baixa receberam o Auxílio Emergencial.

Ainda de acordo com Carvalho (2020), cerca de 35,9% das pessoas ocupadas tiveram rendimento menor do que o normalmente recebido, enquanto 2,8% tiveram um

rendimento maior e 61,3% não houveram alteração no rendimento, bem como, 43,0% dos domicílios receberam o auxílio emergencial.

De antemão, é importante salientar que as medidas do governo federal com o intuito de conter os impactos da pandemia na vida das famílias, foram cruciais para amenizar os efeitos na renda da população, no entanto, muitas famílias ainda seguem sem obter nenhum tipo de renda, vivendo em situação de vulnerabilidade, como podemos observar nas tabelas e nos gráficos acima.

Deste modo, é notório que os efeitos da pandemia de Covid-19 podem afetar de forma direta os mercados ao redor do mundo, sobretudo os mercados brasileiros. E, embora as medidas de restrições decretadas com o intuito de conter a pandemia sejam necessárias, não se pode negar as suas consequências na economia como um todo, visto que pode ocasionar a paralisação das atividades produtivas, a retração do comércio mundial, bem como, a retração na renda das famílias, impactando, sobretudo, a vida de famílias que já não possuem nenhum tipo de rendimento.

2.2 Impactos da pandemia de Covid-19 no abastecimento alimentar no Brasil

De antemão, é válido destacar que os impactos da pandemia de Covid-19 também tendem a surtir efeito no abastecimento alimentar, uma vez que diante das restrições impostas ao comércio, a produção e a comercialização de alimentos podem ser afetadas, já que muitos estabelecimentos se depararam com mudanças drásticas na comercialização de seus produtos, incluindo tanto os comércios varejistas, quanto os feirantes e os agricultores familiares.

De acordo com a Folha de São Paulo (2020), em conformidade com a Organização das Nações Unidas – ONU e a Organização Mundial do Comércio – OMC, a pandemia de Covid-19 pode ocasionar impactos significativos no comércio internacional e nas cadeias de abastecimento, trazendo risco de escassez de alimentos no abastecimento mundial. Este risco se dá devido as incertezas quanto a disponibilidade de alimentos que podem levar, de certa forma, a uma onda de restrições ao comércio.

Segundo Silva Filho e Gomes Júnior (2020, p. 01), “o acesso aos alimentos está associado diretamente à regularidade da oferta dos produtos alimentares, à disponibilidade de renda nas mãos das pessoas e aos preços praticados no mercado varejista. A esses três fatores somam-se informações, hábitos e práticas alimentares, este arranjo é que determina o que, quanto e quando comprar.” Em vista disso, é notório que diante desta crise e deste cenário de alto desemprego e baixa renda, embora o alimento seja fundamental na vida dos seres humanos,

sabe-se que em momentos como esse as famílias tendem a mudar seus hábitos alimentares e a até mesmo a diminuir o consumo.

De acordo o G1 em conformidade com dados da ONU (2020), mais de 50 milhões de pessoas podem cair para a extrema pobreza, sendo esta uma das consequências da crise econômica gerada pela Covid-19, o que faz com que estas pessoas estejam cada vez mais vulneráveis ao aumento de preços no setor alimentício que também pode resultar da pandemia, uma vez que quanto mais vulnerável a população, menor será o consumo das famílias.

Outra preocupação da pandemia sob o abastecimento alimentar concerne ao acesso da população aos alimentos, tendo em vista as limitações do comércio, visto que parte do comércio permanece funcionando, mas com medidas de segurança e diminuição de movimento.

Logo, este contexto de incertezas traz mudanças na demanda mundial, prevendo uma possível diminuição na procura por produtos de alto valor agregado, entretanto, por outro lado, prever-se um aumento da demanda por produtos básicos, devido a recessão e à queda no poder aquisitivo da população em geral. Segundo o G1 (2020), foi possível observar simultaneamente um choque de oferta, por meio de quebra de cadeias globais de produção e de demanda por meio das famílias que passaram a consumir e comprar menos, seja por uma queda na renda ou por receio de uma recessão.

Dentre os possíveis impactos da pandemia é importante salientar um outro problema que ameaça o abastecimento alimentar é a logística dos alimentos, visto que a logística em si consiste na entrega da mercadoria certa, no local certo, no tempo certo e nas condições certas. De acordo com Coleti e Lima (2020), nesse momento de pandemia, o Brasil vem enfrentando dificuldades na realização do abastecimento alimentar, embora não seja por falta de produção, mas sim por falta de planejamento logístico, muitos dos alimentos não estão chegando em condições próprias de consumo à população.

Não obstante, os prováveis impactos no abastecimento alimentar põe em evidência a segurança alimentar, visto que, de acordo com Silva Filho e Gomes Júnior (2020), embora o sistema de abastecimento alimentar brasileiro não tenha dado sinais de desabastecimento generalizado de produtos nesta pandemia, a assimetria entre os rendimentos e os preços praticados reforçam uma situação de insegurança alimentar que, consequentemente não será resultado da falta de alimentos em si, mas da sua forma como comida/mercadoria. Este cenário estimula a tendência de hábitos alimentares inadequados e ultraprocessados, visto que seus rendimentos são insuficientes para a manutenção para o consumo e sobrevivência das famílias.

Deste modo, é importante ressaltar também a questão da pobreza em termos de alimentação e renda, uma vez que a alimentação e os índices de pobreza estão lado a lado. Logo, é sabido que em grande parte dos casos, a fome não é uma questão de indisponibilidade de alimentos, mas sim da insuficiência de renda para adquiri-los. Dessa forma, apesar do Brasil ser um dos maiores produtores de alimentos no mundo, obtendo uma produção superior a necessidade de sua população, em momentos de pandemia milhares de famílias podem voltar a não ter renda suficiente para se manter e acessar, de forma regular, alimentos de boa qualidade.

Não obstante, os impactos da pandemia no abastecimento alimentar também podem surtir efeito para os agricultores familiares, uma vez que as medidas adotadas quanto a segurança e a diminuição de movimento podem influir de forma negativa em suas rendas, bem como, trazer maiores dificuldades para escoar sua produção, levando ao desperdício de alimentos. Além disso, alguns fatores, como por exemplo, a falta de trabalhadores sazonais na agricultura, a dificuldade de armazenamento e transporte dos produtos, podem levar ao aumento no custo da produção que são repassados aos consumidores.

Segundo Valadares et al. (2020), a dificuldade de escoar a produção ocorre em virtude da supressão parcial da demanda decorrente do cancelamento das feiras públicas, o fechamento de restaurantes e a perspectiva de redução das compras para a merenda escolar, devido à paralisação das aulas, bem como, da queda de rendimentos provenientes da comercialização.

Logo, diante das informações acima apresentadas, pode-se observar que os impactos da pandemia de Covid-19 abrangem muito mais do que a questão sanitária, além de estar ocasionando um número de mortes alarmantes devido a contaminação ao vírus, a pandemia pode afetar a vida de muitas famílias através dos impactos não somente na economia, mas também no abastecimento alimentar, uma vez que põe em evidência as possíveis dificuldades na oferta e demanda dos produtos, bem como, no preço de comercialização e na qualidade dos produtos.

3 CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA NO MUNICÍPIO DE OURO BRANCO – ALAGOAS

O município de Ouro Branco situado na região semiárida do Estado de Alagoas, que integra o domínio da Caatinga, ficou conhecido como a cidade do algodão devido as imensas plantações de algodão que existiam no local, no entanto, com a chegada da praga do bicudo e com as baixas condições financeiras para conter a praga, os agricultores passaram a deixar a cultura de lado e, assim, a plantação de algodão foi perdendo espaço e deixando de existir. Atualmente, o município provém de culturas comuns, como por exemplo, o feijão, a mandioca e o milho, bem como, da pecuária, uma vez que tendo em vista as dificuldades enfrentadas com o solo e o clima da região, a cultura mais recomendada são as de subsistência.

Logo, o subtópico 3.1 a seguir aborda sobre a produção agrícola que está subdivido em dois subtópicos, no qual o 3.1.1 concerne a Lavoura Temporária e o 3.1.2 aborda sobre a Lavoura Permanente. Posteriormente, o subtópico 3.2 aborda sobre a Pecuária do município.

3.1 Produção Agrícola

De antemão, é importante ressaltar que a produção agrícola consiste, sobretudo, no resultado da atividade agrícola, isto é, o resultado de tudo o que foi produzido através da agricultura. Desta forma, a agricultura em si é definida como atividade econômica de suma importância para a humanidade que consiste na produção e no cultivo de vegetais para o consumo humano e animal.

A produção agrícola existente no município de Ouro Branco - Alagoas é provida da agricultura familiar que consiste na produção de alimentos em pequena escala por agricultores familiares, no qual dispõe de pequenas propriedades de terra que destinam sua produção para a própria subsistência ou para o mercado local, desta forma, esta produção consiste na Lavoura Temporária e Lavoura Permanente, que serão apresentadas a seguir.

3.1.1 Lavoura Temporária

A Lavoura Temporária consiste no cultivo de curta duração dotadas de diferentes culturas, desta forma, este tipo de lavoura fornece apenas uma safra tendo em vista a necessidade de um novo plantio após colheita. Os produtos cultivados no município são o feijão, a mandioca e o milho.

Contudo, a série histórica da produção agrícola foi elaborada no período de 2011 a 2016, visto que não foi possível localizar dados mais recentes. Dessa forma, foi realizado a série histórica da quantidade produzida, valor da produção, área plantada e área colhida.

Assim, ao analisarmos a tabela 3 abaixo, é possível identificar que no ano de 2011 a cultura mais forte foi a do feijão, uma vez que o mesmo obteve bons resultados tanto em termos de quantidade e valor de produção, quanto de área plantada e área colhida. Já no ano de 2012 a cultura mais presente foi a da mandioca que produziu 200t numa área plantada e área colhida de 25ha, a um valor de R$ 36,00.

No ano de 2013, em termos de produção, a cultura da mandioca também foi maior, entretanto, maior valor de produção corresponde ao feijão que chegou a R$209,00 e obteve também maior resultado em termos de plantação e colheita. Já no ano de 2014, a cultura foi favorável para o milho, uma vez que a sua produção chegou a 57t, numa área plantada e área colhida equivalente a 809ha, com um valor de produção correspondente a R$31,00.

Já no ano de 2015 a cultura mais marcante foi a do feijão, que chegou a ser produzido 122t, com um valor de produção correspondente a R$287,00, embora, a plantação e colheita de milho tenha sido superior à do feijão. Quanto ao ano de 2016, o feijão e o milho chegaram a produzir a mesma quantidade, ou seja, 1t. No entanto, os valores da produção foram diferentes, uma vez que o feijão atingiu um valor de R$9,00 e o milho R$2,00, valores bem abaixo da média se comparado com os anos anteriores. No que concerne a área plantada, a plantação também foi a mesma para ambos, no qual chegaram a ser plantado 300ha, no entanto, a colheita foi diferente, visto que chegou a ser colhido 15ha de feijão e 9ha de milho.

Tabela 3 – Produção Agrícola – Lavoura Temporária - Feijão, Milho e Mandioca (2011 - 2016), Ouro Branco - Alagoas.

FEIJÃO	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**
GRÃO						
Quantidade produzida (t)	235	1	45	12	122	1
Valor da produção (R$) x 1000	359,00	1,00	209,00	14,00	287,00	9,00
Área plantada (ha)	1.212	61	809	550	1.500	300
Área colhida (ha)	793	12	163	165	1.500	15
MANDIOCA						
Quantidade produzida (t)	200	200	80	40	40	18

Valor da produção (R$) x 1000	36,00	36,00	14,00	7,00	7,00	4,00
Área plantada (ha)	25	25	20	5	5	3
Área colhida (ha)	25	25	10	5	5	3
MILHO						
GRÃO						
Quantidade produzida (t)	136	-	78	57	110	1
Valor da produção (R$) x 1000	70,00	-	45,00	31,00	83,00	2,00
Área plantada (ha)	756	30	809	809	1.900	300
Área colhida (ha)	756	-	162	809	1.900	9

Fonte: IBGE (2011 – 2016).

Ao analisarmos a tabela acima, pode-se constatar que a produção do feijão durante o período de 2011 a 2016 passou por oscilações, no qual obteve maior produção nos anos de 2011 e 2015, enquanto nos demais anos a produção teve uma queda significativa, sobretudo no ano de 2016, visto que a quantidade produzida chegou a 1t.

No que concerne ao valor da produção, é possível observar que os anos de 2011 e 2015 foram os que obtiveram maior valor, chegando a R$ 359,00 no ano de 2011 e a R$ 287,00 no ano de 2015. Nos demais anos, o valor da produção também passou por oscilações, atingindo baixo valor, sobretudo no ano de 2012, onde o valor da produção chegou a R$1,00. É importante ressaltar, que o ano de 2016 também não obteve resultados satisfatórios, se comparado aos anos de 2011 e 2015, visto que neste ano a produção chegou a R$ 9,00.

Quanto a área plantada e área colhida, os resultados mais satisfatórios correspondem aos anos de 2011 e 2015, sobretudo ao ano de 2015, visto que tanto à área colhida, quanto à área plantada foram de 1.500ha, enquanto em 2011 à área plantada foi de 1.212ha e área colhida de 793ha.

A produção de mandioca, por sua vez, apresentou melhores resultados de produção nos dois primeiros anos, 2011 e 2012, uma vez que apresentou uma produção de 200t, enquanto nos 4 últimos anos pode-se constatar uma queda considerável na produção, sobretudo no ano de 2016, já que a produção chegou a apenas 18t.

Referente ao valor da produção, os melhores resultados também correspondem aos anos de 2011 a 2013, no qual chegou a R$36,00, enquanto nos demais anos o valor da produção passou de R$14,00 em 2013 para R$4,00 no ano de 2016.

Quanto à área plantada e área colhida, os resultados foram constantes no ano de 2011 e 2012, apresentando 25ha tanto na área colhida, quanto na área plantada. No ano consecutivo, a quantidade de área plantada foi de 20ha, no entanto, a área colhida foi de apenas 10ha. De 2014 a 2015 os resultados foram constantes e pode-se observar uma redução em ambas as áreas que chegou a ser de 5t, apresentando maior redução no ano de 2016, visto que chegou a ser plantada e colhida apenas 3t.

A produção de milho por sua vez apresentou bons resultados nos anos de 2011 com uma quantidade produzida de 136t e 2015 com 110t, visto que no ano de 2012 não foi apresentado resultados referentes a produção, valor da produção e área colhida. Deste modo, no ano de 2016 foi possível observar que a produção sofreu uma queda drástica, no qual foi produzido apenas 1t.

O valor da produção foi maior no ano de 2015 no qual chegou a R$83,00, embora a produção tenha sido menor. Já no ano de 2011, cuja produção foi maior, o valor chegou a R$70,00. No ano de 2012 não foi registrado valor da produção, entretanto, pode-se observar que no ano de 2013 e 2014 os valores chegaram a R$ 45,00 e R$31,00, enquanto o ano de 2016 houve uma redução drástica, chegando a R$2,00.

Em termos de área plantada e área colhida, o melhor ano de plantação e colheita foi em 2015, uma vez que chegou a 1.900ha em ambas, seguido de 2014 que chegou a 809ha e 2011 com 756ha. No ano de 2012 a área plantada correspondeu a 30ha, entretanto, não houve registro da área colhida. Já em 2013, a área plantada foi de 809ha, porém, a área colhida foi bem reduzida, registrando apenas 162ha. Em 2016, à área plantada chegou a 300ha, mas houve também uma redução significativa na área colhida que chegou a 9ha.

Contudo, tendo em vista as informações acima, pode-se observar que o ano de 2016 foi marcado por uma redução significativa em todas as culturas em termos de quantidade produzida, valor da produção, área plantada e área colhida, sobretudo, em termos de produção, uma vez que no ano de 2015 a produção agrícola do município foi marcada por um aumento significativo na quantidade produzida, o que não ocorria desde o ano de 2011.

3.1.2 Lavoura Permanente

A Lavoura Permanente consiste nas plantações agrícolas que permanecem após a colheita, uma vez que a plantação continua com vida para voltar a produzir em um período de tempo considerado menor se comparado ao tempo que leva para o seu desenvolvimento, caso fosse plantar em um outro lugar existente. Sendo assim, a lavoura permanente do município consiste apenas na produção de Castanha de Caju. Logo, a série histórica também foi realizada

mediante a quantidade produzida, valor da produção, área destinada a colheita e área colhida, como é apresentado na tabela abaixo.

Tabela 4 – Produção Agrícola – Lavoura Permanente (2011 - 2016), Ouro Branco - Alagoas.

CASTANHA DE CAJU	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Quantidade produzida (t)	8	-	2	2	2	1
Valor da produção (R$) x1000	9,00	-	2,00	4,00	5,00	3,00
Área destinada à colheita (ha)	30	30	15	15	15	7
Área colhida (ha)	30	-	15	15	15	7

Fonte: IBGE (2011 – 2016).

Ao realizar a série histórica, foi possível analisar que a produção de caju possui níveis bem inferiores as produções da lavoura temporária (feijão, mandioca e milho), no qual obteve maior produção no ano de 2011, visto que, no ano de 2012 também não foi apresentado resultados referente a quantidade produzida, valor da produção e área colhida. De 2013 a 2015 a produção se manteve constante em termos de quantidade produzida, área plantada e colhida, oscilando apenas no valor da produção. Já no ano de 2016 a produção teve uma queda significativa em todos os níveis, visto que chegou a produzir apenas 1t, com o valor de produção equivalente a R$ 3,00 e com área plantada e colhida de 7ha.

Diante das informações acima, pode-se concluir a produção da lavoura permanente do município, em comparação com a lavoura temporária, é consideravelmente baixa. Embora tenha apresentado um aumento no ano de 2011 em termos de produção, valor, plantação e colheita, a partir de 2013 até 2015 a produção se manteve constante, vindo também apresentar uma redução no ano de 2016, o que enfatiza que este ano não tenha sido favorável aos pequenos agricultores.

3.2 Pecuária

Quanto a pecuária, entende-se como uma atividade destinada a criação, domesticação e reprodução de gado e outros animais, como por exemplo, ave, bovinos, ovinos, equinos, etc. A criação no município é composta por Bovino, Caprino, Equino, Galináceo, Ovino e Suíno.

A série histórica consiste no período de 2014 a 2018, no qual traz um levantamento de dados referentes ao efetivo do rebanho, quantidade produzida e o valor da produção. De

acordo com os dados do IBGE (2014 – 2018), pode-se observar que as criações que mais prevalecem no município é de Galináceo, uma vez que o efetivo do rebanho no ano de 2018 chegou a 20.000, seguida de Bovinos com um efetivo de 6.400 cabeças, ovino com um efetivo de 4.100 cabeças e caprino com 1.500 cabeças, como podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 5 – Pecuária – Bovino, Caprino, Equino, Galináceo, Galinhas, Ovino, Suíno (2014 - 2018), Ouro Branco - Alagoas.

BOVINO	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**
Efetivo do rebanho (Cabeças)	6.055	5.883	5.441	6.000	6.400
Vaca ordenhada (Cabeças)	1.816	2.060	1.905	1.700	1.400
Leite de vaca					
Quantidade produzida (L) x1000	2.397	3.007	2.781	3.000	2.600
Valor da produção (R$) x1000	2.277,00	3.007,00	3.559,00	3.150,00	2.340,00
CAPRINO					
Efetivo do rebanho (Cabeças)	813	1.141	1.311	1.300	1.500
EQUINO					
Efetivo do rebanho (Cabeças)	659	975	617	607	620
GALINÁCEO					
Efetivo do rebanho (Cabeças)	13.767	14.593	13.000	22.000	20.000
GALINHAS					
Galinha (Cabeças)	2.564	4.070	9.000	8.000	12.000
OVOS					
Quantidade produzida (Dz) x1000	44	70	130	120	168
Valor da produção (R$) x1000	199,00	387,00	715,00	600,00	672,00
OVINO					
Efetivo do rebanho (Cabeças)	4.336	4.701	5.143	5.045	4.100
SUÍNO					
Efetivo do rebanho (Cabeças)	731	1.005	468	533	600

Fonte: IBGE (2014 – 2018).

Ao analisar a tabela, foi possível constatar que a criação de Bovino no município vem apresentando resultados similares nos últimos 5 anos, no qual obteve um aumento no ano de 2018, registrando 6.400 cabeças de gado, nas quais 1.400 se caracterizam como vaca de ordenha. Embora no ano de 2018 tenha sido registrado esse aumento na quantidade de cabeças de gado, vale ressaltar que a quantidade de vacas de ordenha obteve maior registro no ano de 2015, registrando 2.060 vacas de ordenha, já no ano de 2018 foi registrado o menor valor que corresponde a 1.400 vacas ordenhadas.

É válido destacar também que na produção efetiva do rebanho de gado encontra-se um forte crescimento no ano de 2018, entretanto, nos anos anteriores a produção manteve uma margem de oscilações positivas, sempre mantendo uma estabilidade aceitável. Não obstante, as vacas de ordenha registraram maior número de cabeças no ano de 2015, no qual chegou a 2.060 cabeças, mantendo uma margem de oscilações nos demais anos e, alcançando um resultado inferior no ano de 2018, visto que, apresentou menor número de cabeças, equivalente a 1.400 cabeças.

As produções leiteiras decorrente das ordenhas também atribuem uma grande margem de lucros quando se relaciona a produtos oriundos dos gados bovinos, logo, ao analisar a tabela acima, pode-se constatar que a quantidade produzida de leite teve um aumento nos anos de 2015 e 2017, no qual apresentou cerca de 3.000L de leite, enquanto nos demais anos a produção oscilou entre 2.397 a 2.781 litros de leite. Já no ano de 2018, foi registrado uma produção de cerca de 2.600L de leite.

Referente a produção de Caprino, foi possível realizar a pesquisa apenas do efetivo do rebanho, no qual pode-se constatar que houve um aumento na criação no ano de 2018, visto que registrou uma criação de 1.500 cabeças, um aumento significativo se comparado ao ano de 2014 que registrou cerca de 813 cabeças.

No que concerne a criação de Equino, os dados obtidos referiam-se também ao efetivo do rebanho, no qual pode-se observar que o maior registro do efetivo foi no ano de 2015, registrando cerca de 975 cabeças. Posteriormente, os registros passaram a oscilar entre 607 e 620 cabeças, apresentando uma redução na criação de Equinos.

Na criação de Galináceo também só foi possível obter dados referentes ao efetivo, no qual foi possível observar que houve um aumento na criação no ano de 2017 e 2018, sobretudo no ano de 2017 que registrou cerca de 22.000 cabeças de Galináceo. Nos anos de 2014 a 2015 pode-se observar que os registros oscilaram entre 13.000 e 14.593 cabeças.

Referente a criação de Galinhas foi realizado a análise tanto de cabeças quanto de produção de ovos (quantidade produzida e valor da produção). Logo, foi possível constatar que a criação de galinhas possui registros positivos nos últimos 4 anos, tendo um resultado inferior apenas no ano de 2014, no qual registrou um menor número de cabeças, equivalente a 2.564 cabeças, enquanto nos anos posteriores o número de criação passou a aumentar e teve maior registro no ano de 2018, constando cerca de 12.000 cabeças.

Na produção de ovos, pode-se observar que a produção obteve maior número no ano de 2018, no qual registrou uma produção de cerca de 168 ovos, um resultado bastante positivo se comparado ao ano de 2014 e 2015 que registrou uma produção de 44 dúzias no ano de 2014 e 70 dúzias no ano de 2016.

Em relação a produção de ovino no município, foi possível encontrar dados apenas referentes ao efetivo do rebanho, no qual pode-se constatar um aumento na produção no ano de 2016, registrando cerca de 5.143 cabeças. Já no ano de 2018, pode-se observar uma queda na quantidade do rebanho, que chegou a registrar 4.100 cabeças.

Por fim, na criação de suíno observou-se que o efetivo do rebanho registrou oscilações durante esse período, no qual registrou um aumento significativo apenas no ano de 2015, enquanto nos demais anos os registros chegaram a 731 cabeças no ano de 2014, 468 cabeças no ano de 2016 (menor registro), 533 cabeças no ano de 2017 e 600 cabeças no ano de 2018. Dessa forma, é notório que houve uma redução significativa na criação de suíno nos últimos anos.

Contudo, levando em consideração as informações acima, pode-se perceber que a criação de animal no município se mantém forte, sobretudo, no que concerne a criação de bovino e galináceo, uma vez que durante o período de 2014 a 2018, foi observado quantidades significativas em relação ao efetivo do rebanho. Não obstante, a criação de ovino também se faz muito presente, tendo resultados similares ao do bovino. Quanto as criações cujo efetivo é menor, consistem nos equinos e suínos.

4 CARACTERIZAÇÃO DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NO MUNICÍPIO

Para a caracterização dos indicadores socioeconômicos do município foi realizado uma pesquisa de dados sobre a educação, ocupação e renda da população, bem como, foi analisado o PIB, Índice de Gini, os indicadores de Habitação, as condições de vulnerabilidade social da população, taxa de mortalidade infantil, o Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e, por fim, o Índice Firjan do município.

Na educação, segundo o Censo do IBGE (2010), o município possui 23 estabelecimentos de ensino fundamental e 1 estabelecimento de ensino médio. Deste modo, de acordo com a população residente, cerca de 3.977 da população frequentavam à escola, enquanto 5.569 não frequentavam e 1.365 nunca frequentou, como podemos verificar na tabela descrita abaixo.

Tabela 6 – Frequência à escola e nível de instrução, Ouro Branco - Alagoas, 2010.

POPULAÇÃO RESIDENTE	**Número de pessoas**
Frequência à escola	
Frequentavam	3.977
Não frequentavam	5.569
Nunca frequentou	1.365
NÍVEL DE INSTRUÇÃO	
Creche	29
Pré-escola	359
Classe de alfabetização	231
Alfabetização de jovens e adultos	154
Regular do ensino fundamental	2.332
Educação de Jovens e Adultos do ensino fundamental	125
Regular do ensino médio	423
Educação Jovens e Adultos do ensino médio	121
Superior de Graduação	156

Fonte: Organizado pela autora com base em dados do IBGE Censo 2010.

Verificou-se ainda que 0,73% da população residente frequentavam a creche, 9,02% frequentavam a pré-escola, 5,80% faziam parte da classe de alfabetização e 3,87% da alfabetização de jovens e adultos. Cerca de 58,63% frequentavam o ensino fundamental e 3,14% a educação de jovens e adultos do ensino fundamental. No ensino médio frequentavam apenas 10,63% da população e 3,04% faziam parte da educação de jovens e adultos do ensino

médio. No que concerne ao ensino superior, 3,92% da população frequentavam o ensino superior e apenas 1,18% a especialização de nível superior.

No que concerne a ocupação, pode-se observar que entre a população com 10 anos ou mais de idade, 4.425 da população são consideradas não economicamente ativa, isto é, não possui emprego, mas estão aptas a trabalhar, enquanto 4.317 são consideradas ocupadas, como podemos observar na tabela a seguir.

Tabela 7 – Situação de ocupação, Ouro Branco - Alagoas, 2010.

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE	**Número de pessoas**
Economicamente ativa	4.317
Não economicamente ativa	4.425
TOTAL	8.742

Fonte: Organizado pela autora com base em dados do IBGE Censo 2010.

É válido destacar que dentre a população economicamente ativa e não economicamente ativa, existe uma parcela que corresponde aos aposentados ou pensionistas. Desta forma, foi possível averiguar as seguintes informações expostas na tabela 8.

Tabela 8 – Aposentados ou Pensionistas, Ouro Branco - Alagoas, 2010.

APOSENTADOS OU PENSIONISTAS	**Número de pessoas**
Condições de atividade	
Economicamente ativo	437
Não economicamente ativo	958
NÃO ERAM APOSENTADOS OU PENSIONISTAS	
Economicamente ativo	3.871
Não economicamente ativo	3.468
SEM DECLARAÇÃO DE APOSENTADO OU PENSIONISTA	
Economicamente ativa	9
Não economicamente ativa	-
TOTAL	8.743

Fonte: Organizado pela autora com base em dados do IBGE Censo 2010.

Deste modo, de acordo com a tabela descrita acima, pode-se observar que cerca de 437 da população economicamente ativa e 958 da população não economicamente ativa são aposentados ou pensionista. Já no que concerne ao grupo dos que não recebem aposentadoria ou pensão, pode-se constatar que 3.871 da população economicamente ativa e 3.468 não economicamente ativo não se enquadram no grupo de aposentados e pensionistas. Vale ressaltar

que, 9 da população economicamente ativa não possuem declaração de aposentado ou pensionista.

No que se refere a ocupação, é importante ressaltar que cerca de 2.079 da população é designado a crianças de 10 a 17 anos de idade que se enquadram ao trabalho infantil, deste modo, buscou-se informações sobre o nível de ocupação e condição de alfabetização, no qual pode-se observar que 1.824 da população eram alfabetizadas, enquanto 255 não possuíam alfabetização e 239 não frequentavam creche ou escola, como está exposto na tabela a seguir.

Tabela 9 – Trabalho Infantil e Condição de Alfabetização, Ouro Branco - Alagoas, 2010.

INDICADORES	**POPULAÇÃO**
PESSOAS DE 10 A 17 ANOS DE IDADE	2.079
CONDIÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO	
Alfabetizados	1.824
Não Alfabetizados	255
Não frequentavam escola ou creche	239
GRUPO DE IDADE	
10 a 13 anos	1.018
14 a 15 anos	571
16 a 17 anos	489
SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO	
Ocupada	479
Não ocupada	1.600

Fonte: Organizado pela autora com base em dados do IBGE Censo 2010.

É de suma importância destacar que, dentre a população de 10 a 17 anos de idade, 48,96% pertenciam ao grupo de 10 a 13 anos da idade, enquanto 27,46% ao grupo de 14 a 15 anos e 23,52% ao grupo de 16 a 17 anos. Dentre estes grupos, 23,03% possuíam algum tipo de ocupação e 76,96% não possuíam algum tipo de ocupação.

Quanto ao rendimento da população, foi analisado os rendimentos de pessoas com 10 anos ou mais de idade, podendo constatar que aproximadamente 3.612 da população não possuíam nenhum tipo rendimento e apenas 1.958 possuíam um rendimento de até um salário mínimo, como expõe a seguinte tabela.

Tabela 10 – Rendimento Nominal Mensal, Ouro Branco - Alagoas, 2010.

CLASSE DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL	**POPULAÇÃO**
Sem rendimento	3.162

Até ¼ do salário mínimo	1.251
De ¼ até ½ do salário mínimo	801
De ½ até 1 salário mínimo	1.958
De 1 a 2 salários mínimos	790
De 2 a 3 salários mínimos	169
De 3 a 5 salários mínimos	96
De 5 a 10 salários mínimos	49
De 10 a 15 salários mínimos	8
De 15 a 20 salários mínimos	9

Fonte: Organizado pela autora com base em dados do IBGE Censo 2010.

Como podemos observar na tabela acima, cerca de 24,38% da população recebiam menos da metade de um salário mínimo, enquanto 15,61% recebiam metade de um salário mínimo. Já a população que recebiam até um salário mínimo consistia em 38,16%, até dois salários mínimos 15,39%, até 3 salários mínimos 3,29%, até 5 salários mínimos 1,87% e até 10 salários mínimos 0,95%, finalmente, cerca de 0,15% pessoas recebiam até 15 salários mínimos e apenas 0,17% até 20 salários.

É importante salientar que, de acordo com dados do Portal da Transparência (2020), o município conta com recursos governamentais que são destinados à população como forma de complementar a renda das famílias, desta forma, atualmente a população recebe recursos referentes ao auxílio emergencial oriundo desta pandemia, bolsa família, garantia safra e o Benefício de Prestação Continuada, como expõe a tabela 11 abaixo.

Tabela 11 – Programas de Transferência de Renda, Ouro Branco - Alagoas, 2010.

PROGRAMAS	**POPULAÇÃO**
Auxílio Emergencial	5.384
Bolsa Família	2.590
Garantia-Safra	966
BPC	247

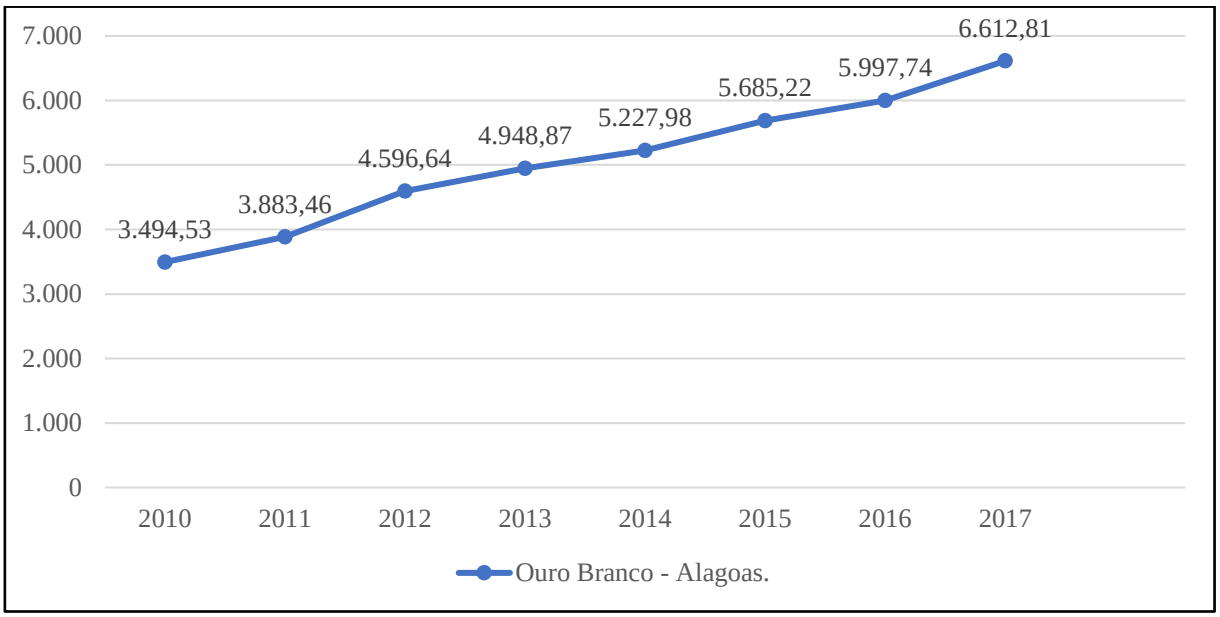
Fonte: Organizado pela autora com base em dados do Portal da Transparência (2020).

Conforme a tabela acima, pode-se constatar que, atualmente, 9.187 da população do município são beneficiadas com programas de transferência de renda do governo, no qual, 5.384 recebem o Auxílio Emergencial, enquanto 2.590 recebem o Bolsa Família destinado a famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, já 966 são beneficiadas com o Garantia-Safra destinada aos agricultores familiares e 247 com o Benefício de Prestação

Continuada que é destinado a idosos e pessoas com deficiências que encontram-se em situação de vulnerabilidade.

De acordo com IBGE (2017), o PIB per capita que representa o crescimento de uma economia com a riqueza de sua população, no município, consistia em R$ 6.661.12, como podemos analisar no gráfico 4 abaixo.

Gráfico 4 – PIB per capita (2010 - 2017), Ouro Branco - Alagoas.



Fonte: IBGE (2017).

Com base no gráfico acima, pode-se analisar que de 2010 a 2017 o PIB per capita do município cresceu consideravelmente, uma vez que no ano de 2010 o mesmo consistia em R$ 3.494,53. No Ranking do Estado de Alagoas, o município ocupava o 94º.

Contudo, a relação entre renda per capita, pobreza e desigualdade no município é medido pelo índice de Gini que mede o grau de concentração de renda de um determinado grupo, apontando a diferença entre os rendimentos da população mais pobre e da população mais rica. Desta maneira, o Atlas Brasil (2010) traz informações acerca destas diferenças, como é detalhado na tabela 12 abaixo.

Tabela 12 – Renda, Pobreza e Desigualdade, Ouro Branco - Alagoas, 2010.

INDICADORES	
Renda per capita (R$)	227,56
% extremamente pobres	30,39
% pobres	48,54
Índice de Gini	0,55

Fonte: Organizado pela autora com base em dados do Atlas Brasil (2010).

Com base na tabela acima, pode-se analisar que a renda per capita da população consistia em R$ 227,56. Nos quais, 30,39% da população era considerado extremamente pobres, enquanto 48,54% eram considerados pobres. Deste modo, o índice de Gini do município consistia em 0,55.

Diante destas informações, é importante salientar as condições de habitação da população do município de Ouro Branco, Alagoas. Desta forma, segundo informações do Atlas Brasil (2010), os indicadores de habitação consistem em: água encanada, energia elétrica e coleta de lixo, como está exposto na tabela 13 a seguir.

Tabela 13 – Indicadores de Habitação, Ouro Branco - Alagoas, 2010.

INDICADORES	
% população em domicílios com água encanada	37,82
% da população em domicílios com energia elétrica	99,14
% da população em domicílios com coleta de lixo	87,28

Fonte: Organizado pela autora com base em dados do Atlas Brasil (2010).

Em conformidade com a tabela acima, observa-se que apenas 37,82% da população residente possui água encanada em suas residências, enquanto 99,14% da população possui energia elétrica e 87,28% conta com a coleta de lixo.

Além dos indicadores de habitação, o Atlas Brasil (2010) faz um levantamento sobre a vulnerabilidade social no município sob as famílias, trabalho e renda e, por fim, condições de moradia, como é exposto a seguir.

Tabela 14 – Vulnerabilidade Social, Ouro Branco - Alagoas.

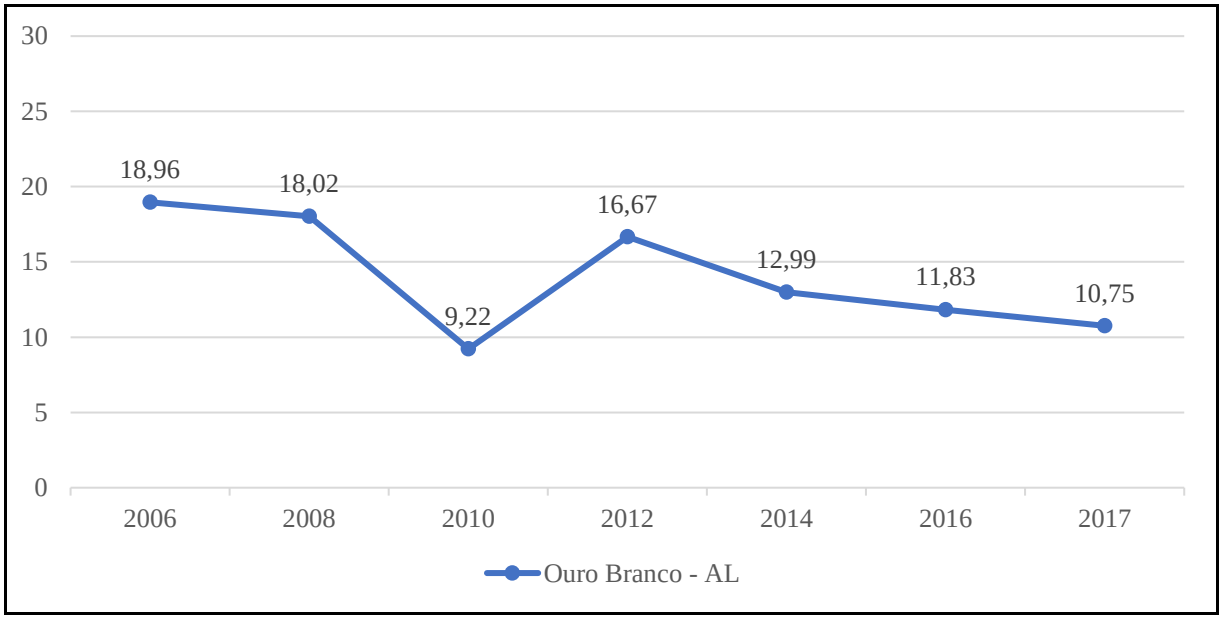
INDICADORES	
FAMÍLIA	
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor	32,83
% de vulneráveis e dependentes de idosos	6,32
% de crianças extremamente pobres	41,72
TRABALHO E RENDA	
% de vulneráveis à pobreza	71,93
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	68,15
CONDIÇÕES DE MORADIA	
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	24,91

Fonte: Organizado pela autora com base em dados do Atlas Brasil (2010).

Conforme descritos os dados acima, no que concerne a vulnerabilidade social das famílias, foi possível identificar que 32,83% da população são mães chefes de família com filho menor que não possui ensino fundamental, já 6,32% da população encontravam-se em situação de vulnerabilidade e dependentes de idosos, enquanto 41,72% consistiam em crianças extremamente pobres. Em relação a trabalho e renda, 71,93% da população estavam em situação de vulnerabilidade à pobreza e 68,15% consistiam em pessoas de 18 anos ou mais que não possuíam ensino fundamental completo e que se encontravam em ocupação informal. Nas condições de moradia, apenas 24,91% da população encontravam-se em domicílios com banheiro e água encanada.

Quanto a taxa de mortalidade infantil, foi possível identificar através dos dados do IBGE (2017), que o município apresentou a menor taxa desde o ano de 2010 que atingiu a taxa mínima de 9.22. O gráfico 5 a seguir demonstra a série história de 2006 a 2017.

Gráfico 5 – Taxa de Mortalidade Infantil (2006 - 2017), Ouro Branco - Alagoas.

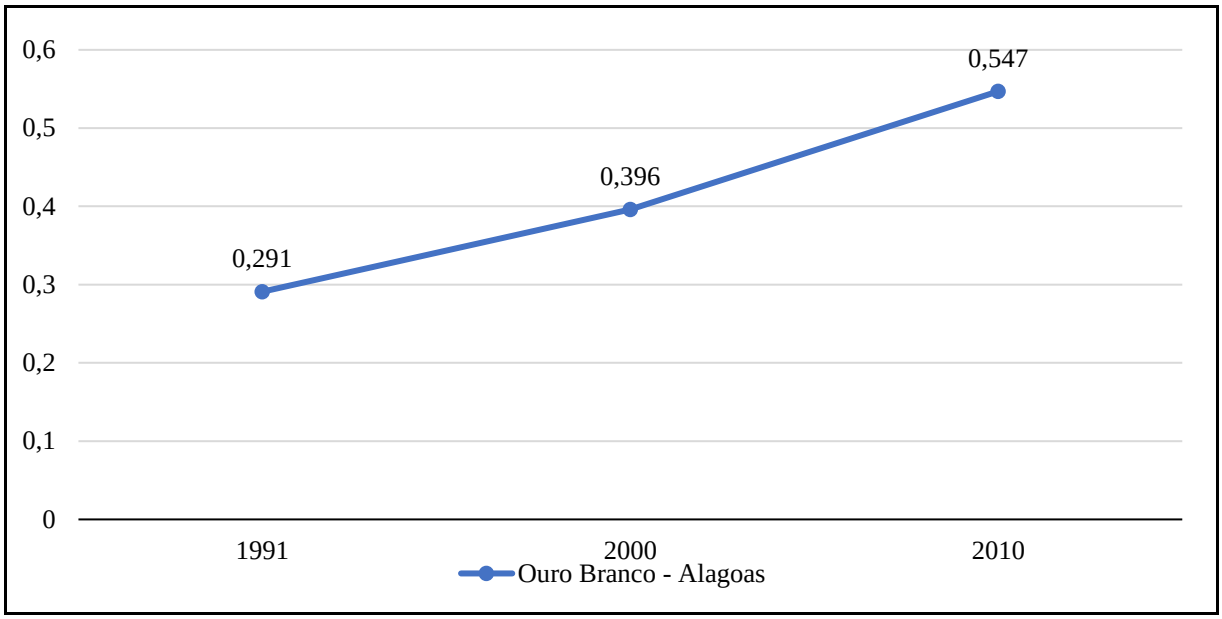


Fonte: IBGE (2017).

Como exposto no gráfico acima, foi possível observar no ano de 2015 o município chegou ao pico no que concerne a mortalidade infantil, uma vez que apresentou uma taxa de 25,81. De 2015 a 2017, foi notório que nos últimos anos, o ano de 2017 registrou cerca de 10,75, a menor taxa desde então.

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM que mede o progresso de desenvolvimento humano dos municípios baseado em três dimensões que são renda, educação e longevidade, de acordo com o IBGE com base em dados do Programa das Nações Unidas – PNUD (2010), o município possui um índice de 0,547.

Gráfico 6 – Índice de Desenvolvimento Humano (1991 - 2010), Ouro Branco - Alagoas.



Fonte: IBGE, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2010).

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010), embora o IDHM do município tenho avançado entre os anos 2000 a 2010, passando de 0,396 para 0,547, o índice ainda é considerado baixo, onde a dimensão que mais colaborou para o aumento do mesmo foi a longevidade, seguida de renda e educação, como podemos observar na tabela 15 abaixo.

Tabela 15 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes (2000 - 2010), Ouro Branco - Alagoas.

IDHM E COMPONENTES	**2000**	**2010**
IDHM Educação	0,223	0,434
IDHM Longevidade	0,626	0,700
IDHM Renda	0,444	0,538

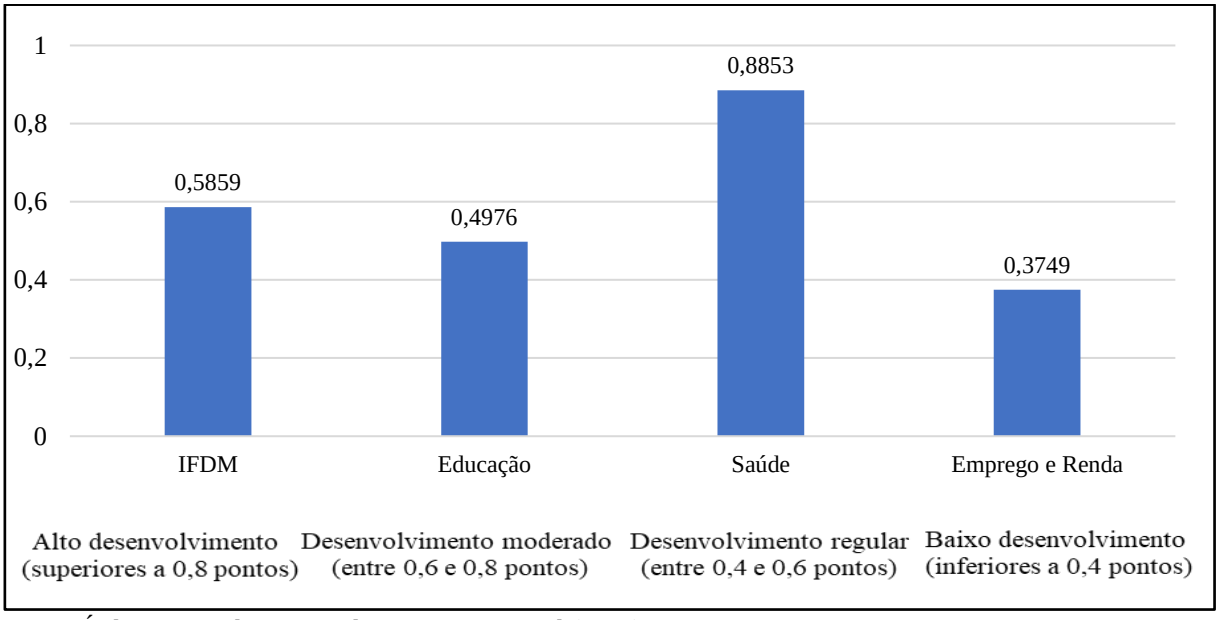
Fonte: Organizado pela autora com base em dados do Atlas Brasil (2010).

Como pode ser observado na tabela acima, o componente que mais agregou o IDHM do município entre os anos 2000 a 2010 foi o de longevidade que passou de 0,626 para 0,700, seguida de renda que passou de 0,444 para 0,538 e educação que passou de 0,223 para 0,434.

Em concordância com o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (2016) que acompanha o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros em três áreas de atuação: emprego e renda, educação e saúde, o índice do município consistia em 0,5859 no ano

de 2016, o que considera o município como desenvolvimento regular, como podemos analisar no gráfico 6 abaixo.

Gráfico 7 – IFDM e Indicadores, Ouro Branco - Alagoas, 2016.



Fonte: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (2016).

Conforme o índice Firjan, pode-se averiguar que a maior contribuição para o índice consiste na saúde que possui um desenvolvimento de 0.8853, seguindo da educação com 0.4976 e renda com 0.3749º no qual ocupa a 58º posição no ranking Estadual. É importante ressaltar, que no ano de 2010, o índice Firjan seguia a mesma linha de desenvolvimento do IDHM, no qual a maior contribuição para a sua evolução consistia na saúde, seguido de emprego e renda, educação.

Neste sentido, de acordo com os dados apresentados, foi possível observar que em termos de educação, o índice de pessoas que nunca frequentou a escola é consideravelmente alto se comparado com a população residente, no entanto, de acordo com o índice Firjan, o nível de educação do município é considerado regular, uma vez que o resultado está entre 0,4 e 0,6 pontos.

Quanto a ocupação, apenas 4.317 da população com 10 anos ou mais de idade eram economicamente ativas, no qual 479 consistia no trabalho infantil. No que concerne a renda da população, foi possível observar que a renda per capita equivalia a R$ 227,00, no qual cerca de 30,79% da população era considerada extremamente pobres e 48,54% pobres. De acordo com o índice Firjan, em termos de emprego e renda, o município é considerado como baixo desenvolvido, uma vez que os resultados são inferiores a 0,4 pontos.

Já em termos de saúde, a situação do município é considerada regular, se levado em consideração as dificuldades que os municípios de pequeno porte têm para manter um mínimo de assistência a população. A taxa de mortalidade infantil e a longevidade são fatores primordiais para essa avaliação, uma vez que no ano de 2016 a 2017 a taxa de mortalidade infantil diminuiu consideravelmente, bem como, a longevidade teve um aumento, passando de 0,626 para 0,700 durante os anos de 2000 a 2010. Deste modo, de acordo com o Índice Firjan o município possuía um alto desenvolvimento no ano de 2016, uma vez que os resultados eram superiores a 0,8 pontos.

Em suma, de acordo com o índice Firjan e com o IDHM, pode-se concluir que o município possui um desenvolvimento regular, no entanto, o mesmo deixa a desejar em termos de educação, emprego e renda, sobretudo no que diz respeito a emprego e renda, visto que neste sentido o município é considerado como baixo desenvolvimento.

5 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL E NO ESTADO DE ALAGOAS

De acordo com Pereira Silva (2014) a temática de segurança alimentar e nutricional (SAN), sempre esteve permeada de interesses governamental, tanto de nível internacional quanto nacional. No Brasil, o longo processo de disputas em torno desta temática possibilitou conquistas importantes no decorrer dos anos com relação a sua inserção, resultando em estruturas e políticas públicas, nas quais passaram por avanços e retrocessos.

Logo, sobre o papel do Brasil frente a esta temática, Pereira Silva (2014, p. 17) discorre que, "o Brasil sempre manteve um papel ativo no debate internacional sobre estratégias globais de combate à fome e à miséria. Paralelamente a esse debate, algumas conquistas no plano interno foram ocorrendo, fruto da vocalização de demandas sociais e da responsabilização por parte do Estado".

Deste modo, no Brasil, a questão de segurança alimentar e nutricional vem sendo debatida há mais de 20 anos, no entanto, foi a partir de 1986 na I Conferência Nacional de Alimentação e, posteriormente, em 1994 na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar que esse conceito passou a ser mais utilizado. Nesse período o conceito de segurança alimentar e nutricional adotado, tinha como intuito defender a manutenção da história alimentar como um patrimônio simbólico a ser cultivado e preservado pela sociedade.

No ano de 1998, foi instituído o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), com o intuito de arrecadar forças sociais para influenciar a definição e o fortalecimento das ações da Segurança Alimentar e Nutricional, na qual apresenta duas dimensões: alimentar e nutricional, onde a alimentar concerne ao processo de disponibilidade, ou seja, produção, comercialização e acesso ao alimento, e a nutricional condiz de forma direta com a escolha, preparo e consumo do alimento.

No ano posterior, 1999, instituiu-se o Comentário Geral nº 12 mediante a Organização das Nações Unidas em relação ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), no qual reforçava o entendimento dos conceitos básicos sobre esse direito, bem como, apresentava as violações e obrigações do Estado quanto a este direito através de políticas globais, regionais e nacionais. A partir dos anos 2000 a 2002, algumas ações foram realizadas com o intuito de promover o DHAA, dentre elas, em 2002, surgiu a Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (ABRANDH) que contribuiu para a implementação do DHAA mediante esfera nacional.

Desde então, o conhecimento sobre segurança alimentar ganhou notoriedade e assimilou novas contribuições que passaram a ser avaliadas, sobretudo no âmbito do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), no qual foi instituído em 1993 com o intuito de gerar articulações entre o governo e a sociedade civil mediante ações na área da SAN e promoção do DHAA, no entanto, o CONSEA foi desativado em 1995 e restituído em 2003.

Em 15 de setembro de 2006 foi instituída a Lei nº11.346, nomeada como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), no qual tem como intuito assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências, alinhando, assim, políticas e ações cujo objetivo visa a segurança alimentar e nutricional.

Logo, é válido destacar que desde então a segurança alimentar e nutricional, no Brasil, vem sendo compreendido como

> a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim, para uma existência digna (Doc. Final da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, 1986 *apud* BRASIL, 2013, p.13).

Desta maneira, para Oliveira et al. (2009, p. 02), "a alimentação constitui um dos direitos humanos básicos, representando um co-requisito para a legitimação de todos os outros direitos inerentes ao próprio conceito e exercício de cidadania". Assim, a alimentação adequada é considerada como um direito fundamental do ser humano e deve atender a um conjunto de condições necessárias e essenciais de modo que todos os seres humanos possam desenvolver suas capacidades e possam participar dignamente da vida em sociedade, de forma igualitária e sem descriminação.

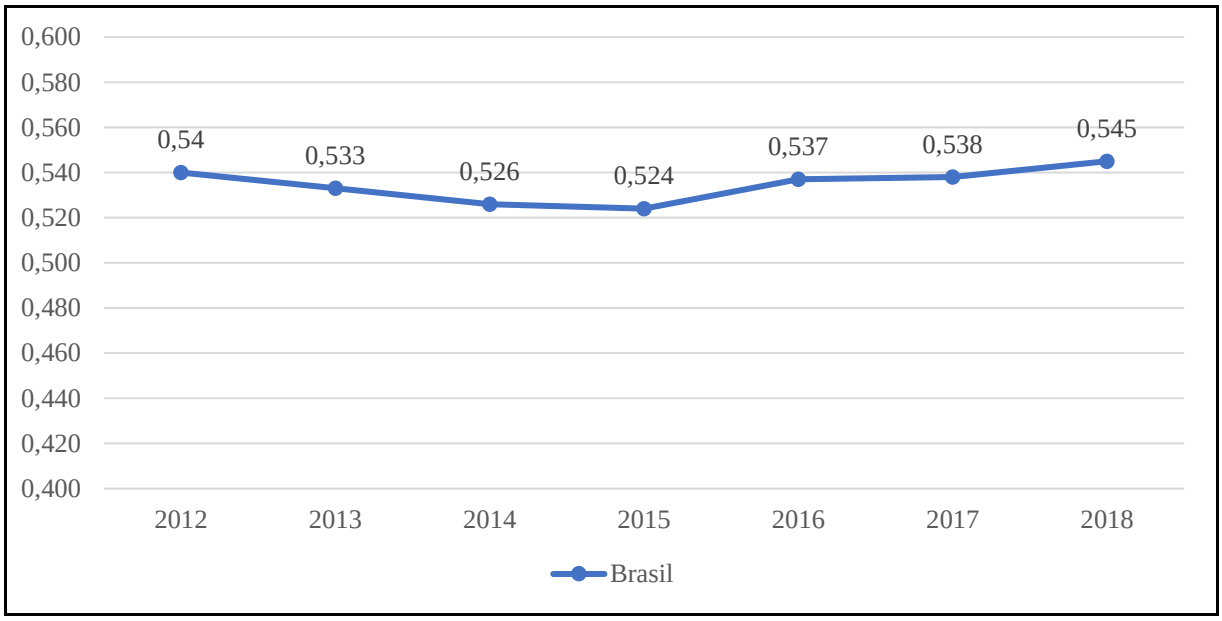
Neste sentido, ainda que a alimentação constitua em um dos direitos humanos básicos, ainda de acordo com Oliveira et al. (2009, p. 02), "o Brasil representa uma situação conflitiva, uma vez que mesmo sendo um dos maiores produtores de alimentos do mundo, ainda convive com uma condição social no qual milhões de pessoas se encontram a margem da sociedade, por não terem assegurado o direito básico à alimentação saudável suficiente e adequada".

Logo, tendo em vista que a questão de segurança alimentar e nutricional está interligada a situação de vulnerabilidade das famílias, foi realizado um levantamento do índice de Gini, índice de pobreza, de segurança alimentar e consumo alimentar no Brasil e no Estado

de Alagoas, com o intuito de analisar a situação de vulnerabilidade das famílias que se encontram em situação de desigualdade de renda, pobreza, insegurança alimentar e nutricional e consumo alimentar.

Deste modo, de acordo com dados da Síntese de Indicadores Sociais – SIS do IBGE (2019), o índice de Gini que mede a concentração de renda domiciliar per capita, no Brasil, chegou a 0,545, no qual representa um aumento de desigualdade de renda, como podemos observar no gráfico abaixo.

Gráfico 8 – Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita (2012 - 2018), Brasil.



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2019).

Conforme o gráfico acima, pode-se observar que entre 2012 e 2015 houve uma tendência de redução do índice de Gini de 0,540 para 0,524, no entanto, essa redução passou a ser revertida em 2016 quando o índice disparou para 0,537, chegando a 0,545 em 2018, no qual foi considerado o maior índice desde então.

No Estado de Alagoas, de acordo com os dados da SIS do IBGE (2019), o índice de Gini chegou a 0,550 em 2018, representando um aumento de 0,20 se comparado ao ano anterior, uma vez que o índice consistia em 0,530, o que representa uma desigualdade maior de concentração de renda.

Mediante esses dados, foi possível analisar que a desigualdade na distribuição de renda sempre esteve presente na realidade dos brasileiros e voltou a apresentar um aumento no ano de 2018. Deste modo, deve-se levar em consideração que os impactos sobre a fome, a desnutrição e a obesidade, tende a ser maior em pessoas com baixo poder aquisitivo, uma vez

que os mesmos passam a não dispor de renda suficiente para obter uma alimentação saudável e em quantidade suficiente. De acordo com Costa (2016, p.53), “a insegurança alimentar é um problema que aflige famílias em todo território nacional. Contudo, é mais relevante para as populações que estão submetidas a maior vulnerabilidade social”.

Ainda de acordo com Costa (2016), Alagoas é considerado um dos Estados mais pobres dos Estados brasileiros e se caracteriza dos demais por apresentar os piores indicadores sociais, sobretudo, no que concerne a alta concentração do índice de Gini. Neste sentido, a suposição de que os fatores socioeconômicos influenciam para a situação de insegurança alimentar deve ser levada em consideração.

No que concerne ao rendimento da população, é válido destacar que ainda de acordo com dados da SIS divulgados pelo IBGE em 2019, o país tinha cerca de 13,5 milhões da população com rendimentos inferiores a R$ 145 ou U$ 1,9 por dia, enquanto cerca de 52,5 milhões de pessoas possuía rendimento diário de até US$ 5,5 e R$ 420 por mês, como é exposto na tabela abaixo.

Tabela 16 – Rendimento Real efetivo domiciliar per capita no Brasil e no estado de Alagoas (2017-2018).

RENDIMENTO REAL EFETIVO DOMICILIAR PER CAPITA	**BRASIL (%)**		**ALAGOAS (%)**	
	2017	**2018**	**2017**	**2018**
ATÉ US$ 1,9 PPC 2011	7,4	6,5	15,5	17,2
ATÉ US$ 5,5 PPC 2011	26,5	25,3	48,9	48,4

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE (2019).

Levando em consideração a tabela acima, observar-se que o percentual de pessoas que vivem com rendimento diário de US$ 1,90 no Brasil voltou a crescer nos últimos anos, se comparado ao ano de 2012 no qual este percentual chegou a 5,8%. Deste modo, embora de 2017 a 2018 este percentual tenha reduzido 0,9%, é importante ressaltar que 6,5% da população continua sendo um percentual alto, no qual equivale a 13,5 milhões de pessoas que ainda se encontram em situação de extrema pobreza. Enquanto o percentual de pessoas cujo rendimento diário equivale a US$ 5,5 chegou a 25,3% em 2018, diminuindo 1,2 % em relação ao ano de 2017 no qual o percentual consistia em 26,5%.

Já o Estado de Alagoas, no ano de 2018 foi possível observar que cerca de 17,2% da população possuía rendimento real de até US$ 1,90, enquanto em 2017 esse percentual era de 15,5%, o que significa um aumento da população extremamente pobre. Quanto à população que possuía rendimento de até US$ 5,5, em 2018 o percentual consistia em 48,4% da população,

enquanto em 2017 esse percentual era de 48,9%, o que representa uma redução de 0,5% se comparado ao ano de 2018.

Neste sentido, pode-se constatar que no Brasil, sobretudo, no Estado de Alagoas, o número de pessoas que se encontram em condições de extrema pobreza apresentou um aumento de 1,7%, o que significa que há um grupo maior de pessoas expostas a situação de vulnerabilidade social.

Assim, no que concerne à Segurança alimentar, a análise foi realizada mediante dados da PNAD no período de 2009 e 2013, onde foi possível obter dados referente a Insegurança alimentar leve, moderada e grave, como podemos observar na tabela a seguir.

Tabela 17 – Segurança Alimentar no Brasil e no estado de Alagoas (2009 - 2013).

SEGURANÇA ALIMENTAR	**BRASIL (%)**		**ALAGOAS (%)**	
	2009	**2013**	**2009**	**2013**
Com Segurança Alimentar	69,8	77,4	62,9	65,4
Insegurança Alimentar Leve	18,7	20,5	15,3	14,8
Insegurança Alimentar Moderada	6,5	8,8	10,3	4,6
Insegurança Alimentar Grave	5,0	5,4	11,4	3,2

Fonte: Organizada pela autora de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (2013).

Em conformidade com a tabela acima, pode-se observar que no ano de 2009 cerca de 69,8% da população encontravam-se em situação de segurança alimentar, enquanto cerca de 18,7% em situação de Insegurança Alimentar (IA) leve, 6,5% IA moderada e 5,0% IA grave. É possível observar que de 2009 para 2013, houve um aumento no percentual em todos os indicadores, no qual foi apresentado no ano de 2013 um aumento de 7,6% na população cuja situação era de segurança alimentar, 1,8% a mais em situação de IA leve, 2,3% em situação de IA moderada e, por fim, 0,4% a mais para a população em situação de insegurança alimentar grave.

No estado de Alagoas, em 2009, cerca de 62,9% da população encontravam-se em situação de segurança alimentar, enquanto 15,3% vivia mediante IA leve, 10,3% em situação de IA moderada e 11,4% IA grave. Se comparado ao ano de 2013, pode-se observar que houve uma queda significativa no percentual da população que se encontravam em situação de insegurança alimentar moderada e grave, no qual apresentou um aumento de 2,5% da população que vivia em situação de segurança alimentar, houve uma redução de 0,5% da população que

se encontrava em situação de IA leve, reduziu 5,7% no que concerne a IA moderada e 8,2% da população que vivia em situação de IA grave.

Deste modo, tendo em vista os dados acima, é possível observar que embora o percentual de insegurança alimentar tenha aumentado no Brasil no ano de 2013, o Estado de Alagoas apresentou uma redução significativa em seu percentual, destacando, sobretudo, a redução da população cuja situação era de insegurança alimentar grave, no entanto, o Estado ainda ocupa o 7º lugar do ranking dos Estados com maior índice de insegurança alimentar grave.

No que concerne ao consumo alimentar das famílias, foi realizado uma análise com base nos dados da Pesquisa Nacional de Saúde - PND no ano de 2013 em relação ao Brasil e ao Estado de Alagoas, no qual foi analisado o consumo em relação a alimentos doces, feijão, hortaliças e frutas, leite com teor integral de gordura e refrigerante açucarados, onde foi possível observar que apenas certa de 37,3% da população brasileira consome hortaliças e frutas que são recomendados, enquanto apenas 21,2% da população alagoana consomem estes alimentos, como está exposto na tabela abaixo.

Tabela 18 – Consumo Alimentar no Brasil e no estado de Alagoas, 2013.

CONSUMO ALIMENTAR	BRASIL (%)	ALAGOAS (%)
Alimentos Doces Regularmente	21,7	17,2
Feijão Regularmente	71,9	80,3
Hortaliças e Frutas (recomendado)	37,3	21,2
Leite com teor integral de gordura	60,6	49,0
Refrigerante açucarados regularmente	22,1	15,2

Fonte: Organizado pela autora com base em dados da Pesquisa Nacional de Saúde do IBGE (2013).

Em conformidade com a tabela acima, pode-se observar que no Brasil o maior percentual de consumo alimentar concerne ao feijão, no qual cerca de 71,9% da população consomem este alimento, enquanto 21,7% da população consomem regularmente alimentos doces, apenas 37,3% consomem hortaliças e frutas, 60,6% da população consomem leite com teor integral de gordura e 22,1% consomem refrigerante açucarados regularmente.

No Estado de Alagoas, foi possível identificar que cerca de 17,2% da população alagoana consomem alimentos doces regularmente, 80,3% consomem feijão regularmente, enquanto apenas 21,2% consomem hortaliças e frutas, no que concerne ao consumo de leite com teor integral de gordura cerca de 49% da população consomem este alimento e, por fim, 15,2% da população consomem refrigerante açucarados regularmente. Deste modo, no que se

refere ao consumo de alimentos recomendados (hortaliças e frutas), Alagoas ocupa o 26º lugar em relação aos demais Estados.

Contudo, tendo em vista os dados dos indicadores citados acima e levando em consideração que a situação de pobreza e insegurança alimentar e nutricional é um problema de ampla magnitude e recorrência histórica no Brasil e, sobretudo, no Estado de Alagoas, assim como, o consumo das famílias em relação a alimentos saudáveis é considerado baixo, os governos brasileiros passaram a adotar políticas, programas e ações cujo objetivo é erradicar a pobreza e assegurar o direito humano à alimentação saudável e adequada, bem como, fortalecer as entidades que visam a produção de alimentos em termos de segurança alimentar e nutricional, como por exemplo, os agricultores familiares.

Deste modo, no Brasil foi instituído programas, políticas e ações mediante estímulo da integração entre governo e sociedade cujo objetivo é promover o Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA, no qual são destinados a famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar e nutricional. Deste modo, esse conjunto de políticas, programas e ações estão expostos no quadro a seguir.

Quadro 1 – Políticas, Programas e Ações de Segurança Alimentar e Nutricional, Brasil, 2016.

POLÍTICAS	
Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN)	Cujo objetivo é assegurar o direito humano à uma alimentação saudável, promovendo a soberania e segurança alimentar e nutricional.
Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)	Cujo objetivo é garantir a segurança alimentar e nutricional da população, acompanhando os avanços nacionais inerentes a alimentação como um direito humano.
PROGRAMAS	
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	Cujo objetivo é promover o acesso a alimentação e incentivar a agricultura familiar.
Programas Restaurante Popular (PRP)	Destinado a Estados e municípios cujo objetivo é apoiar a implantação e modernização de restaurantes públicos populares geridos pelo setor municipal/estadual.
Programa de Cozinhas Comunitárias (PCC)	Cujo objetivo é fornecer refeições saudáveis e com preços acessíveis às famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade social.
Programa Banco de Alimentos (PBA)	Tem como intuito combater à desnutrição e a obesidade, gerando mais saúde e bem-estar.
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Tem como objetivo oferecer alimentação escolar, bem como, ações educacionais e nutricionais a estudantes da educação básica pública.
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	Tem como intuito fortalecer as atividades desenvolvidas pelo agricultor familiar mediante financiamento de atividades e serviços desenvolvidos em meio rural.

Programa Cisternas	Promove o acesso da população mais carente à água de qualidade tanto para consumo humano quanto para a produção de alimentos.
Programa Bolsa Família (PBF)	Destinado a famílias de baixa renda com o intuito de garantir o acesso a serviços essenciais, como alimentação, saúde e educação.
Programa de Agricultura Urbana e Peri urbana	Cujo objetivo é consolidar a agricultura urbana, bem como, beneficiar o autoabastecimento alimentar das famílias e comunidades.
AÇÕES	
Cestas de Alimentos	Visa a aquisição de gêneros alimentícios básicos e a distribuição dos mesmos em forma de cestas de alimentos para famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional.
Educação Alimentar e Nutricional	Visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, mediante contexto do Direito Humano à Alimentação a Adequada (DHAA).
Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSAD)	Cujo objetivo é promover a cooperação entre municípios com o intuito de promover a segurança alimentar e o desenvolvimento local.
Feiras e Mercados Populares	Cujo objetivo é dinamizar a comercialização de produtos da agricultura familiar rural, urbana e peri urbana. As feiras ofertam produtos agrícolas e os mercados alimentos não perecíveis.

Fonte: COSTA, Narithania de Souza (2016).

Dentre esses programas, vale destacar o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA que, no Estado de Alagoas, representam um dos principais meios para garantir alimentação adequada a população, bem como, são um dos mercados mais importantes para geração de fonte de renda para muitos agricultores familiares.

O PNAE, foi instituído em 1955 e tem como objetivo oferecer alimentação escolar, bem como, ações educacionais e nutricionais a estudantes da educação básica pública. Deste modo, o PNAE vem contribuindo não somente para o crescimento, como também para a aprendizagem e rendimento escolar dos estudantes brasileiros, além de contribuir na formação de hábitos alimentares saudáveis mediante oferta de alimentos escolar e de ações de educação alimentar e nutricional, cujo objetivo é fornecer um cardápio escolar que esteja de acordo com as necessidades nutricionais dos estudantes.

Quanto ao PAA, concerne a um programa que integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, no qual foi instituído pela lei nº10.696, de 02 de julho de 2003, por sua vez, o PAA tem como intuito a promoção do acesso à alimentação, bem como, o incentivo a agricultura familiar, onde adquire alimentos produzidos pelos agricultores familiares destinando-os às famílias cuja situação é de insegurança alimentar e nutricional.

Deste modo, o PAA é considerado como uma das principais políticas de incentivo e apoio da agricultura familiar.

Vale destacar um outro programa que é de fundamental importância no combate a situação de vulnerabilidade, o Programa Bolsa Família – PBF, um programa de transferência direta de renda que tem como intuito atender famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza em todo país, visando garantir o acesso a serviços essenciais, como alimentação, saúde e educação.

Em suma, estes programas que tem como intuito garantir o acesso a serviços essenciais, sobretudo, garantir uma alimentação saudável e adequada a população, são considerados de fundamental importância no combate a situação de vulnerabilidade social, bem como, de desigualdade e situação de fome, no entanto, mesmo com tantas iniciativas com estas finalidades, de acordo com os dados relatados acima, a situação de desigualdade, pobreza e insegurança alimentar e nutricional ainda se faz presente no cotidiano das famílias brasileiras.

Logo, a questão de desigualdade aponta a discrepância existente entre as diferentes realidades sociais no Brasil e, sobretudo, no Estado de Alagoas. Essa discrepância existente, faz com que se reacenda as discussões acerca da segurança alimentar e nutricional, uma vez que passa a exigir compreensão da magnitude dos problemas sociais, bem como, articulações de medidas governamentais que possam assegurar o acesso a uma alimentação adequada e saudável à população, apontando a necessidade do fortalecimento das políticas públicas supracitadas.

5.1 **Segurança Alimentar e Nutricional no município de Ouro Branco, AL**

O município de Ouro Branco, de acordo com o Censo do IBGE (2010), possuía cerca de 30,39% da população que se encontravam em situação de extrema pobreza, enquanto cerca de 48,54% eram considerados pobres. Deste modo, tendo em vista as condições de vulnerabilidade da população e que a segurança alimentar e nutricional está interligada com as condições de acesso físico, social e econômico da população a alimentos seguros, nutritivos e em quantidade suficiente que satisfaça suas necessidades nutricionais, bem como, suas preferências alimentares, o município passou a utilizar de mecanismos de enfrentamento e erradicação de pobreza e de incentivo e promoção de segurança alimentar e nutricional.

De acordo com o Artigo 2º da Lei nº 12.435, de 06 de agosto de 2011, bem como, alguns estudos realizados no município, foi possível constatar que o município utiliza de alguns mecanismos de enfrentamento e erradicação da pobreza mediante diversas ações de enfrentamento a pobreza que inclui parcerias com entidades não governamentais que são

realizadas através da Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Defesa Civil do Centro de Referência em Assistência Social – CRAS. O município desenvolve essas ações a fim de proporcionar a garantia de direitos e condições mais dignas de vida ao cidadão, dessa forma, é designado recursos financeiros destinados a auxílio natalidades e funeral, dentre outros.

O município realiza também práticas de atividades físicas, conduzido pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), no qual a atividade que mais se destaca é o futebol. As práticas diárias de atividades físicas e esportivas visa reduzir o número de crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade, com o intuito de garantir um futuro mais saudável. No entanto, é importante destacar que o carro chefe na busca da erradicação da pobreza no município é o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e Bolsa Família, que garantem renda para a população em situação de pobreza que, por condições históricas de desigualdade, não conseguia ter uma renda suficiente para manter sua família com dignidade.

Baseado neste contexto, foi criada e aprovada uma Lei municipal especialmente para erradicar a pobreza, no qual o município através das equipes de apoio realiza reuniões periódicas com as famílias beneficiadas que são distribuídas em grupos com a finalidade de incentivar as famílias a criarem pequenos negócios, além disso, são ofertados cursos de geração de emprego e renda, cujo objetivo é conceder uma qualificação profissional e autonomia às famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família e das demais ações, programas e projetos de Assistência Social.

No que concerne à segurança alimentar e nutricional, o município possui parceria com a Secretaria de Agricultura, no qual conta com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 que tem como intuito promover à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Dessa forma, para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar (com dispensa de licitação) e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, bem como, aquelas que são atendidas pela rede socio assistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino.

O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o programa promove o abastecimento alimentar por meio de

compras governamentais de alimentos, fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização, valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, bem como, incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo.

Contudo, de acordo com a assistência social do município, atualmente, o município abrange um total de 2.940 famílias com programas e ações de enfrentamento da pobreza e insegurança alimentar, nos quais incluem crianças, adolescentes e adultos, como podemos analisar na tabela abaixo.

Tabela 19 – Ações e programas de enfrentamento a pobreza e insegurança alimentar, Ouro Branco - Alagoas, 2020.

Ações e Programas	**Número de pessoas**
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	320
Bolsa Família (BF)	2.590
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	30

Fonte: Elabora pela autora de acordo em dados da assistência social (2020).

Em conformidade com a tabela acima, cerca de 320 pessoas da população do município fazem parte do SCFV, nas quais incluem crianças, adolescente e adultos, enquanto cerca de 2.590 são beneficiados com o programa BF e, por fim, apenas 30 famílias são beneficiadas com o PAA. Logo, tendo em vista que de acordo com o último censo do IBGE (2010), o município possuía uma população estimada de 10.912 habitantes, pode-se concluir que as ações e os programas destinados ao enfrentamento da pobreza e da insegurança alimentar, precisam ser direcionadas a um público maior, visto que, cerca de 30,39% da população são consideradas extremamente pobres, enquanto 48,54% considerados pobres.

6 CARACTERIZAÇÃO DA FEIRA AGROECOLÓGICA NO MUNICÍPIO

Muito tem se discutido sobre a importância de um modo de vida que envolva melhorias na educação alimentar e na adoção de hábitos alimentares mais saudáveis, nesse sentido, muitos agricultores familiares praticam a agricultura agroecológica, que tem como intuito prover de um modo sustentável de produção que protege e conserva a biodiversidade e os recursos naturais e, sobretudo, que fornecem produtos agrícolas que visam a melhoria da qualidade de vida da população.

De antemão, é importante ressaltar que a relação entre a produção e comercialização destes produtos vem ocorrendo desde o período medieval. De acordo com O'loiola e Martins (2017), através do advento da agricultura, o homem passou a estabelecer relações de trocas de gêneros alimentícios, no qual, posteriormente, passou a comercializa-los. Esse tipo de comercialização sucedia mediante barganha, que geralmente ocorria entre os nobres e os servos.

É importante ressaltar que no período medieval, os servos eram denominados como camponeses e os nobres eram os senhores feudais, os grandes proprietários de terras. Neste sentido, os servos trabalhavam nas terras dos senhores feudais, em troca de uma parcela de terras dos senhores que eram divididas e concedidas aos camponeses para cultivar seus produtos, como pagamento, os servos concediam parte da produção agrícola aos senhores feudais, além de prestar dia de trabalho pessoal.

Contudo, com a transição do feudalismo para o capitalismo novas relações comerciais foram surgindo e os gêneros alimentícios cultivados pelos camponeses passaram a ganhar espaço e serem comercializados nas cidades, já que o acesso a terra pelo camponês passou a ocorrer mediante compra. Dessa forma, o sistema feudal que era baseado na barganha passou a ser substituído pela comercialização dos produtos, os locais destinados à comercialização dos mesmos, eram denominados como "feiras livres".

As feiras livres constituíram-se em locais propícios para a comercialização dos produtos camponeses e tornou-se um elemento de suma importância para o crescimento e desenvolvimentos das cidades. Nesse sentido, O'loiola e Martins (2017), discorre que

> A feira é um canal de comercialização e distribuição de produtos agrícolas variados, provenientes da agricultura camponesa; assim sendo, os camponeses encontram na atividade feirante a prática ideal para a comercialização de seus produtos, pois geralmente os custos são menores, os produtos em sua maioria produzido de forma sustentável, por meio da agroecologia ou não e o preço é negociado diretamente com o consumidor. (O'LAIOLA; MARTINS, 2017, p.5).

No que concerne as práticas agroecológicas, ainda de acordo com O'loiola e Martins (2017), estas práticas vem promovendo mudanças no modo de vida das pessoas, uma vez que a partir do momento em que estes optam pela utilização de meios naturais em

detrimento dos mecanismos industrializados na prática agrícola, as mudanças educacionais e alimentares são adotadas pela sociedade, não só em termos fisiológicos, mas também no meio ambiente, visto que as agressões em ambos são mínimas.

Dentro dessa perspectiva, as feiras são consideradas importantes canais de comercialização, sobretudo, dos produtos advindos do modelo da agricultura familiar sustentável. Logo, as feiras agroecológicas desempenham um papel de suma importância no escoamento da produção advindas da agricultura familiar, tornando-se fundamental por garantir não somente a reprodução socioeconômicas de muitas famílias que vivem no meio rural, mas também por viabilizar o acesso a alimentos saudáveis.

Nesse seguimento, de acordo com a coordenadora da Asa municipal, Daniele da Silva, a feira agroecológica no município de Ouro Branco, Alagoas surgiu no início do ano de 2019 através de incentivos da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) municipal ourobranquense, bem como, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores do município de Maravilha – AL.

A princípio, a feira agroecológica teve iniciativa através de uma pequena família de agricultores familiares residente da zona rural do município que sempre se atentaram a produção de alimentos saudáveis. Em primeiro momento, a produção era destinada apenas para subsistência da família, no entanto, com o passar do tempo a produção foi tomando novos rumos e a família passou a comercializar estes produtos para comunidades da zona rural e, atualmente, os produtos são comercializados na feira agroecológica do município.

Desde o ano de 2019 esta família de agricultores familiares, através de parcerias com a ASA municipal, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, bem como, com alguns agricultores familiares da região, vem encarando o desafio de comercializar produtos livres de agrotóxicos que, a princípio, era considerado uma novidade diante da feira convencional que ocorre no município, tendo que conquistar a população a conhecer e saber a importância e os benefícios oriundos destes produtos na alimentação.

Deste modo, a feira agroecológica tem como intuito não somente fortalecer a agricultura familiar, gerando renda e oportunidades para os agricultores familiares, mas também ampliar a visão da população em relação ao valor que possui o produto agroecológico, expondo a importância e os benefícios destes produtos que são livres de agrotóxicos.

É importante salientar que a feira agroecológica é composta por duas bancas fixas, nas quais pertencem a duas agricultoras que cultivam produtos específicos para a feira, no entanto, ambas as bancas agregam produtos de dois agricultores familiares da região,

totalizando assim, quatro agricultores familiares. Em relação aos dias de exposição da feira, esta ocorre quinzenalmente às quintas-feiras no centro da cidade, realizando, assim, duas feiras durante todo o mês. Na figura 2 abaixo pode-se visualizar a composição das bancas.

Figura 2 – Feira Agroecológica no município de Ouro Branco - Alagoas, 2019

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais (2019).

Quanto a produção, todos os produtos são cultivados pelos próprios agricultores da feira, nos quais são cultivados em hortas localizadas no próprio espaço rural das famílias. Deste modo, é importante ressaltar que estes agricultores dispõem de orientações para melhorar suas práticas de cultivo e manejo das plantações, embora não seja realizado com tanta frequência, sempre que surge a oportunidade, os agricultores participam de oficinas de capacitação, orientação de como atrair a clientela, oficinas de manejo e produção, bem como recebem auxílio técnico de como tratar e manejar as plantas com defensivo naturais e de dispor de uma produção mais econômica. As figuras abaixo concernem as hortas nas quais são cultivados os produtos.

Figura 3 – Hortas onde são cultivados os produtos da Feira Agroecológica do município de Ouro Branco - Alagoas, 2019

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais (2019).

Os produtos comercializados são verduras, legumes, frutas, bem como, galinha caipira, ovos caipiras, variedades de doces e bolos caseiros e o tradicional xerém com galinha. No que concerne a diversidade de produtos, varia muito de acordo com a época do ano, uma vez que as frutas vêm de acordo com a sua safra, enquanto as verduras e legumes são os mais produzidos, no entanto, sofrem na época de estiagem. O quadro 2 a seguir expõe os tipos de verduras, frutas e legumes que são comercializados na feira.

Quadro 2 – Produtos comercializados na Feira Agroecológica do município de Ouro Branco - Alagoas, 2019

FRUTAS	LEGUMES	VERDURAS
Tomate	Abóbora de leite	Alface
Tomate Cereja	Abóbora de Caboclo	Coentro
Acerola	Abobrinha	Cebolinha
Umbu	Beringela	Couve
Mamão	Pepino	Rúcula
Limão	Mini pepino	Espinafre
Pimenta de Cheiro	Pimentão	
	Maxixe	
	Maxixe do Pará	
	Feijão de corda verde	

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais (2019).

É válido destacar que as frutas e o feijão de corda comercializadas são de acordo com as safras, isto é, a diversidade depende do período das safras, sendo os legumes e as verduras os produtos comercializados com maior frequência. Nas figuras 4 e 5 a seguir são expostos alguns dos produtos comercializados na feira.

Figura 4 – Produtos Comercializados na Feira Agroecológica do município de Ouro Branco - Alagoas, 2019

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais (2019).

Figura 5 – Produtos Comercializados na Feira Agroecológica do município de Ouro Branco - Alagoas, 2019

Fonte: Sindicato dos Trabalhadores Rurais (2019).

É importante ressaltar que, além da comercialização na feira agroecológica, estes agricultores comercializam os produtos mediante encomendas, fazendo entrega a domicílios com o intuito de atingir a um público maior, sendo estes os seus canais de comercialização.

Quanto a divulgação da feira, a mesma é divulgada com frequência através de anúncios nas ruas do município, divulgações no programa sindicalismo em ação que é realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, bem como, na rádio comunitária da cidade, reuniões comunitárias nas comunidades rurais e nas redes sociais.

Os consumidores da feira agroecológica são consumidores do próprio município que residem tanto na zona urbana, quanto na zona rural e, embora a feira seja composta por apenas duas bancas, os agricultores relatam que há um fluxo grande de consumidores.

Embora a feira agroecológica do município seja formada por poucos agricultores e disponha de poucas bancas, de acordo com a coordenadora da Asa municipal, a feira é considerada como referência na região do sertão. Os agricultores familiares, participam de ações promovidas pela Asa municipal, nas quais trocam experiências com outros agricultores sobre as estratégias para produzirem os alimentos sem uso de agrotóxico, conservação do solo e garantia a segurança alimentar e nutricional da família.

No entanto, mesmo sendo referência na região do sertão, a feira agroecológica não conta com apoio de programas e políticas governamentais e municipais que visem a segurança

alimentar e nutricional e, embora estes agricultores tenham participado do PAA e do PNAE, atualmente, eles atuam de forma independente.

Destarte, a feira agroecológica enfatiza a importância da integração entre os diversos agricultores que permite uma consolidação de suas práticas, bem como, a perpetuação dos conhecimentos adquiridos, demonstrando, assim, o fortalecimento econômico das famílias que vivem no campo e que garantem a soberania alimentar para os habitantes da cidade e do campo.

Assim, para avaliar os possíveis impactos da pandemia de convid-19 na feira agroecológica do município, foi aplicado questionário composto com questões abertas e fechadas, simples e objetivas, aos feirantes e aos consumidores do município, tendo como enfoque os consumidores que já frequentou ou que ainda frequentam a feira agroecológica. Contudo, foram aplicados questionários aos quatro feirantes que fazem parte da feira e a 40 consumidores do município que serão apresentados a seguir.

6.1 Uma análise sob a perspectiva dos feirantes da Feira Agroecológica em Ouro Branco, Alagoas

Para os feirantes, buscou-se avaliar o perfil socioeconômico das famílias participantes da feira, bem como, realizar a caracterização da feira agroecológica e os possíveis impactos ocasionados pela pandemia de covid-19 à feira, analisando os efeitos sobre a renda dos feirantes e a oferta e demanda dos produtos.

Para caracterizar o perfil socioeconômico das famílias participantes da feira, foram levantadas questões quanto a sexo, escolaridade, composição familiar, moradia, ocupação e composição de renda. Neste sentido, foi possível identificar uma predominância do sexo feminino para as pessoas responsáveis pelas famílias participantes da feira, uma vez que 3 é do sexo feminino, enquanto 1 do sexo masculino. Quanto a composição familiar, foi possível identificar que 1 dos feirantes possui uma composição familiar de 1 a 2 moradores, enquanto 3 possuem de 3 a 4 moradores. Além disso, todos os feirantes relataram residir na zona rural do município.

No que concerne ao nível de escolaridade dos participantes da feira, observou-se que 1 dos participantes possui ensino fundamental incompleto, 2 ensino médio incompleto e apenas 1 possui ensino médio completo. Não obstante, foi possível observar que todos os feirantes possuem ocupação como agricultores familiares e recebem menos de um salário mínimo, como podemos observar no quadro abaixo.

Quadro 3 – Nível de Escolaridade, Ocupação e Renda dos feirantes da Feira Agroecológica do município de Ouro Branco - Alagoas, 2020

	Nível de Escolaridade	**Ocupação**	**Renda**
Feirante I	Ens. Fund. Inc.	Agricultor/ Feirante	Menos de um salário min.
Feirante II	Ens. Méd. Inc.	Agricultor/ Feirante	Menos de um salário min.
Feirante III	Ens. Méd. Inc.	Agricultor/ Feirante	Menos de um salário min.
Feirante IV	Ens. Méd. Comp.	Agricultor/ Feirante	Menos de um salário min.

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Contudo, embora os feirantes possuam ocupação como agricultores familiares, foi possível observar que estes possuem outras atividades geradores de renda, sendo assim, 1 dos agricultores possui criação de aves e suínos, enquanto 2 trabalham como doméstica e 1 como contratada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município.

Quanto a composição de renda, os feirantes possuem uma renda mensal inferior a um salário mínimo, mesmo recebendo o benefício social do governo (Bolsa Família) e possuindo outras atividades geradores de renda.

Para caracterizar e analisar os impactos da pandemia de convid-19 na feira agroecológica, buscou-se contemplar questões sobre o tempo de participação na feira, os tipos de produtos comercializados, renda obtida com a venda dos produtos na feira, valor de produção, avaliação da feira sob a ótica dos feirantes entrevistados, bem como, os benefícios e as dificuldades enfrentadas por estes.

Neste sentido, no que concerne ao tempo de participação na feira, foi possível identificar que 3 dos participantes fazem parte da feira a mais de um ano, enquanto 1 participa a menos de um ano. Já em relação aos produtos comercializados, foi possível identificar que os feirantes comercializam frutas, legumes, hortaliças, verduras, bem como, comidas caseiras (doces, cocadas, bolos, xerém com galinha, café) e ovos de galinha de capoeira, no entanto, apenas 2 dois feirantes comercializam todos os tipos de produtos, enquanto 1 comercializa apenas verduras e hortaliças e 1 apenas verduras.

Quanto a renda, foi abordado sobre a renda média mensal familiar obtida antes da comercialização dos produtos na feira agroecológica, bem como, a renda média mensal após a comercialização dos produtos na feira, no entanto, observou-se que a renda média mensal obtida antes e após a comercialização dos produtos na feira agroecológica permaneceu a mesma, sendo está equivalente a menos de um salário mínimo.

Contudo, embora a renda média mensal tenha permanecido abaixo de um salário mínimo, foi possível observar, um aumento no valor de produção dos feirantes após a comercialização dos produtos na feira, uma vez que, os mesmos já cultivavam e comercializavam os produtos antes de participar da feira, desta forma, 3 dos feirantes relataram um valor de produção de R$ 200,00 e 1 de R$ 150,00 antes de participar da feira, já após participação na feira, foi possível identificar que 3 dos feirantes passaram a obter um valor de produção equivalente a R$ 300,00, enquanto 1 passou a obter um valor de R$ 400,00.

Tabela 20 – Valores obtidos com a venda dos produtos agroecológicos pelos feirantes antes e depois da feira agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2020

	Valor obtido antes da feira	**Valor obtido depois da Feira**
Feirante I	R$200,00	R$300,00
Feirante II	R$200,00	R$400,00
Feirante III	R$150,00	R$300,00
Feirante IV	R$200,00	R$300,00

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

É válido destacar que todos os feirantes relataram ter ocorrido um aumento no valor de produção após a comercialização dos produtos na feira agroecológica e, embora a renda familiar continue abaixo de um salário mínimo, é notório que a feira agroecológica ocasionou uma melhora na renda destas famílias.

Quanto a avaliação da feira sob a ótica dos feirantes, os mesmos consideram a feira como boa, destacando os benefícios gerados pela feira, uma vez que a mesma proporciona qualidade de vida e sustentabilidade, além de oferecer aos clientes alimentos livres de agrotóxicos e melhorar a renda familiar dos feirantes. No entanto, os mesmos relataram algumas dificuldades enfrentadas tanto em relação a produção, quanto a comercialização dos produtos, neste sentido, a falta de apoio governamental e municipal, bem como, o conhecimento técnico e falta de água são as principais dificuldades quanto a produção dos produtos comercializados, pois embora os agricultores recebam orientações para melhorar suas práticas de cultivo e manejo dos produtos, estas orientações não ocorrem com frequência, o que aumenta estas dificuldades para os agricultores/feirantes, já que precisam atuar de forma independente.

Quanto a comercialização dos produtos na feira, foi possível identificar que a maior dificuldade concerne ao transporte das mercadorias, visto que todos os feirantes residem na zona rural do município e precisam se deslocar para a cidade para comercializar os produtos.

No que concerne aos possíveis impactos da pandemia de covid-19 sobre a oferta e demanda dos produtos comercializados na feira agroecológica, buscou-se analisar as dificuldades de comercializar os produtos, fluxo de consumidores, preço, quantidade comercializada e diversificação dos produtos, bem como, renda familiar durante a pandemia.

Neste sentido, todos os feirantes relataram ter dificuldade de comercializar os produtos durante a pandemia, afirmando ter reduzido o fluxo de consumidores, uma vez que a feira foi suspensa. No que concerne ao valor dos produtos, os feirantes relataram que não houve mudança de preços, embora a quantidade comercializada tenha diminuído consideravelmente, além disso, 1 dos feirantes relatou ter diminuído a diversidade de produtos, enquanto 3 relataram não ter sofrido alteração quanto a isso.

Quanto a renda familiar, todos os feirantes relataram ter sofrido uma redução na renda média mensal, uma vez que a feira agroecológica era a principal fonte de comercialização e contribuía para o aumento da renda familiar, embora a mesma continuasse abaixo de um salário mínimo. Contudo, a suspensão da feira fez com que os feirantes tivessem que se adaptar a novas formas de comercialização para escoar a produção, neste sentido, 3 dos feirantes relataram ter que se adaptar as redes sociais, enquanto 1 passou a vender seus produtos porta a porta, além disso, os feirantes ressaltaram que tiveram que criar grupos nas redes sociais para manter o contato com alguns clientes e, assim, poder escoar a produção, bem como, tiveram que aumentar as vendas na comunidade e na própria residência.

Contudo, foi possível identificar algumas das maiores dificuldades enfrentadas pelos feirantes com a suspensão da feira agroecológica, onde observou-se que os feirantes se sentiram prejudicados pela perda da produção que já estava pronta para serem comercializadas na feira, bem como, por ter sofrido redução na comercialização.

Enquanto as principais dificuldades enfrentadas para comercializar os produtos durante a pandemia, foi possível identificar que os feirantes perderam boa parte de suas clientelas (antes da pandemia consistia em cerca de 100 a 150 consumidores e, após a pandemia, passou para cerca de 20 a 30 consumidores), uma vez que sem a exposição da feira, perderam o contato com os clientes. Além disso, os feirantes relataram enfrentar dificuldade de sair de casa para oferecer os produtos, dificultando, assim, o escoamento da produção. E, embora os feirantes já utilizassem as redes sociais para comercializar os produtos, eles alegaram ter dificuldade de manter contato com os consumidores, já que grande parte dos consumidores realizavam as compras na feira.

Contudo, foi possível analisar que a pandemia de covid-19 ocasionou alguns impactos na feira agroecológica do município, uma vez que, devido a suspensão das feiras, os feirantes perderam a sua principal fonte de comercialização, tendo que se adaptar a novas formas de comercialização para escoar a produção e, sobretudo, contando com um número bastante reduzido de clientes. Não obstante, embora a pandemia não tenha ocasionado impacto no preço e na diversidade dos produtos, foi possível identificar que a quantidade ofertada reduziu consideravelmente e isso, consequentemente, ocasionou a redução da renda média mensal destes feirantes.

É sabido que a feira agroecológica sempre foi tida como um grande desafio para estes agricultores, uma vez que a agroecologia não é tão difundida e conhecida pela população e, sobretudo por estes agricultores não obter apoio municipal para fortalecer a agricultura familiar e, consequentemente, a feira agroecológica, já que desde o princípio a feira foi instituída por iniciativa dos mesmos. Neste sentido, a suspensão da feira durante a pandemia enfatizou ainda mais os desafios enfrentados por estes agricultores no que concerne a comercialização dos seus produtos.

6.2 Consumidores

Para os consumidores, foi realizado uma análise tanto para os consumidores que continuaram frequentando a feira agroecológica, quanto para os que já frequentaram, mas que atualmente não frequentam mais, totalizando, assim, 40 questionários. Neste sentido, buscou-se avaliar o perfil socioeconômico destes consumidores, bem como, avaliar os possíveis impactos ocasionados pela pandemia de covid-19, analisando o acesso dos consumidores aos produtos fornecidos pela feira e a relação entre consumo, preço e disponibilidade dos produtos.

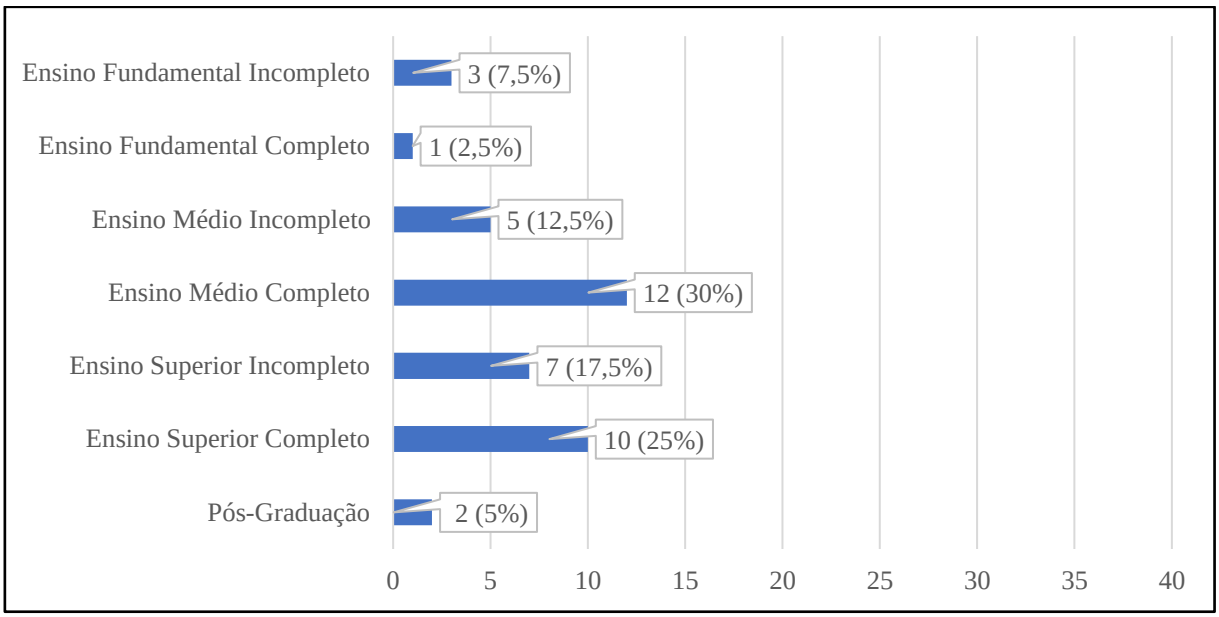
No primeiro momento, para caracterizar o perfil socioeconômico foram levantadas questões sobre sexo, nível de escolaridade, ocupação, nível de renda, local de residência e tipo de feira que os consumidores frequentam atualmente. Logo após, foi realizado uma análise acerca dos dois grupos de consumidores aos quais foram aplicados os questionários.

Contudo, no primeiro momento, foi possível identificar uma predominância do sexo feminino em relação aos consumidores, uma vez que este representa 33 dos 40 consumidores, enquanto apenas 7 consumidores é do sexo masculino.

Quanto ao nível de escolaridade, foi possível identificar que todos os consumidores possuem um nível de escolaridade, no entanto, o ensino médio completo apresentou maior participação, uma vez que 12 dos consumidores possuem ensino médio completo. Não obstante,

7 dos consumidores possuem ensino superior incompleto e 10 alegaram possuir ensino superior completo.

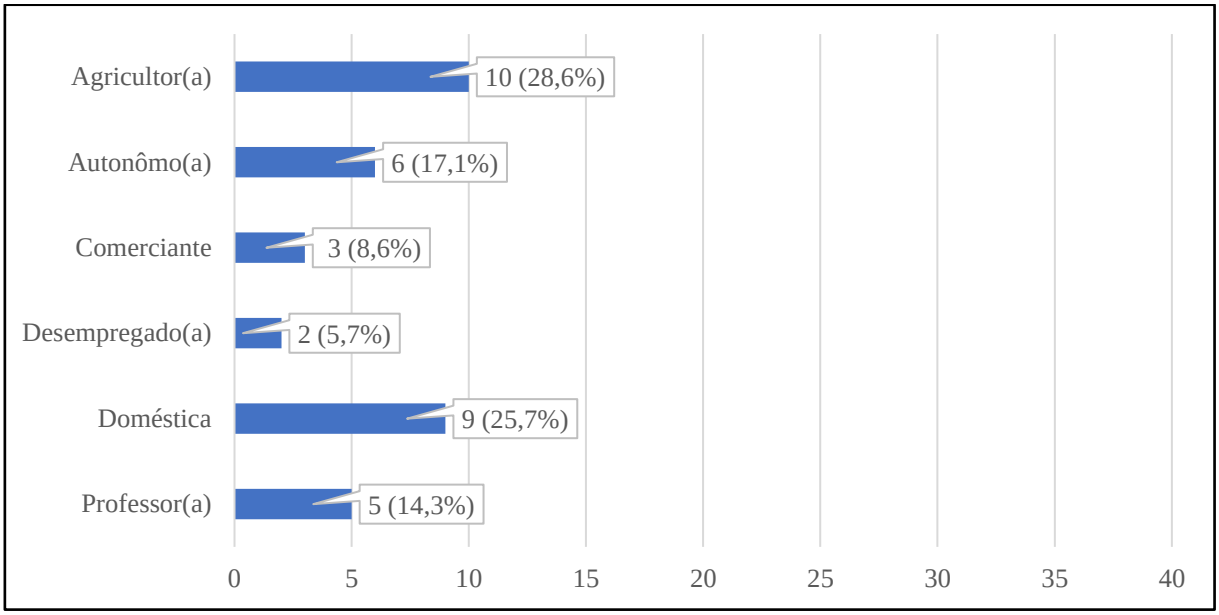
Gráfico 9 – Nível de escolaridade dos consumidores da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Quanto a ocupação dos consumidores, dos 35 consumidores que responderam, foi possível observar que houve uma predominância na ocupação como agricultor(a) que representa 10 dos consumidores entrevistados, bem como, doméstica que também representa mais 9 dos consumidores e professor(a) que representa 5 dos entrevistados. Neste sentido, pode-se observar que apenas 2 dos consumidores encontram-se desempregados, enquanto os demais possuem algum tipo de ocupação.

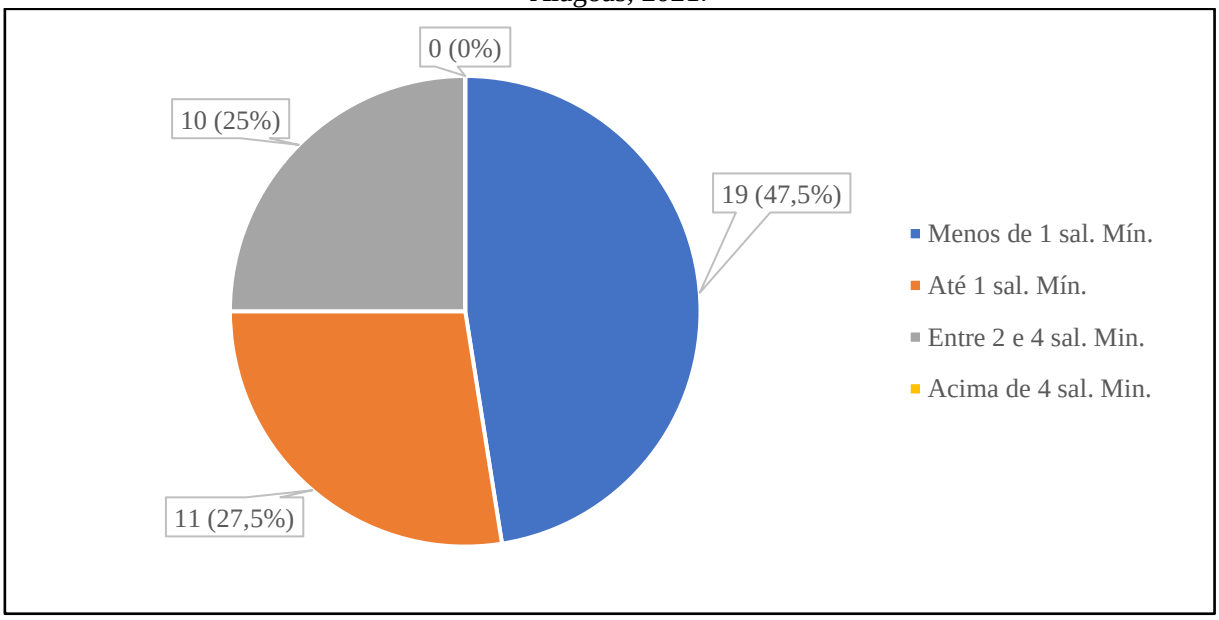
Gráfico 10 – Ocupação dos consumidores da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021.



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

No que concerne a composição de renda familiar dos consumidores, observou-se uma prevalência para os consumidores que possuem uma renda equivalente a menos de 1 salário mínimo, visto que este representa 19 dos 40 consumidores, enquanto cerca de 10 consumidores possuem renda entre 2 e 4 salários. Contudo, foi possível identificar que os consumidores que recebem menos de um salário mínimo e até um salário mínimo são consumidores que possuem ocupação como agricultores e domésticas, enquanto os consumidores que recebem entre 2 e 4 salários mínimos possuem ocupação como comerciante, autônomo e professor (a).

Gráfico 11 – Composição de renda familiar dos consumidores da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021.

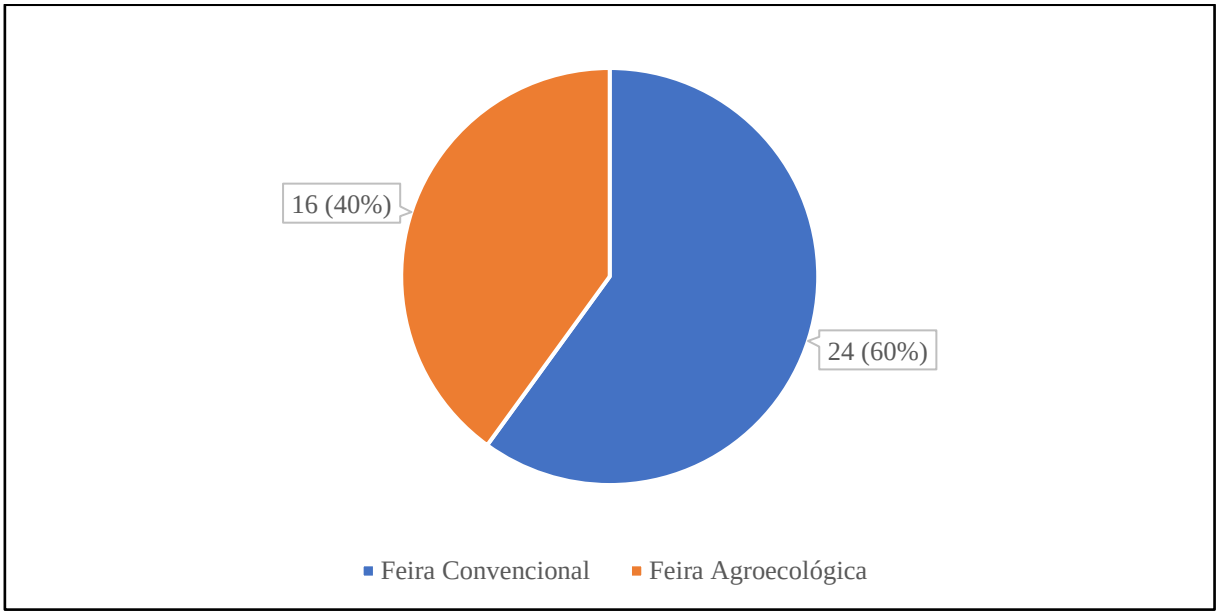


Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Não obstante, foi possível observar uma predominância para os consumidores que residem na zona urbana do município que representa 29 destes consumidores, enquanto 11 residem na zona rural.

No que concerne ao tipo de feira que os consumidores frequentam atualmente, foi possível identificar que 16 dos consumidores frequentam a feira agroecológica, enquanto 24 a feira convencional, como podemos observar no gráfico a seguir.

Gráfico 12 - Tipo de feira que os consumidores frequentam a Feira Agroecológica atualmente, Ouro Branco - Alagoas, 2021.



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Contudo, pode-se observar que de 24 consumidores que atualmente frequentam pontos de venda de produtos convencionais, 21 dos consumidores não só tem conhecimento, como também já frequentou e consumiu produtos da feira agroecológica. Desta forma, os próximos subtópicos abaixo estão divididos em dois, no qual o subtópico 6.2.1 concerne ao grupo de consumidores que continuaram consumindo os produtos da feira agroecológica durante a pandemia e o tópico 6.2.2 refere-se ao grupo de consumidores que deixaram de frequentar a feira agroecológica durante a pandemia.

6.2.1 Consumidores que continuaram consumindo os produtos da feira agroecológica durante a pandemia de Covid-19

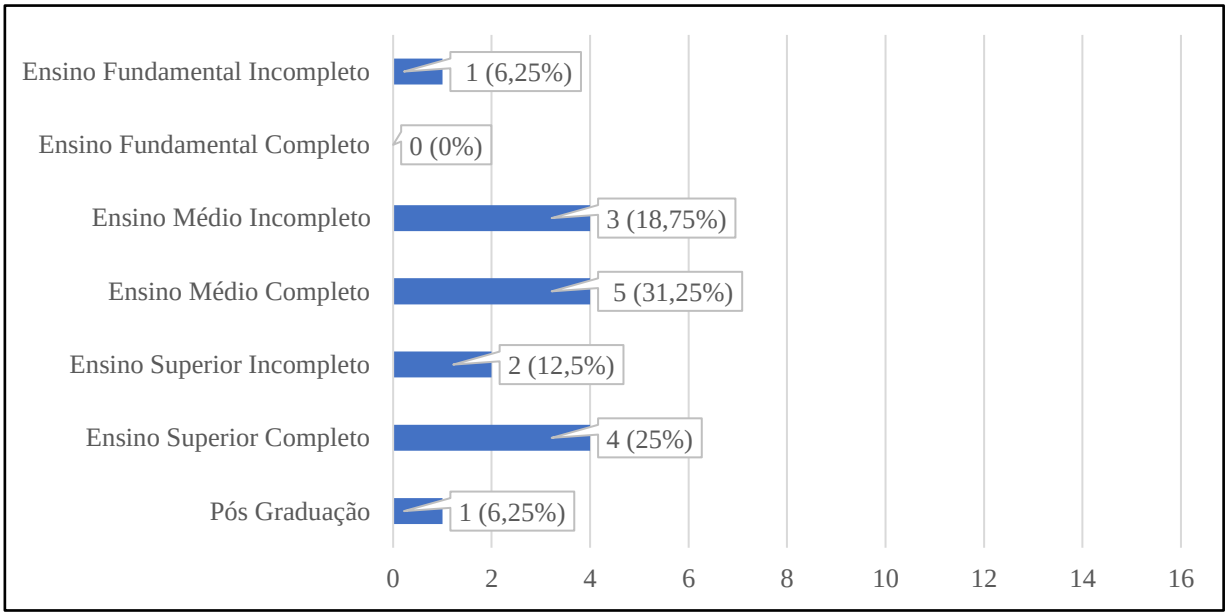
Para este grupo de consumidores, além de realizar a caracterização do perfil socioeconômico, foi realizado uma análise acerca dos tipos de produtos consumidos, bem como, avaliação sobre os preços praticados pela feira e sobre os produtos comercializados e

gasto médio por feira, além de buscar avaliar os possíveis impactos da pandemia de covid-19 a este grupo de consumidores.

Logo, foi possível identificar que dos 40 consumidores aos quais foram aplicados os questionários, apenas 16 continuaram consumindo os produtos da feira agroecológica. Neste sentido, para este grupo de consumidores foi possível identificar uma predominância do sexo feminino, visto que de 16 consumidores, 13 são do sexo feminino e apenas 3 do sexo masculino.

Não obstante, no que concerne ao nível de escolaridade, foi possível identificar que todos deste grupo de consumidores possuem algum tipo de escolaridade, onde observou-se que apenas 1 dos consumidores possui ensino fundamental incompleto, 5 ensino médio completo e 4 possui ensino superior completo.

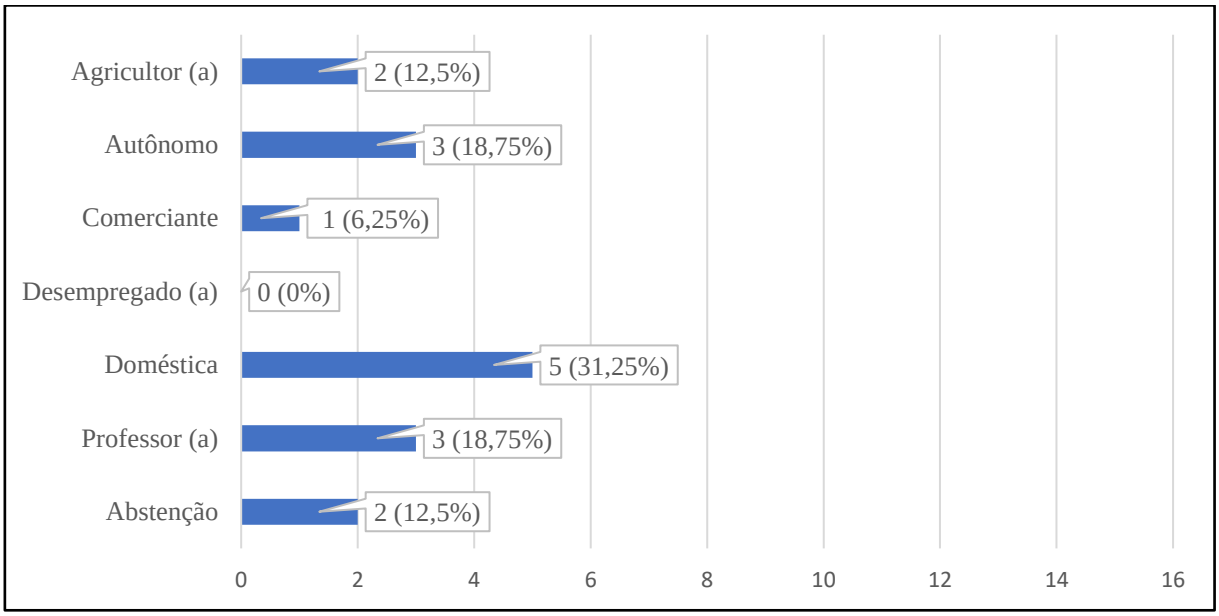
Gráfico 13 – Nível de Escolaridade dos consumidores que continuaram consumindo produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quanto a ocupação destes consumidores, pode-se observar uma predominância para ocupação como doméstica, uma vez que 5 dos 14 consumidores que responderam, possuem ocupação como doméstica, não obstante, pode-se observar também que 3 dos consumidores possuem ocupação como autônomo e 3 como professor. Torna-se importante ressaltar que deste grupo de consumidores, nenhum dos consumidores encontram-se desempregado.

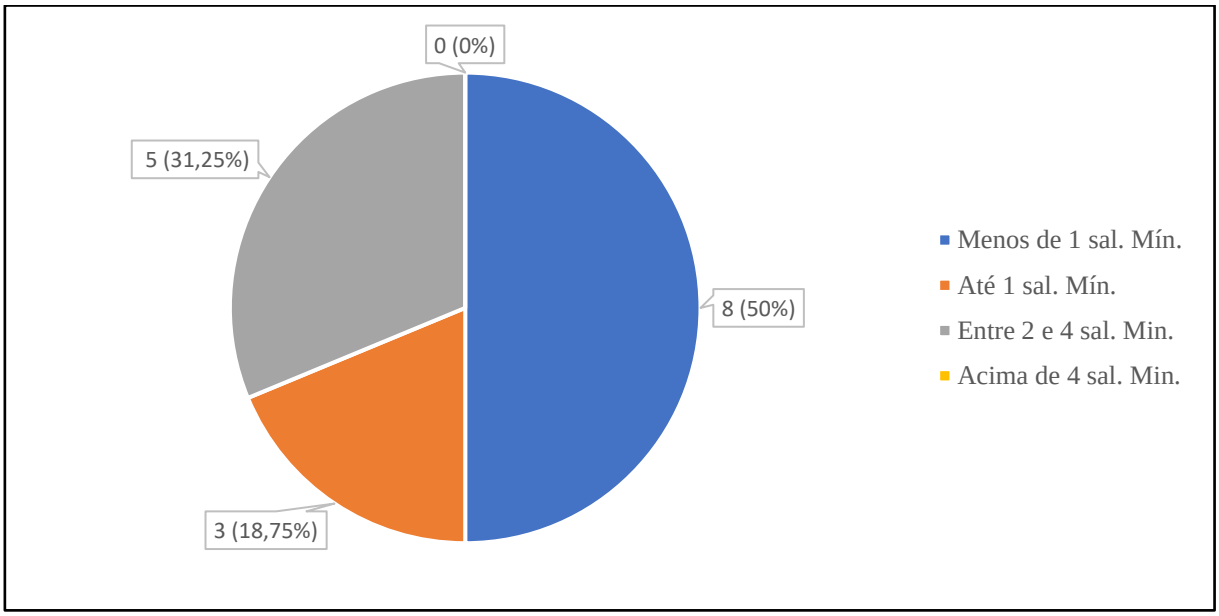
Gráfico 14 – Ocupação dos consumidores que continuaram consumindo produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco – Alagoas, 2021



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Já em relação ao nível de renda, pode-se observar que cerca de 8 consumidores, que representa mais da metade deste grupo de consumidores, possuem uma renda média mensal abaixo de um salário mínimo, enquanto 5 dos consumidores possuem entre 2 e 4 salários mínimos. Neste sentido, foi possível analisar que os consumidores que recebem entre 2 e 4 salários mínimo, possuem ocupação como professores, autônomos ou comerciantes, uma vez que o grupo de doméstica e agricultores recebem menos de 1 salário mínimo ou até 1 salário mínimo.

Gráfico 15 – Renda mensal dos consumidores que continuaram consumindo produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021.

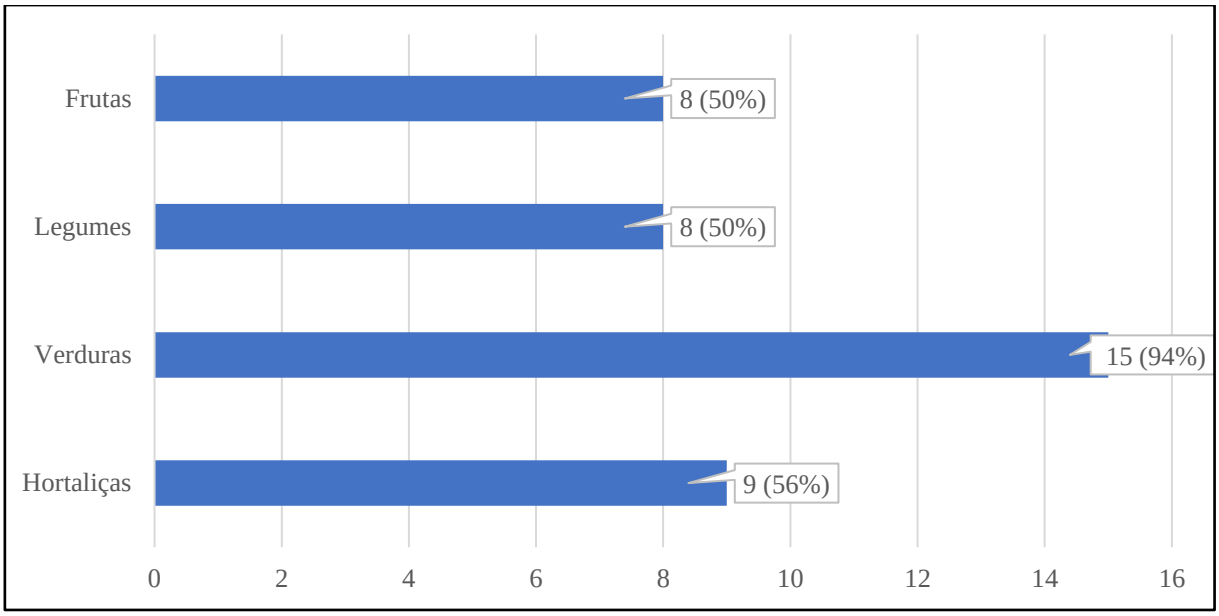


Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Não obstante, foi possível observar que dos 16 consumidores aos quais foram aplicados os questionários, 13 residem na zona urbana do município, enquanto 3 residem na zona rural. Neste sentido, estes consumidores afirmaram consumir produtos da feira agroecológica antes e durante a pandemia de covid-19.

No que concerne aos tipos de produtos consumidos pelos consumidores que continuam consumindo os produtos da feira agroecológica, foi possível identificar uma prevalência no consumo de verduras, uma vez que esta representa 94% do consumo, seguido do consumo de hortaliças que representa 56%.

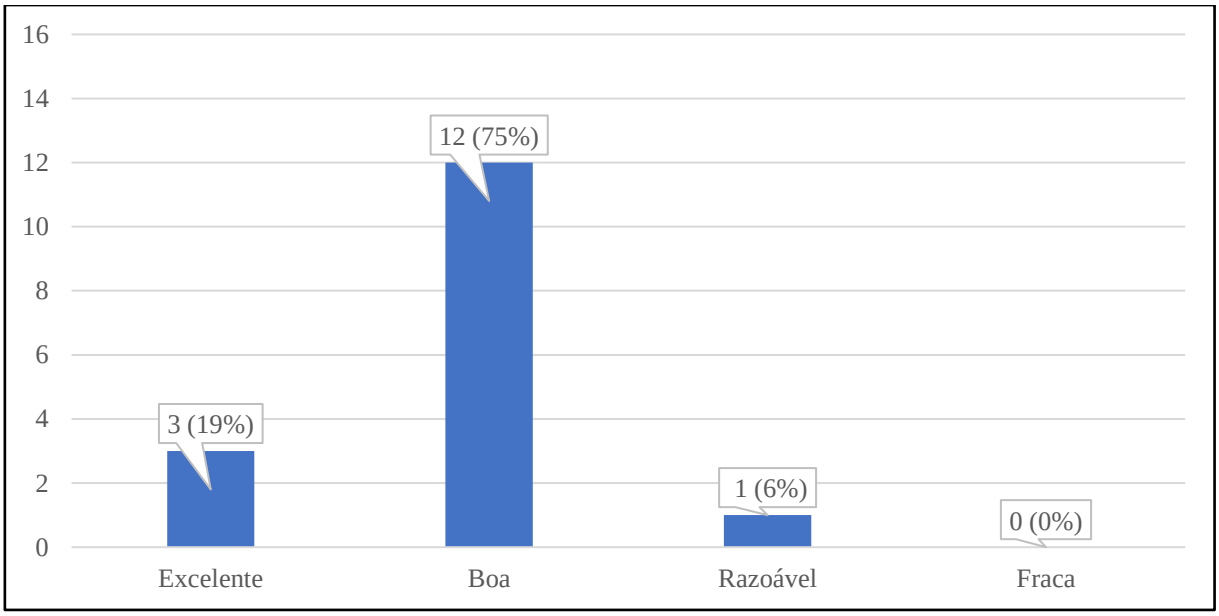
Gráfico 16 – Produtos consumidos pelos consumidores que continuaram consumindo produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021.



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Quanto a avaliação dos produtos comercializados sob a ótica dos consumidores, foi questionado sobre a qualidade, diversidade e regularidade, neste sentido, pode-se observar uma participação maior na classificação como boa, visto que esta representa 12 dos consumidores entrevistados, enquanto 3 consideram a feira como excelente.

Gráfico 17 – Avaliação dos consumidores que continuaram consumindo produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021



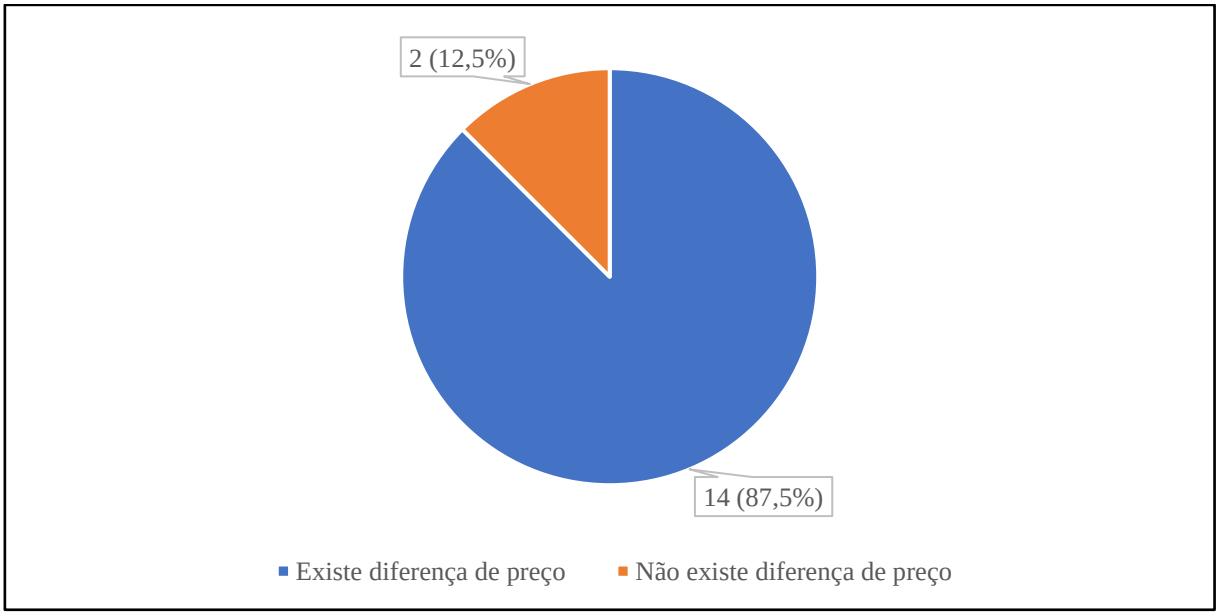
Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Neste sentido, a avaliação dos consumidores quanto a qualidade, diversidade e regularidade dos produtos na feira nos mostra que a feira agroecológica possui uma relevância

para esta parcela da população, uma vez que esta considera que os alimentos agroecológicos possuem maior qualidade do que os produtos convencionais.

No que concerne a avaliação do preço praticado na feira, foi questionado se há diferença de preço entre a feira agroecológica e a feira convencional, logo, 14 dos consumidores que continuaram consumindo produtos da feira agroecológica alegaram haver diferença de preço entre a feira agroecológica e a feira convencional, não obstante, dos 14 consumidores que alegaram haver diferença de preços, 12 relataram que os preços praticados são mais caros que os preços dos produtos fornecidos pela feira convencional.

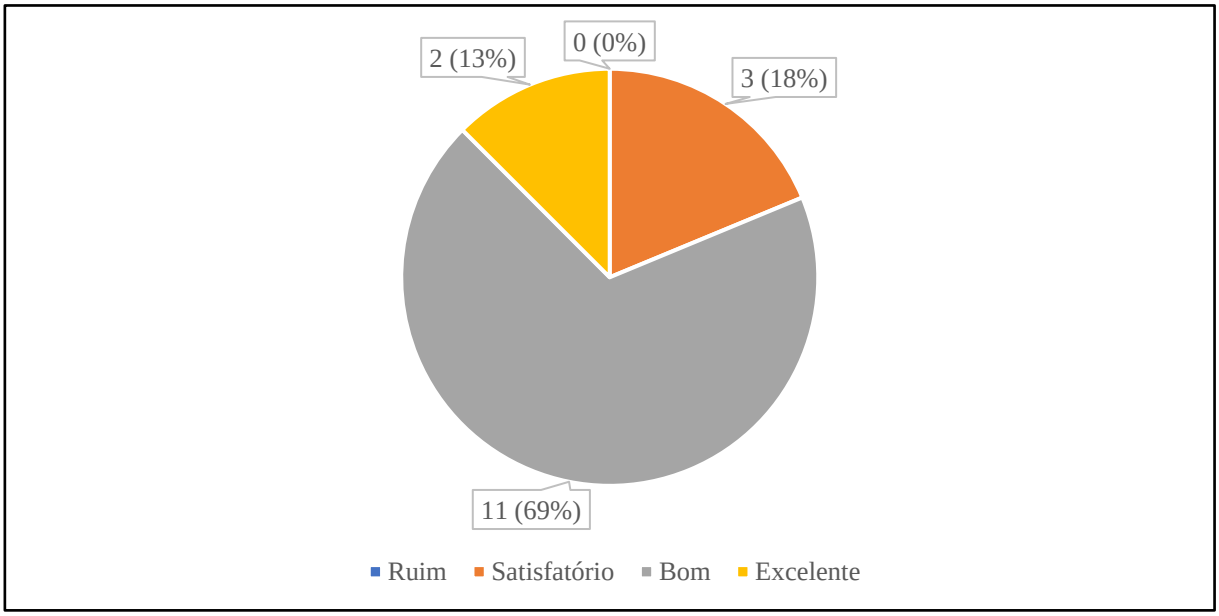
Gráfico 18 – Avaliação de diferença de preço entre a Feira Agroecológica e Feira Convencional sob a ótica dos consumidores que continuaram consumindo produtos da Feira Agroecológica em relação ao preço dos produtos fornecidos pela feira, Ouro Branco - Alagoas, 2021



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quanto a classificação do preço dos produtos, embora os consumidores aleguem haver diferença de preço entre os produtos da feira agroecológica e a feira convencional, os mesmos consideram o preço praticado como bom, uma vez que este representa 11 dos 16 consumidores aos quais foram aplicados os questionários.

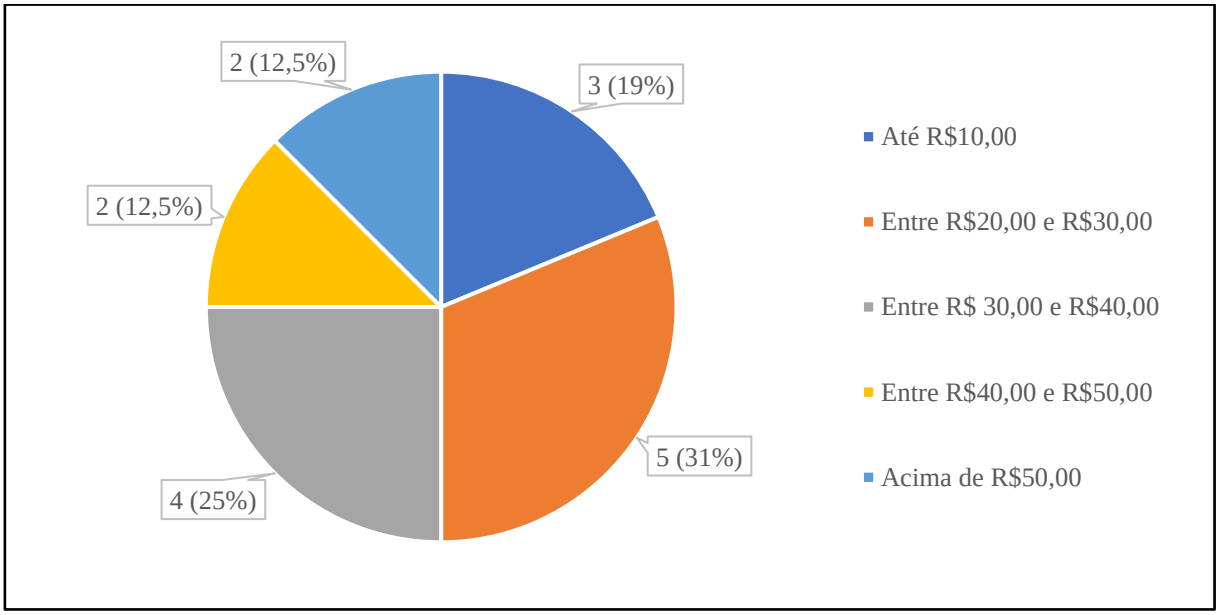
Gráfico 19 – Classificação do preço dos produtos sob a ótica dos consumidores que continuaram consumindo produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Já em relação ao gasto médio por feira, foi possível identificar uma prevalência no gasto médio de entre R$ 20,00 e R$ 30,00, uma vez que esta representa 5 dos consumidores, enquanto apenas 2 dos consumidores possuem um gasto médio acima de R$ 50,00 por feira.

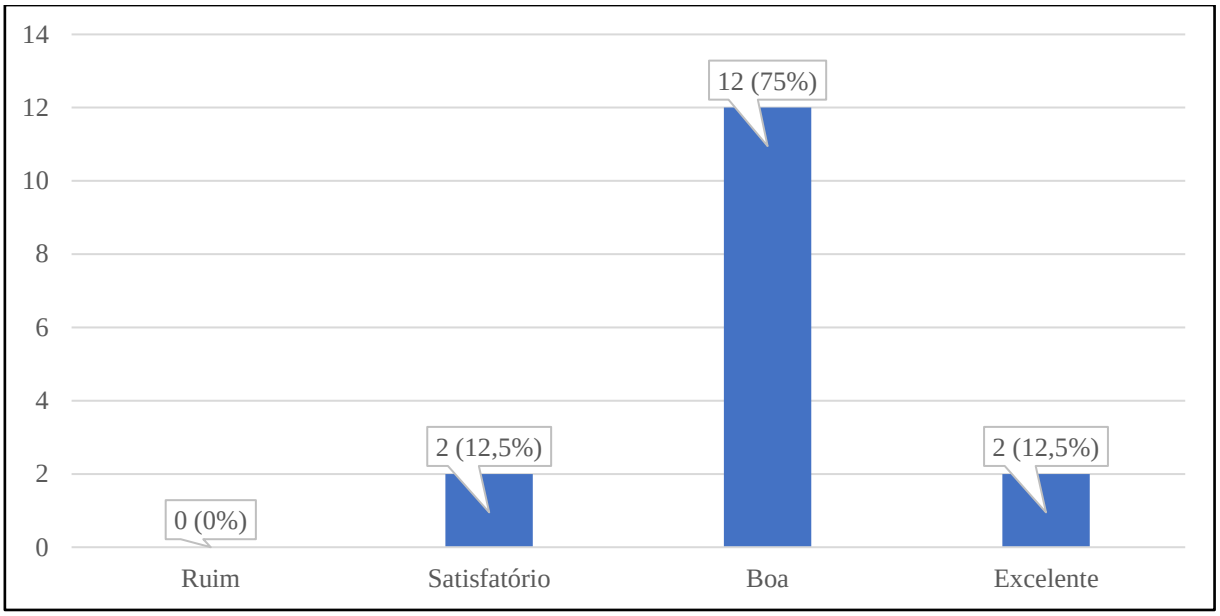
Gráfico 20 – Gasto médio por feira dos consumidores que continuaram consumindo produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Não obstante, observou-se também que em relação a classificação da feira em geral, houve uma prevalência para os consumidores que consideram a feira como boa, uma vez que esta representa a opinião de 12 dos consumidores.

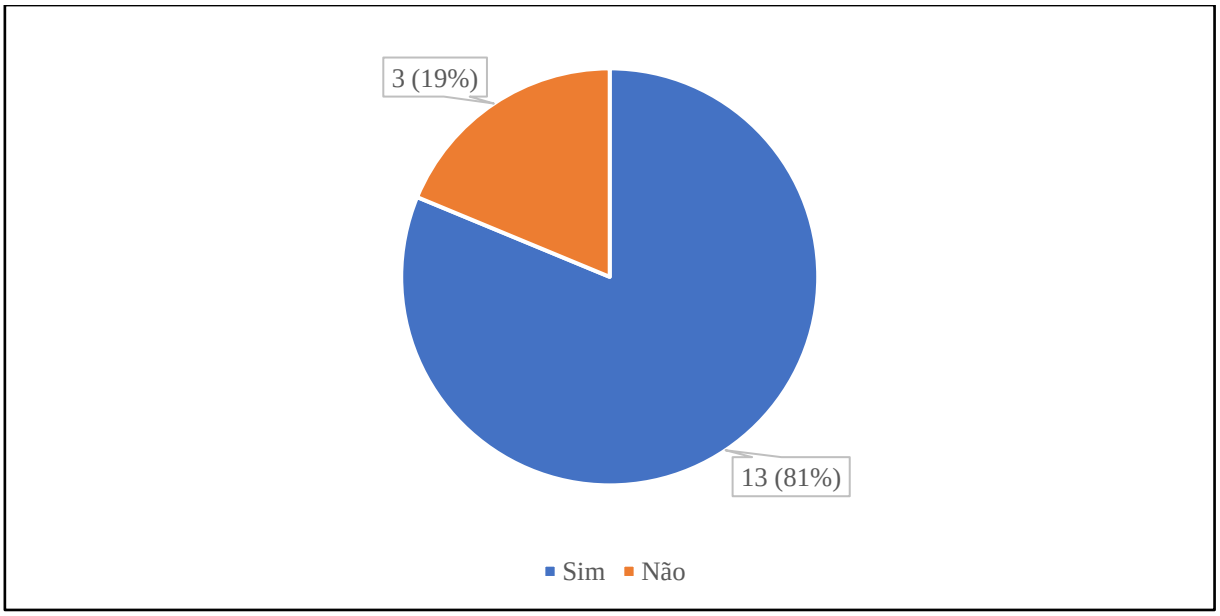
Gráfico 21 – Classificação da feira agroecológica sob a ótica dos consumidores que continuaram consumindo produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Para avaliar os possíveis impactos da pandemia ocasionados aos consumidores foram levantadas questões sobre renda, preço dos produtos, oferta e diversidade dos produtos, acesso aos produtos e hábitos alimentares. Neste sentido, no que concerne a renda destes consumidores, foi questionado se houve mudança de renda durante a pandemia, logo, pode-se identificar que 13 dos 16 consumidores que frequentam a feira agroecológica sofreram mudança de renda, enquanto apenas 3 consumidores alegaram não ter alterado a renda durante a pandemia. Dos consumidores que alegaram ter sofrido alteração na renda, 12 relataram ter sofrido uma redução, enquanto apenas 1 alegou ter aumentado a renda.

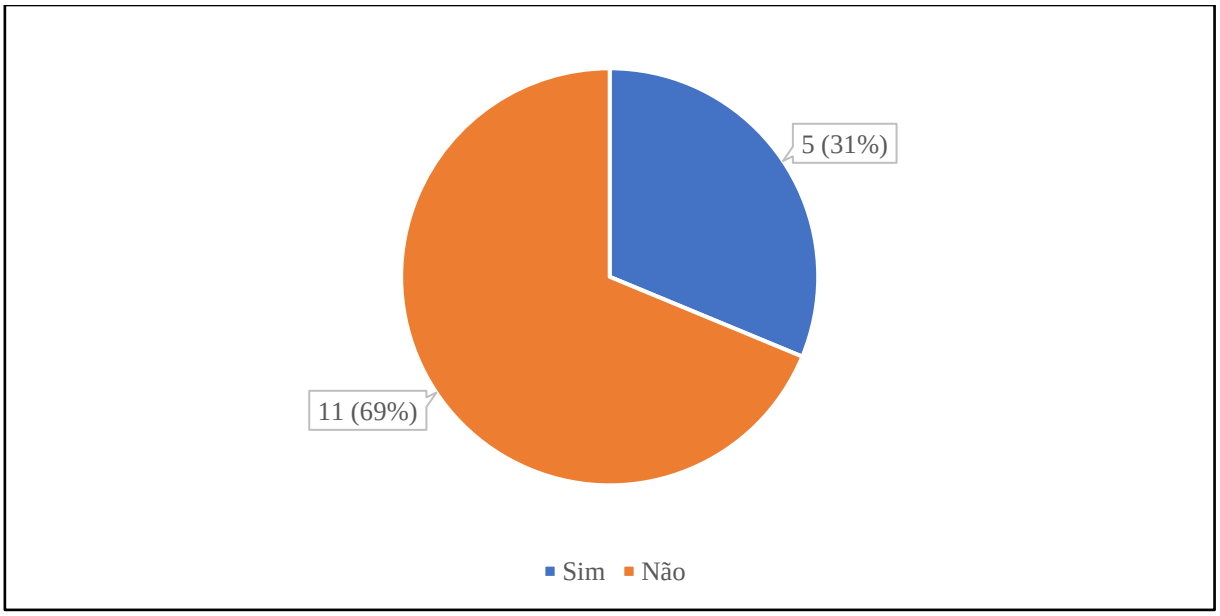
Gráfico 22 – Mudança de renda dos consumidores que continuaram consumindo produtos da Feira Agroecológica durante a pandemia de Covid-19, Ouro Branco - Alagoas, 2021



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Já em relação as mudanças de preço dos produtos comercializados na feira agroecológica, foi questionado se houve mudança de preço durante a pandemia, onde apenas 5 dos consumidores alegaram ter ocorrido uma mudança de preço, afirmando ter ocorrido um aumento nos preços dos produtos agroecológicos, no entanto, quando questionados sobre o aumento do preço dos produtos, os feirantes discorreram que não houve aumento no preço.

Gráfico 23 – Avaliação de mudança de preço dos produtos sob a ótica dos consumidores que continuaram consumindo produtos da Feira Agroecológica durante a pandemia de Covid-19, Ouro Branco - Alagoas, 2021



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No que concerne a oferta de produtos, onde foi questionado se houve uma redução na oferta destes produtos, foi possível identificar uma predominância para os consumidores que afirmam não ter ocorrido mudança na oferta dos produtos durante a pandemia, uma vez que este representa 12 dos consumidores, enquanto apenas 4 dos consumidores afirmaram ter ocorrido uma redução na oferta dos produtos. Não obstante, quando questionados sobre a redução na diversidade dos produtos, 6 dos consumidores ainda alegaram ter sofrido redução na diversidade dos produtos, enquanto 10 afirmaram que não houve redução.

No que concerne a suspensão da feira agroecológica e as dificuldades de ter acesso aos produtos, foi possível identificar que 14 dos consumidores tiveram dificuldades no acesso aos produtos, nos quais tiveram que realizar encomendas via telefone ou até mesmo se adaptar as redes sociais para realizar as encomendas, visto que os feirantes residem na zona rural do município e passaram a utilizar as redes sociais como forma de comercializar os produtos.

Já em relação a mudanças de hábito na alimentação durante a pandemia, 10 dos consumidores relataram não ter mudado os hábitos alimentares, enquanto 6 relataram ter mudado os seus hábitos, sendo que 4 dos consumidores que mudaram os hábitos alimentares passaram a consumir alimentos mais saudáveis, enquanto 2 passaram a consumir alimentos menos saudáveis.

6.2.2 Consumidores que deixaram de consumir os produtos da feira agroecológica durante a pandemia de Covid-19

No que concerne a este grupo de consumidores é importante ressaltar que de 40 consumidores aos quais responderam o questionário, 24 deixaram de frequentar a feira agroecológica, no entanto, 9 desses 24 consumidores continuaram consumindo os produtos no decorrer da pandemia durante um tempo.

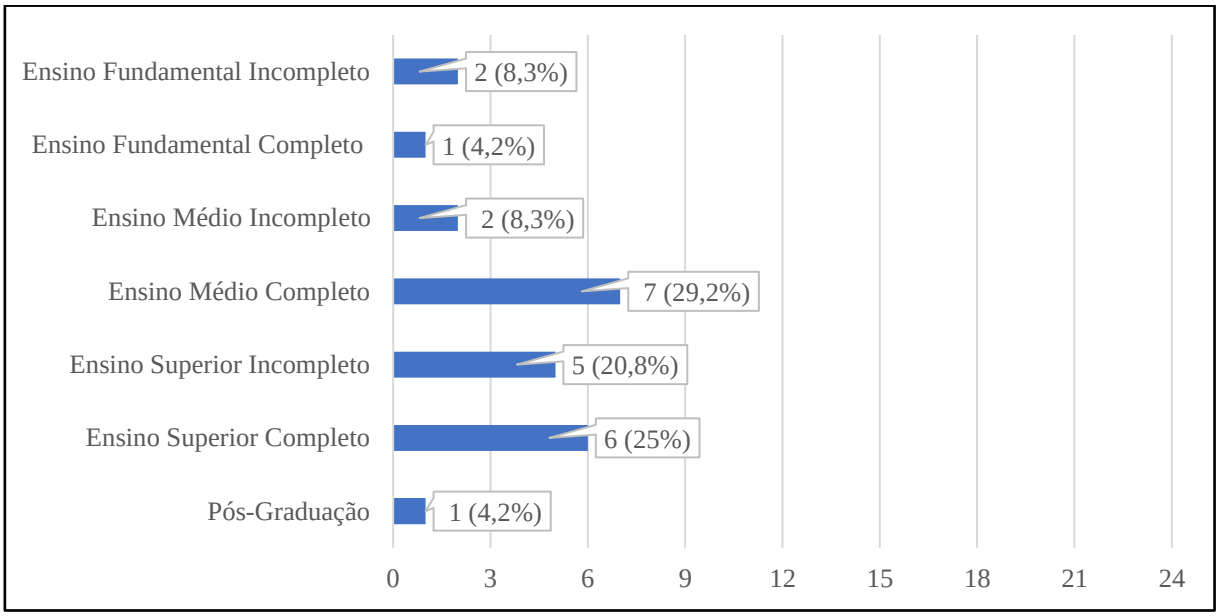
Neste sentido, além da análise do perfil socioeconômico destes consumidores, foi realizado uma análise mediante as perspectivas destes consumidores sobre os tipos de produtos consumidos, avaliação da feira quanto a diversidade, qualidade e regularidade, preço e classificação dos preços praticados, gasto médio por feira, bem como, foi realizado uma análise sobre os possíveis efeito da pandemia para os 9 consumidores que continuaram consumindo os produtos, mas que logo após passaram a consumir produtos da feira convencional.

Contudo, pode-se observar que de 24 dos consumidores que deixaram de consumir os produtos da feira agroecológica, 20 são do sexo feminino, enquanto 4 são do sexo masculino. Neste sentido, pode-se observar uma prevalência do sexo feminino em ambos grupos de

consumidores, tanto dos consumidores que continuaram consumindo os produtos da feira agroecológico, quanto dos consumidores que deixaram de consumir.

Já em relação ao nível de escolaridade, pode-se observar que para este grupo de consumidores, houve uma prevalência para o ensino médio completo, uma vez que este representa 9 dos 24 consumidores aos quais foram aplicados os questionários. Não obstante, 5 destes consumidores possuem ensino superior completo, enquanto apenas 2 possuem ensino fundamental incompleto.

Gráfico 24 – Nível de escolaridade dos consumidores que deixaram de frequentar a Feira Agroecológica Ouro Branco - Alagoas, 2021

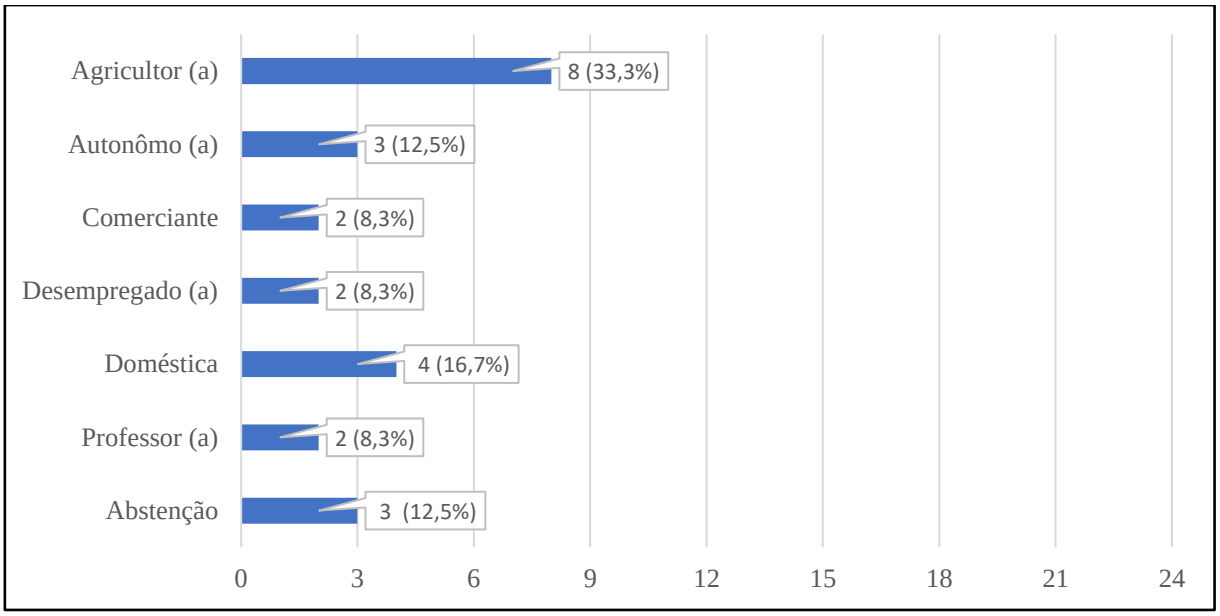


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Contudo, foi possível analisar que tanto para este grupo de consumidores quanto para os consumidores que continuaram consumindo os produtos da feira agroecológica durante a pandemia, os consumidores apresentam o mesmo nível de escolaridade, onde boa parte destes consumidores já possuem ensino médio completo, bem como, boa parte também já estão cursando ou já concluíram o ensino superior.

Em relação a ocupação, pode-se observar que 8 dos 21 consumidores que responderam esta questão possuem ocupação como agricultor, enquanto 4 possuem ocupação como doméstica e apenas 2 encontram-se desempregados.

Gráfico 25 – Ocupação dos consumidores que deixaram de frequentar a Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021

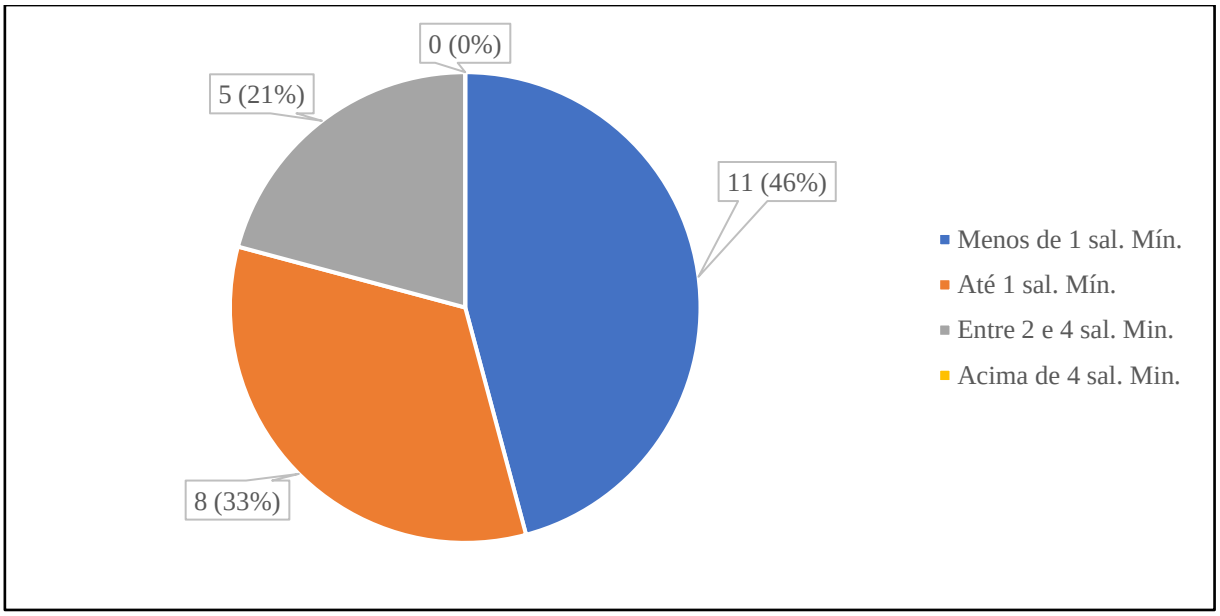


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Contudo, observou-se que, se comparado ao número de consumidores que continuaram consumindo os produtos da feira agroecológica durante a pandemia, o número de consumidores que possuem ocupação como agricultor é bem maior para o grupo de consumidores que deixaram de consumir estes produtos durante a pandemia.

Não obstante, no que concerne ao nível de renda deste grupo de consumidores, observou-se uma prevalência para o nível de renda menos de 1 salário mínimo, uma vez que 11 dos 24 consumidores possuem este nível de renda, bem como, 8 destes consumidores possuem renda de até 1 salário mínimo.

Gráfico 26 – Nível de renda dos consumidores que deixaram de consumir produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Neste sentido, constatou-se que a maioria dos consumidores de ambos os grupos (que continuaram consumindo os produtos da feira agroecológica e os que deixaram de consumir) possuem um nível de renda equivalente a menos de 1 salário mínimo ou até 1 salário mínimo, no entanto, pode-se observar que o grupo de consumidores que passaram a consumir os produtos da feira convencional possuem um maior índice de consumidores que recebem até 1 salário mínimo.

Em relação ao local de residência destes consumidores, pode-se analisar que 16 dos 24 consumidores residem na zona urbana do município, enquanto 8 residem na zona rural. Nesta perspectiva, observou-se que o número de consumidores da feira convencional que residem na zona rural, é superior ao número de consumidores que residem na zona rural da feira agroecológica.

Tabela 21 – Comparação do local de residência dos consumidores que continuaram e que deixaram de consumir produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021

	Feira Agroecológica	**Feira Convencional**
Zona Urbana	13	16
Zona Rural	3	8
TOTAL	16	24

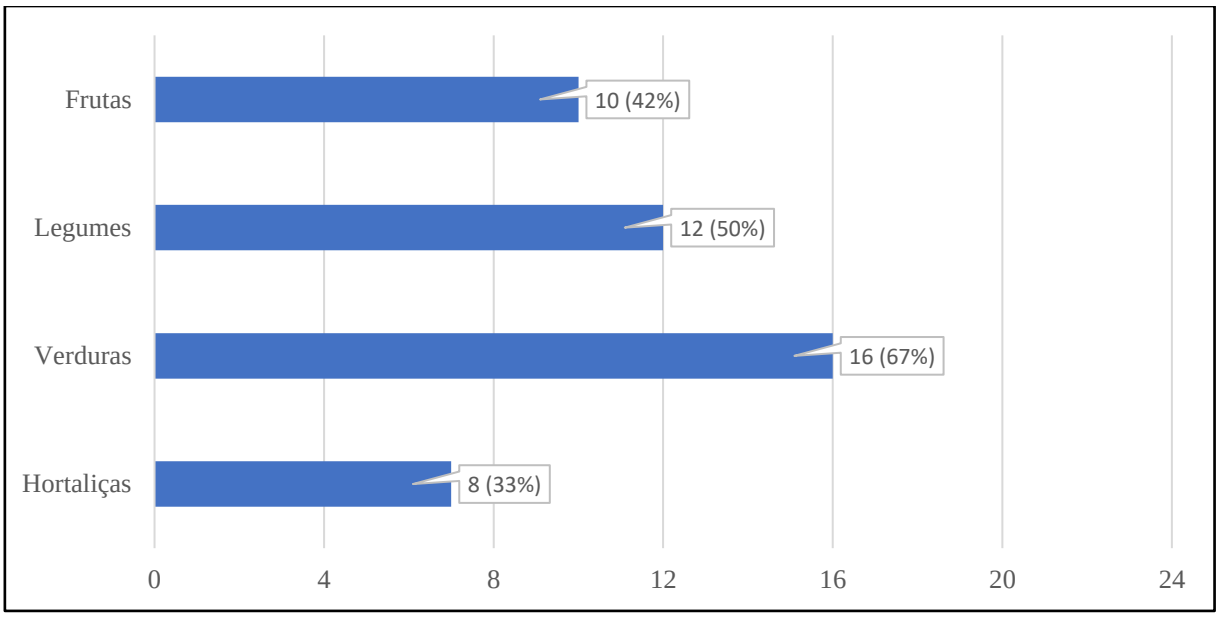
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quando questionados sobre o tipo de feira que frequentam atualmente, estes consumidores afirmaram estar frequentando a feira convencional, no entanto, 21 dos 24

consumidores afirmam já ter frequentado a feira agroecológica antes da pandemia de covid-19. Destes 21 consumidores, 9 afirmaram ter continuado consumindo os produtos da feira no decorrer da pandemia, entretanto, deixaram de consumir após um tempo, passando a frequentar a feira convencional, como citado acima.

Neste sentido, foi realizado uma análise acerca dos tipos de produtos consumidos por estes consumidores na feira agroecológica, a análise foi realizada através dos 21 consumidores, logo, foi possível identificar uma prevalência de 67% para o consumo de verduras, seguido de 50% para o consumo de legumes. Não obstante, foi possível identificar que tanto os consumidores que continuaram consumindo os produtos da feira agroecológica, bem como, os consumidores que deixaram de consumir estes produtos, possuíam um alto índice de consumo de legumes, verduras e hortaliças, sendo as frutas menos procuradas pelos consumidores, se comparado aos demais produtos.

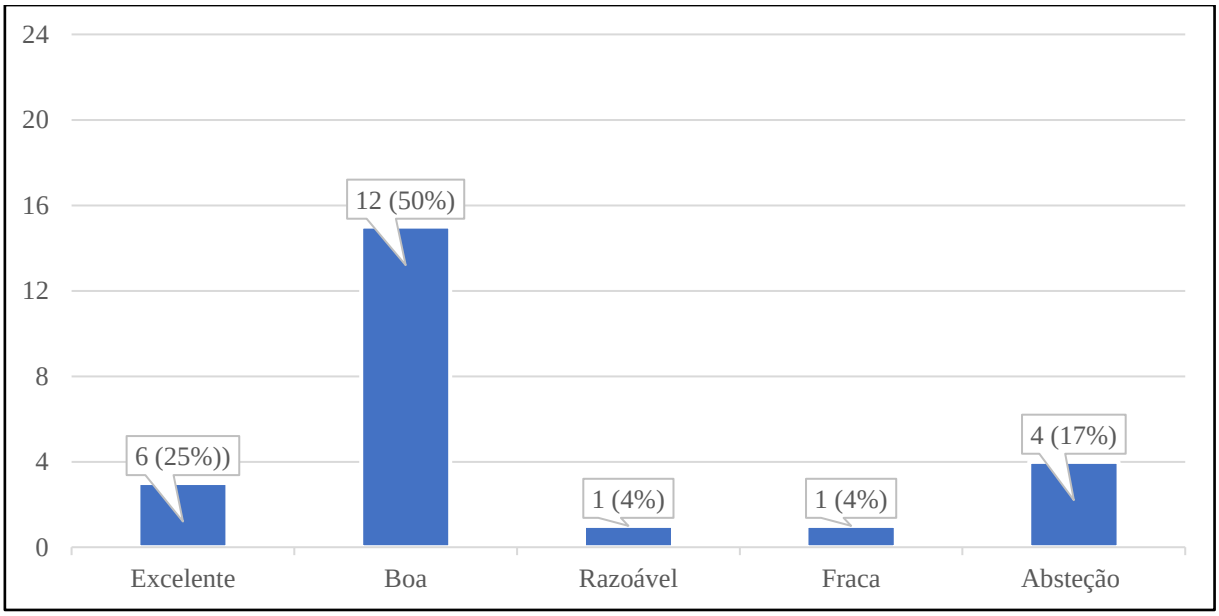
Gráfico 27 – Produtos Consumidos pelos consumidores que deixaram de consumir produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No que concerne a avaliação dos consumidores quanto a diversidade, qualidade e regularidade dos produtos, pode-se observar que houve uma predominância para os consumidores que consideram estes aspectos da feira como boa, visto que de 20 consumidores que responderam esta questão, 12 avaliaram estes aspectos como boa, enquanto 6 consideram como excelente.

Gráfico 28 – Avaliação da Feira Agroecológica sob a ótica dos consumidores que deixaram de consumir produtos da feira, Ouro Branco - Alagoas, 2021

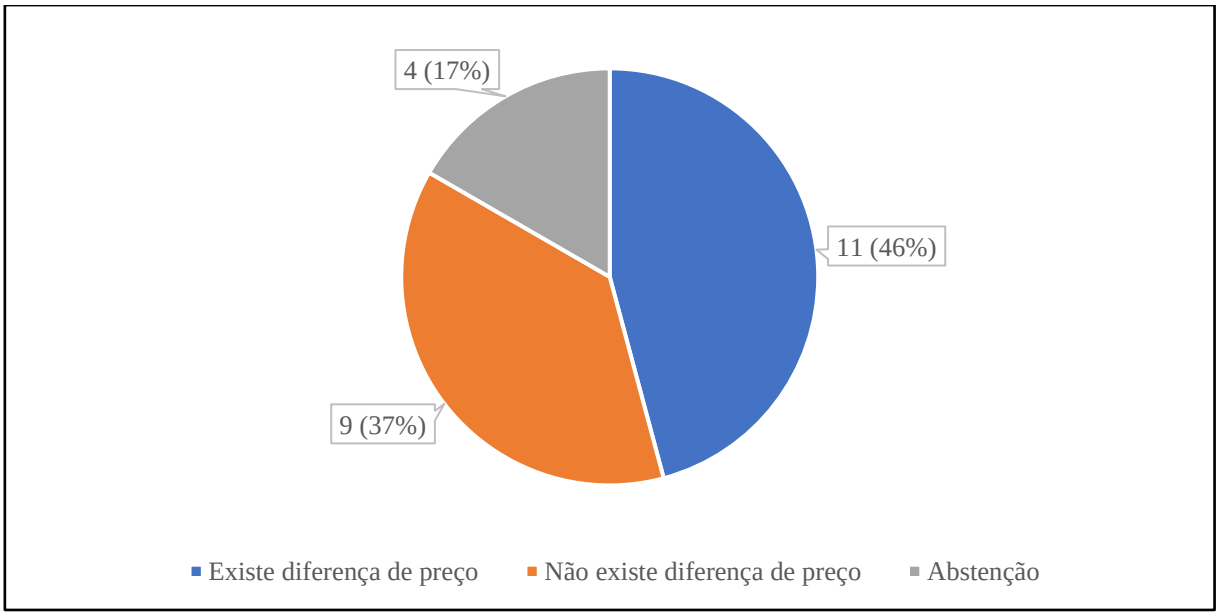


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Se comparado aos resultados dos consumidores que continuaram consumindo os produtos da feira agroecológica, pode-se observar que são opiniões bem equivalentes e que ambos os grupos de consumidores avaliados aqui consideram a diversidade, qualidade e regularidade dos produtos como “boa”, no entanto, o grupo de consumidores que passaram a consumir produtos da feira convencional apresentou um número maior para a avaliação como “excelente”.

Não obstante, em relação a diferença de preços, dos 20 consumidores que responderam, 11 relataram haver diferença de preços entre a feira agroecológica e a feira convencional e 9 relataram não haver diferença.

Gráfico 29 – Avaliação da diferença de preço entre a Feira Agroecológica e a Feira Convencional sob a ótica dos consumidores que deixaram de consumir produtos da feira, Ouro Branco - Alagoas, 2021



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Não obstante, pode-se observar que dos 11 consumidores que alegaram haver diferença de preço, 8 discorreram que os preços são mais caros, enquanto apenas 3 consideram os preços mais baratos. Contudo, foi possível identificar que esta opinião não somente diz respeito aos consumidores que atualmente não frequentam mais a feira, mas também aos consumidores que continuaram consumindo os produtos da feira agroecológica durante a pandemia.

Neste sentido, se comparado aos consumidores que continuaram consumindo os produtos durante a pandemia, pode-se analisar que ambos os grupos apresentaram um maior índice para o grupo que alegam haver diferença de preço, considerando os preços mais caros.

Tabela 22 – Avaliação do preço praticado na Feira Agroecológica e Feira Convencional sob a ótica dos consumidores que deixaram de consumir produtos da feira, Ouro Branco - Alagoas, 2021

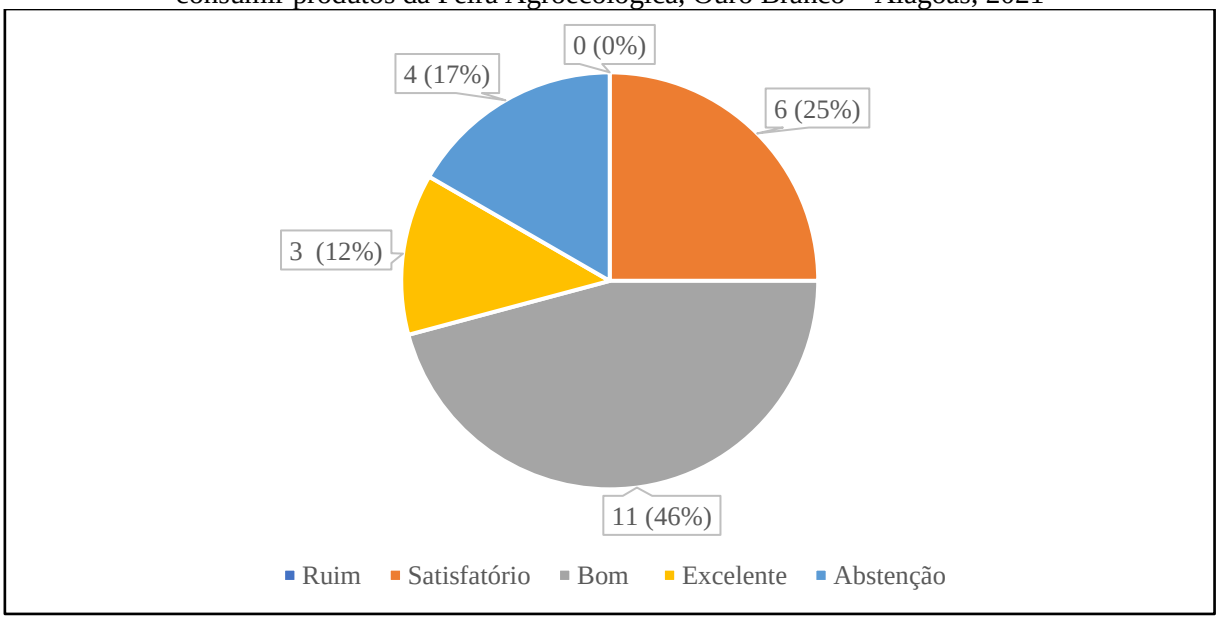
	Feira Agroecológica	**Feira Convencional**
Existe diferença de preço	14	11
Mais caro	12	8
Mais barato	2	3
Não existe diferença de preço	2	9
Abstenção	0	4

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No entanto, embora a maior parte dos consumidores considerem que existe diferença de preços entre as feiras, foi possível identificar que 6 dos 20 consumidores que

responderam consideram os preços como satisfatório e 11 como bom, neste sentido, foi possível identificar um índice maior para os consumidores que consideram os preços como bom, como podemos observar no gráfico abaixo.

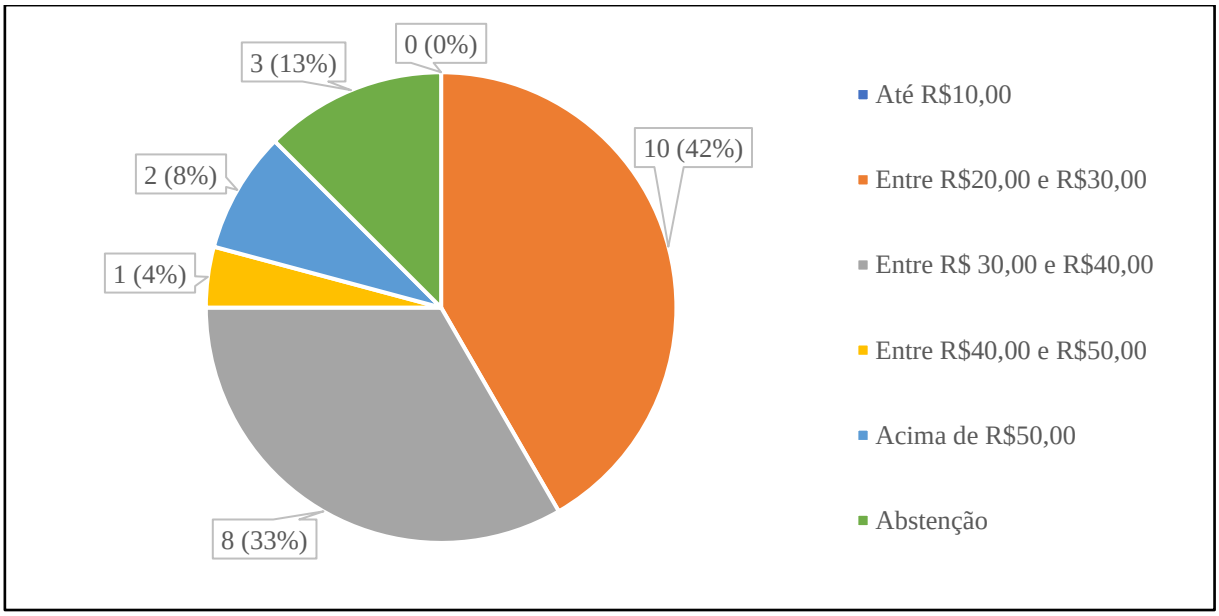
Gráfico 30 – Avaliação da classificação dos preços sob a ótica dos consumidores que deixaram de consumir produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco – Alagoas, 2021



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No que concerne ao gasto médio por feira pode-se observar que 10 dos consumidores possuem um gasto médio entre R$ 20,00 e R$ 30,00 por feira, enquanto apenas 2 dos consumidores possuem um gasto médio acima de R$ 50,00.

Gráfico 31 – Gasto médio por feira dos consumidores que deixaram de consumir produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco – Alagoas, 2021

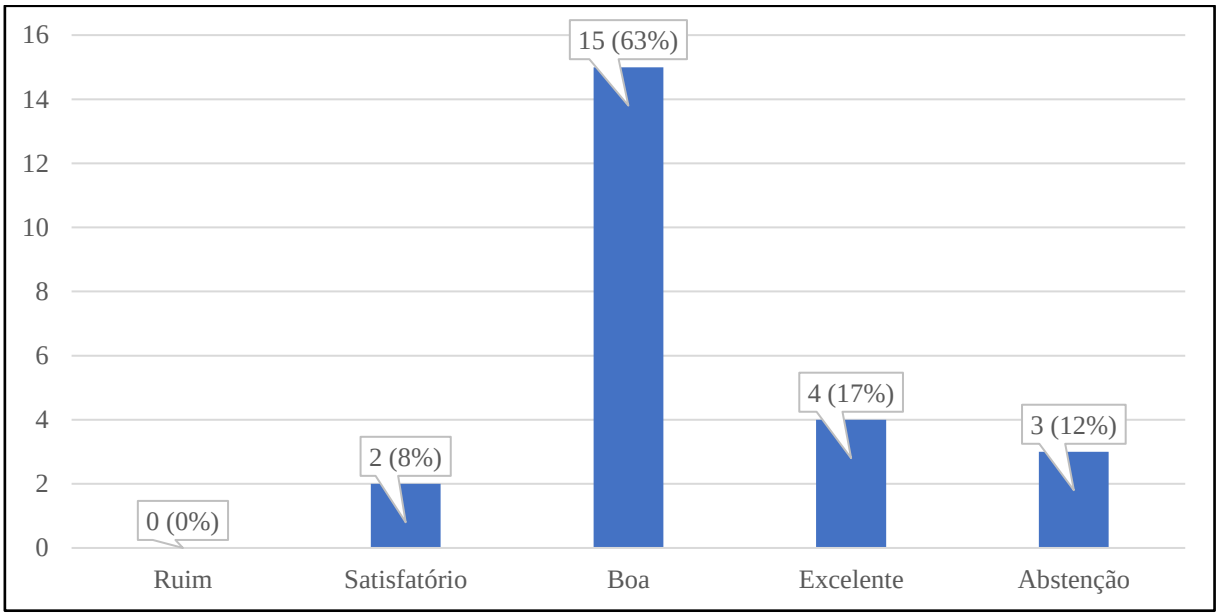


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Contudo, pode-se constatar que o gasto médio para ambos os grupos de consumidores aos quais foram aplicados os questionários varia entre R$20,00 e R$30,00 e entre R$30,00 e R$40,00 por feira.

Não obstante, foi possível identificar que em relação a classificação da feira agroecológica em geral, 15 dos 21 consumidores que responderam, consideram a feira como boa e 4 como excelente. Contudo, foi possível observar que mesmo não consumindo os produtos da feira agroecológica durante a pandemia, estes consumidores continuam considerando a feira como boa.

Gráfico 32 – Classificação da Feira Agroecológica sob a ótica dos consumidores que deixaram de consumir produtos da feira, Ouro Branco - Alagoas, 2021



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quando questionados sobre a mudança de renda durante a pandemia, 14 dos 21 consumidores afirmaram que houve uma mudança de renda, neste sentido, foi possível observar uma prevalência para os consumidores que afirmaram ter ocorrido uma redução na renda familiar, uma vez este representa 8 dos 14 consumidores, enquanto 6 afirmaram ter ocorrido um aumento na renda.

Tabela 23 - Comparação de mudança de renda dos feirantes que continuaram e dos que deixaram de consumir produtos da Feira Agroecológica, Ouro Branco - Alagoas, 2021

	Feira Agroecológica	**Feira Convencional**
Mudança de renda		
Sim	13	14
Não	3	7
Caso sim:		

Aumentou	1	6
Diminuiu	12	8

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

No entanto, quando comparado aos consumidores que continuaram consumindo os produtos da feira durante a pandemia, pode-se observar que o número de consumidores que aumentaram a renda durante a pandemia é bem superior, uma vez que os consumidores que continuaram consumindo os produtos da feira agroecológica apresentou apenas um consumidor que relatou ter aumentado a renda, enquanto 6 dos consumidores da feira convencional apresentaram aumento na renda, como podemos observar acima.

Contudo, além das questões acima, foi realizado uma análise para os 9 consumidores que continuaram consumindo os produtos da feira agroecológica no decorrer da pandemia durante um tempo, mas que logo após passaram a consumir os produtos da feira convencional. Neste sentido, foi realizado uma análise acerca dos preços, oferta e diversificação dos produtos, bem como, acesso aos produtos e hábitos alimentares durante a pandemia.

Neste sentido, no que concerne a mudança de preço durante a pandemia, os 9 consumidores afirmaram ter ocorrido mudança de preço durante a pandemia. Contudo, dos 9 consumidores que alegaram ter ocorrido mudança de preço, 8 relataram ter ocorrido um aumento e apenas 1 dos consumidores relataram ter ocorrido uma redução nos preços. Logo, comparado aos consumidores que continuaram consumindo os produtos da feira agroecológica, pode-se observar que os consumidores que estão frequentando a feira convencional atualmente apresentaram um índice maior no que concerne ao aumento do preço.

Já em relação a oferta dos produtos, 6 dos 9 consumidores afirmaram ter ocorrido uma redução na oferta, enquanto apenas 3 discorreram que não houve redução na oferta dos produtos. Não obstante, quando questionados sobre a redução na diversificação dos produtos, 8 dos consumidores discorreram que houve uma redução, enquanto apenas 1 afirmou não ter ocorrido esta redução.

Contudo, comparado aos dois grupos de consumidores, pode-se observar que os consumidores que continuaram frequentando a feira agroecológica durante a pandemia, mas que atualmente frequentam a feira convencional apresentaram maior número em relação tanto ao aumento do preço, quanto da redução na oferta e diversificação dos produtos.

Já no que concerne a dificuldade de acesso aos produtos durante a pandemia, os 9 consumidores afirmaram ter sofrido esta dificuldade, nos quais 4 relataram ter que se adaptar as redes sociais para obter os produtos e não perder contato com os produtores.

Quanto a mudança de hábitos alimentares, 7 dos 9 consumidores discorreram ter mudado os hábitos alimentares durante a pandemia, enquanto 3 não afirmaram não ter mudado seus hábitos. Neste sentido, 4 dos 7 consumidores que mudaram seus hábitos alimentares passaram a consumir alimentos mais saudáveis.

Contudo, no que concerne a este grupo de consumidores, pode-se observar que mesmo deixando de consumir os produtos agroecológicos durante a pandemia, estes consumidores também consideram a feira como boa, no entanto, observou-se que alguns consumidores também observaram diferença de preço entre os produtos da feira convencional e da feira agroecológica, onde alegaram que os produtos agroecológicos são mais caros. No entanto, ainda considerando os preços mais caros, boa parte destes consumidores consideram os preços como bom.

Já em relação aos efeitos da pandemia de covid-19, pode-se observar que durante a pandemia, mais da metade dos consumidores alegaram ter sofrido mudança de renda, onde boa parte alegou ter ocorrido uma redução em sua renda familiar, no entanto, observou-se que houve uma boa parte que alegou ter ocorrido um aumento em sua renda familiar.

No que concerne, aos consumidores que continuaram consumindo os produtos da feira agroecológica no decorrer da pandemia durante um tempo, mas que logo após passaram a consumir os produtos da feira convencional, pode-se observar que estes consumidores também observaram um aumento de preço, bem como, uma redução na oferta e diversificação dos produtos fornecidos. Além disso, os consumidores também apresentaram dificuldade em ter acesso aos produtos da feira, o que, consequentemente, pode ter contribuído para que migrassem para a feira convencional.

Em relação a mudança de hábito alimentares, boa parte destes consumidores alegaram ter mudado seus hábitos alimentares, onde foi possível observar que metade destes consumidores passaram a consumir alimentos mais saudáveis.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, no que concerne a análise realizada acerca dos feirantes da feira agroecológica do município de Ouro Branco, Alagoas, pode-se observar, de um modo geral, a importância da agroecologia para estes agricultores/feirantes, no entanto, também foi possível identificar os diversos desafios enfrentados por eles. Neste sentido, este trabalho buscou avaliar os possíveis impactos da pandemia de covid-19 na vida destes agricultores/feirantes e na comercialização dos produtos por eles fornecidos, onde foi possível identificar que a suspensão da feira agroecológica durante a pandemia enfatizou ainda mais estes desafios, sobretudo no que concerne a comercialização dos seus produtos.

Logo, foi possível analisar que a pandemia de covid-19 ocasionou alguns impactos a estes feirantes, uma vez que, devido a suspensão das feiras, os agricultores/feirantes perderam a sua principal fonte de renda e comercialização, no qual tiveram que utilizar novas ferramentas para escoar a produção e, sobretudo, contando com um número bastante reduzido de consumidores. Assim, embora os agricultores/feirantes tenham discorrido que a pandemia não ocasionou impacto no preço, foi possível identificar que a quantidade ofertada, bem como, a diversidade dos produtos reduziu consideravelmente e isso, consequentemente, ocasionou uma redução na renda média mensal destes feirantes, já que a feira era considerada a sua principal fonte de renda.

Contudo, como citado acima, os feirantes tiveram que se adaptar a novas formas de comercialização para escoar a produção, utilizando, assim, as redes sociais. No entanto, este é ainda um grande desafio, já que os feirantes residem na zona rural do município e possuem dificuldade em transportar as mercadorias e limitações quanto ao acesso a internet.

Já em relação aos consumidores, ao analisar as respostas dos questionários, torna-se perceptível que a pandemia de covid-19 ocasionou alguns impactos, visto que 60% dos entrevistados deixaram de consumir os produtos agroecológicos durante a pandemia, passando a consumir os produtos convencionais comercializados no município, uma vez que mediante a suspensão da feira, os consumidores tiveram dificuldade em manter contato com os produtores/feirantes.

Não obstante, pode-se identificar que estes consumidores enfrentaram dificuldade para ter acesso aos produtos, tendo também que se adaptaram as redes sociais para realizar as encomendas aos feirantes. Além disso, foi possível identificar também que, embora os feirantes tenham alegado não ter ocorrido mudança de preço, grande parte dos consumidores afirmaram ter observado aumento no preço, além de uma redução na oferta e na diversificação dos

produtos fornecidos. Também foi possível identificar que mais da metade dos consumidores afirmaram ter sofrido uma redução na renda média mensal.

Neste sentido, tendo em vista a dificuldade em manter contato com os produtores/feirantes, fica uma dúvida que não foi sanada na pesquisa, o por que de não ampliar o acesso ao espaço virtual como forma de comercialização? Visto que mediante a suspensão da feira, o espaço virtual passou a ser uma ferramenta de comercialização. Contudo, sabe-se que a na região existem empecilhos com relação ao acesso as redes sociais, bem como, redes de internet, visto que estes agricultores/feirantes residem na zona rural do município.

Outra observação importante concerne tanto a mudança de preço, a redução na oferta e diversificação do produto, quanto as dificuldades em manter contato com os produtores/feirante, o que, consequentemente, pode ter contribuído de alguma forma para que os consumidores tenham migrado da feira agroecológica para outros pontos de vendas de produtos convencionais, uma vez que estes consumidores tinham acesso aos produtos convencionais com mais facilidade.

No que concerne ao aumento do preço, foi levantado algumas hipóteses, visto que esta questão gerou dualidade, já que boa parte dos consumidores alegaram haver aumento de preço, enquanto os agricultores/feirantes alegaram que não houve esse aumento, assim, uma das hipóteses é que se acredita que os consumidores da feira agroecológica podem ter comparado o preço com os produtos convencionais, por ter ocorrido um aumento no preço desses produtos e, acredita-se que devido a dificuldade de manter contato com os agricultores/feirantes da feira agroecológica, estes consumidores podem ter continuado consumindo os produtos da feira agroecológica, mas em algum momento consumiu também os produtos convencionais, o que pode, consequentemente, ter ocasionado essa divergência.

Em suma, diante destas análises, torna-se perceptível que a pandemia de covid-19 ocasionou impactos tanto para os agricultores/feirantes, quanto para os consumidores da feira agroecológica. No entanto, apesar dos impactos e apesar de a feira agroecológica não ser tão difundida e conhecida pela população, pode-se observar através dos questionários aplicados tanto aos consumidores que continuaram frequentando a feira durante a pandemia, quanto aqueles que deixaram de frequentar, que a classificação da feira variando como “boa”, “satisfatória” e “excelente”, mostra que existe uma relevante parcela da população que já está conscientizada quanto aos produtos agroecológicos e, seja por buscar uma alimentação saudável ou por se preocupar com a natureza, entendem que os alimentos agroecológicos têm maior qualidade que os convencionais.

Não obstante, foi possível identificar que a maior parte dos consumidores consideram o preço dos produtos agroecológicos mais caros que os preços dos produtos convencionais, no entanto, os consumidores avaliaram os preços como “bom”, “satisfatório” e “excelente”, o que nos leva a entender que mesmo considerando os preços mais caros, os mesmos compreendem que os produtos agroecológicos possuem maior qualidade que os convencionais, o que, de fato, valoriza o preço dos produtos.

Desta forma, apesar dos desafios e dificuldades que estes agricultores/feirantes enfrentam, bem como, apesar dos impactos ocasionados pela covid-19 a estes feirantes e aos consumidores, a feira agroecológica enfatiza a importância da integração entre os diversos agricultores que permite uma consolidação de suas práticas, bem como, a perpetuação dos conhecimentos adquiridos, demonstrando, assim, o fortalecimento econômico das famílias que vivem no campo e que garantem a soberania alimentar para os habitantes da cidade e do campo.

Logo, tendo em vista os impactos ocasionados pela covid-19, ainda que os agricultores/feirantes tenham se sentido prejudicados, estes impactos ressaltam alguns pontos importantes aos quais poderiam ser analisados e até mesmo utilizados a favor destes feirantes (mesmo com as limitações que eles possuem e os desafios que enfrentam), como por exemplo, a ampliação do espaço virtual para comercialização dos produtos, uma vez que mesmo sendo algo novo para estes feirantes, é um ponto a ser explorado e difundido, já que as redes sociais tem se tornado cada vez mais presente na vida das pessoas, o que consequentemente, ampliaria a sua rede de consumidores.

REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Ouro Branco, AL**. [S.l., 2010?]. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/perfil/municipio/270610. Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. Portal da tranparância. Controladoria Geral da União. **Ouro Branco / AL**. [Brasília, DF, 202-]. Disponível em: http://www.portaltransparencia.gov.br/localidades/2706109-ouro-branco. Acesso em: 11 ago 2020.

COLETI, Jamile de Campos; LIMA, Dag Mendonça. Covid-19: problemas logísticos ameaçam abastecimento alimentar. **Brasil Debate**, [S.l.], 5 maio 2020. Disponível em: https://brasildebate.com.br/covid-19-problemas-logisticos-ameacam-abastecimento-alimentar/. Acesso em: 17 de ago. 2020.

CORONAVÍRUS: por que a pandemia pode levar a crise de abastecimento de comida. **Portal G1**. Globo, [S.l.], 7 jul. 2020. Bem-Estar. Disponível em: https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/07/coronavirus-por-que-a-pandemia-pode-levar-a-crise-de-abastecimento-de-comida.ghtml. Acesso em: 7 ago. 2020.

COSTA, Narithania de Souza. **Prevalência e fatores associados à insegurança alimentar e nutricional.** 2016. 83 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Nutrição. Programa de Pós-Graduação em Nutrição. Maceió, 2016. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/1486/1/Prevalencia%20e%20fatores%20associados%20a%20inseguranca%20alimentar%20e%20nutricional.pdf. Acesso em: 5 ago. 2020.

ENTENDA OS impactos do avanço do coronavírus na economia global e brasileira. **Portal G1**. [S.l.], 26 fev. 2020. Economia. Disponível: https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/02/26/entenda-os-impactos-do-avanco-do-coronavirus-na-economia-global-e-brasileira.ghtml. Acesso em: 7 ago. 2020.

GRUBER, Arthur. Covid-19: o que se sabe sobre a origem da doença**. Jornal da USP**, São Paulo, 14 abr. 2020. Disponível em: https://jornal.usp.br/artigos/covid2-o-que-se-sabe-sobre-a-origem-da-doenca/. Acesso em: 5 ago. 2020.

IBGE [Cidades: Ouro Branco, Alagoas]. *In:* IBGE. **Produção da pecuária municipal 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/ouro-branco/pesquisa/18/16459?ano=2017. Acesso em: 11 de agosto de 2020.

IBGE. [Cidades: Ouro Branco, Alagoas]. *In:* IBGE. **Produção da pecuária municipal 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/ouro-branco/pesquisa/18/16459. Acesso em: 11 ago. 2020.

IBGE. [Cidades: Ouro Branco, Alagoas]. *In:* IBGE. **Produção da pecuária municipal 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/ouro-branco/pesquisa/18/16459. Acesso em: 11 ago. 2020.

IBGE. [Cidades: Ouro Branco, Alagoas]. *In:* IBGE. **Produção agrícola municipal 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/ouro-branco/pesquisa/15/11863?ano=2014. Acesso em: 8 de ago. 2020.

IBGE. [Cidades: Ouro Branco, Alagoas]. *In:* IBGE. **Produção agrícola municipal 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/ouro-branco/pesquisa/15/11863?ano=2015. Acesso em: 8 de ago. de 2020.

IBGE. [Cidades: Ouro Branco, Alagoas]. *In:* IBGE. **Produção agrícola municipal 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/ouro-branco/pesquisa/15/11863?ano=2016. Acesso em: 8 ago. 2020.

IBGE. [Cidades: Ouro Branco, Alagoas]. *In:* IBGE. **Produção da pecuária municipal 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/ouro-branco/pesquisa/18/16459?ano=2015. Acesso em: 11 de agosto de 2020.

IBGE. [Cidades: Ouro Branco, Alagoas]. *In:* IBGE. **Produção da pecuária municipal 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/ouro-branco/pesquisa/18/16459?ano=2016. Acesso em: 11 ago.2020

IBGE. [Cidades: Ouro Branco, Alagoas]. *In*: IBGE. **Censo Demográfico 2010, Área territorial brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/ouro-branco/panorama. Acesso em: 21 jul. 2020.

IBGE. [Cidades: Ouro Branco, Alagoas]. *In:* IBGE. **Produção agrícola municipal 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/ouro-branco/pesquisa/15/11863?ano=2011. Acesso em: 8 ago. 2020.

IBGE. [Cidades: Ouro Branco, Alagoas]. *In:* IBGE. **Produção agrícola municipal 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/ouro-branco/pesquisa/15/11863?ano=2012. Acesso em: 8 ago. 2020.

IBGE. [Cidades: Ouro Branco, Alagoas]. *In:* IBGE. **Produção agrícola municipal 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/ouro-branco/pesquisa/15/11863?ano=2013. Acesso em: 8 ago. 2020.

IBGE. [Cidades: Ouro Branco, Alagoas]. *In*: MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde. **Taxa de mortalidade infantil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/ouro-branco/pesquisa/39/30279?tipo=grafico. Acesso em: 17 ago. 2020.

IBGE. [Educação: Ouro Branco, Alagoas] *In:* IBGE. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE**,** 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/ouro-branco/panorama. Acesso em: 21 jul. 2020.

IBGE. [Taxa de mortalidade infantil: Ouro Branco, Alagoas, 2017]. *In:* BRASIL. Ministério da Saúde. **Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde**. [Brasília, DF]: DATASUS, 2017. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/ouro-branco/pesquisa/39/30279?ano=2017. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

IBGE. Amostra: rendimento. *In*: IBGE. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/ouro-branco/pesquisa/23/22787?detalhes=true. Acesso em: 11 ago. 2020.

IBGE. Cidades. *In:* IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pesquisa/47/48940. Acesso em: 20 ago. 2020.

IBGE. Indicadores de empresas. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://covid19.ibge.gov.br/pulso-empresa/. Acesso em: 05 ago. 2020.

IBGE. Índice de Gini. *In*: IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/10070/64506?ano=2018. Acesso em: 20 ago. 2020.

IBGE. População. *In*: IBGE. **Censo demográfico**, Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/ouro-branco/panorama. Acesso em: 11 ago. 2020.

IBGE. Rendimento real efetivo domiciliar per capita 2018. *In:* IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pesquisa/45/82120?ano=2018&localidade1=0. Acesso em: 20 ago. 2020.

IBGE. Rendimento real efetivo domiciliar per capita 2019. *In:* IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. IBGE: Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pesquisa/45/82120?ano=2018&localidade1=0. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

IBGE. Segurança alimentar e nutricional. *In*: IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Rio de Jneiro: IBGE, 2013. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/pesquisa/44/47044?ano=2013&localidade1=0. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

IBGE. Séries históricas. *In:* IBGE. **Pesquisa mensal de comércio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9227-pesquisa-mensal-de-comercio.html?=&t=series-historicas. Acesso em: 5 ago. 2020.

IBGE. Taxa de desocupação. *In:* IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego. Acesso em: 17 ago. 2020.

IBGE. Trabalho infantil. *In:* IGBE. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/ouro-branco/pesquisa/23/23226?detalhes=true. Acesso em: 11 ago. 2020.

IBGE. Trabalho. *In:* IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/ouro-branco/pesquisa/23/22957?detalhes=true. Acesso em: 11 ago. 2020.

IBGE. Trabalho. *In:* IBGE**. Pesquisa nacional por amostra de domicílios COVID-19**. Rio de Janeiro: IBGE. jul., 2020. Disponível em: https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php. Acesso em: 17 ago. 2020.

IBGE; Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus. [Ouro Branco, Alagoas]. *In*: IBGE; Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus. **Produto interno bruto dos municípios**. IBGE: Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/ouro-branco/pesquisa/38/46996?tipo=grafico&indicador=47001. Acesso em: 11 ago. 2020.

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL. **Ouro Branco – AL**: ano 2010. Rio de Janeiro: FIRJAN, [20--]. Disponível em: https://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=AL&IdCidade=270610&Indicador=1&Ano=2010. Acesso em: 12 ago. 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Os efeitos da pandemia sobre os rendimentos do trabalho e o impacto do auxílio emergencial: os resultados dos microdados da PNAD Covid-19 de junho. Carta de Conjuntura, n. 48: Mercado de Trabalho, jul. 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200826_cc48_resultados_pnda_julho.pdf. Acesso em: 07 de ago. 2020.

JAIME, Patrícia Constante. Pandemia de Covid-19: implicações para (in)segurança alimentar e nutricional. **Ciência e Saúde Coletiva,** Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 2504, 8 jul. 2020. Disponível em: https://scielosp.org/article/csc/2020.v25n7/2504-2504/pt/. Acesso em: 18 ago. 2020.

LEÃO, Marília (org). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013. 263 p. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf. Aceso em: 20 ago. 2020.

O'LOIOLA, Valéria de; MARTINS, Harrison A. A Importância da feira de economia solidária e agroecologia (FEISOL) como alternativa para a comercialização de produtos oriundos da Agricultura Camponesa em Cáceres-MT. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8; SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9, 2017, Curitiba. **Anais** [...]. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt18_1506852765_arquivo_valeria_artigofinal_singa2017.pdf. Acesso em: 16 set. 2020.

OLIVEIRA, Juliana Souza. et al. Insegurança Alimentar e estado nutricional de crianças de São João do Tigre, no semi-árido do Nordeste. **Scielo Saúde Pública.** Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 12, n.3, p. 413-423, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepid/a/h777tTCsFr5HZnmw9ssztVJ/?lang=pt. Acesso em: 06 ago. 2020.

ONU E OMC alertam para risco de escassez de alimentos por crise do Corona Vírus. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 1 abr. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/onu-e-omc-alertam-para-risco-de-escassez-de-alimentos-por-crise-do-coronavirus.shtml. Acesso em: 6 ago. 2020.

PEREIRA SILVA, Sandro. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional:** projetos, descontinuidades e consolidação**.** Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, abr., 2014. (Textos para discusão, n. 1953, abr. 2014.).

PNUD. **Índice de desenvolvimento humano**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/ouro-branco/pesquisa/37/30255?tipo=ranking. Acesso em: 11 de agosto de 2020.

SILVA FILHO, Olívio José da; GOMES JÚNIOR, Newton Narciso. O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e COVID-19. **Caderno da Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5 p. 1-4, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2020000500506. Acesso em: 4 ago. 2020.

SILVA, Rita de Cássia Ribeiro. *et al*. Implicações da pandemia COVID-19 para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, p. 3421-3430, jun. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/mFBrPHcbPdQCPdsJYN4ncLy/?lang=pt. Acesso em: 20 nov. 2020.

SÍNTESE dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida de vida da população Brasileira 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 134 p. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 40). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

VALADARES, Alexandre Arbex, et al. **Nota técnica n. 69 de abril de 2020**. Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do COVID-19: uma abordagem das ações públicas emergenciais. Rio de Janeiro: IPEA, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200508_nt_disoc_n_69_web.pdf. Acesso em: 6 ago. 2020.

APÊNDICE A – Questionários feirantes

1.1 Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino
1.2 Quantas pessoas moram em sua residência? ( ) 1 a 2; ( ) 3 a 4; ( ) 5 a 6; ( ) acima de 6.
1.3 Escolaridade: ( ) Alfabetizado ( ) Fundamental Incompleto ( ) Fundamental Completo ( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Médio Completo ( ) Superior Incompleto ( ) Superior Completo
1.4 Mora em casa própria: ( ) não; ( ) sim.
1.5 Qual a sua renda mensal? ( ) Menos de 1 salário mínimo ( ) Até 1 salário mínimo ( ) Entre 2 e 4 salários mínimos ( ) Mais de 4 salários mínimos
1.6 Recebe algum benefício governamental? ( ) não; ( ) sim. Se sim, qual é o benefício? _____
2.1 Quais os produtos que você vende na feira? ( ) Frutas ( ) Legumes ( ) Hortaliças ( ) Verduras ( ) Outros.
2.2 Há quanto tempo você vende na feira? _____
2.3 Qual a renda média mensal familiar obtida antes de comercializar seus produtos na feira: ( ) Menos de 1 salário mínimo ( ) Até 1 salário mínimo ( ) Entre 2 a 4 salários mínimos ( ) Mais de 4 salários mínimos
2.4 Qual a renda média mensal familiar obtida depois de passar a comercializar seus produtos na feira: ( ) Menos de 1 salário mínimo ( ) Até 1 salário mínimo ( ) Entre 2 a 7 salários mínimos ( ) Mais de 4 salários mínimos
2.5 Você produzia produtos orgânicos antes de participar da feira? ( ) não; ( ) sim.
2.6 Caso a resposta anterior seja afirmativa, em média, qual valor você produzia por mês em produtos orgânicos antes de comercializar seus produtos na feira? _____
2.7 Em média, qual valor você produz por mês em produtos orgânicos depois que passou a comercializar seus produtos na feira? _____
2.8 Utilizou crédito ou outra forma de financiamento para comercializar seus produtos na feira? ( ) não; ( ) sim.
2.9 Atualmente, além da comercialização de seus produtos na feira, possui alguma outra atividade rentável? ( ) não; ( ) sim. Caso a resposta seja afirmativa, quais essas atividades geradoras de renda? ( ) Agricultura Convencional ( ) Comércio ( ) Prestação de serviços ( ) Transferência Governamentais ( ) Outra, especifique _____

2.10 Em sua concepção, como pode ser considerada a feira agroecológica do município de Ouro Branco – AL? ( ) ótima; ( ) boa; ( ) regular; ( ) péssima.
2.11 Quais os benefícios gerados pela feira agroecológica? _____ _____
2.12 Quais dificuldades principais enfrentadas? ( ) Transporte de mercadoria ( ) Conhecimento Técnico ( ) Apoio Governamental ( ) Falta de compradores ( ) Outra, especifique: _____ _____
2.13 Além da comercialização na feira agroecológica, você utiliza de outros meios de comercialização? ( ) não; ( ) sim. Caso a resposta seja afirmativa, qual seria? _____
2.14 Mediante pandemia de Covid-19, houve dificuldade de comercializar os produtos? ( ) não; ( ) sim.
2.15 Houve mudanças no número de consumidores? ( ) não; ( ) sim. Em caso afirmativo, o fluxo de consumidores: ( ) Diminuiu ( ) Aumentou
2.16 Houveram mudanças nos preços dos produtos? ( ) não; ( ) sim. Em caso afirmativo, os preços: ( ) Diminuíram ( ) Aumentaram
2.17 Houveram mudanças na quantidade comercializada? ( ) não; ( ) sim. Em caso afirmativo, a quantidade comercializada: ( ) diminuiu; ( ) aumentou.
2.18 Em relação a quantidade produzida durante a pandemia: ( ) Diminuiu ( ) Aumentou ( ) Continuou no mesmo padrão de produção.
2.19 Quais as principais dificuldades enfrentadas para comercializar os produtos durante a pandemia? Especifique: _____ _____ _____
2.20 Durante a pandemia, você teve que mudar a forma de comercializar os produtos? ( ) não; ( ) sim Em caso afirmativo, como fez para comercializar seus produtos? _____ _____
2.21 A suspensão da feira agroecológica prejudicou você? ( ) não; ( ) sim. Justifique: _____

APÊNDICE B – Questionários consumidores

1 Sexo: ( ) feminino; ( ) masculino.
2 Escolaridade ( ) Ensino Fundamental incompleto ( ) Ensino Fundamental completo ( ) Ensino Médio incompleto ( ) Ensino Médio completo ( ) Nível Superior incompleto ( ) Nível Superior completo
3 Ocupação: _____
4 Qual a sua renda mensal? ( ) Menos de 1 salário mínimo ( ) Até 1 salário mínimo ( ) Entre 2 e 4 salários mínimos ( ) Acima de 4 salários mínimos
5 Onde você reside no município? ( ) Zona Rural ( ) Zona Urbana
6 Você frequenta a feira: ( ) Convencional ( ) Agroecológica
7 Quais produtos você mais consome da feira agroecológica: ( ) Frutas ( ) Legumes ( ) Verduras ( ) Hortaliças
8 Em relação à avaliação dos produtos agroecológicos, quanto a qualidade, diversidade e regularidade, qual é a sua opinião? ( ) Excelente ( ) Boa ( ) Razoável ( ) Fraca
9 Em relação ao preço praticado no comércio, qual sua opinião? ( ) Não existe diferença de preço entre os produtos convencionais e orgânicos ( ) Existe diferença de preço entre os produtos convencionais e orgânicos **Caso exista diferença de preço, os preços orgânicos são:** ( ) Mais caros ( ) Mais baratos
10 Como você classifica o preço dos produtos: ( ) Ruim ( ) Satisfatório ( ) Bom ( ) Excelente
11 Qual o seu gasto médio por feira: ( ) Até R$10,00 ( ) Entre R$20,00 e R$30,00 ( ) Entre R$ 30,00 e R$40,00 ( ) Entre R$40,00 e R$50,00 ( ) Acima de R$50,00
12 Como você classifica a feira: ( ) Ruim ( ) Satisfatória ( ) Boa ( ) Excelente
13 Houve mudança de renda durante a pandemia de covid-19? ( ) não; ( ) sim. **Caso a resposta seja sim, a renda:** ( ) diminuiu; ( ) aumentou.

14 Durante a pandemia de Covid-19, continuou consumindo produtos da feira agroecológica? ( ) não; ( ) sim
15 Houve mudanças de preços durante a pandemia? ( ) não; ( ) sim. Em caso afirmativo, os preços: ( ) Diminuíram ( ) Aumentaram
16 Houve redução na oferta de produtos? ( ) não; ( ) sim.
17 Houve redução na diversificação dos produtos? ( ) não; ( ) sim.
18 A suspensão da feira agroecológica durante a pandemia de covid-19 dificultou o acesso aos produtos? ( ) não; ( ) sim. Em caso afirmativo, como você fez para obter os produtos? Justifique: _____ _____
19 Durante a pandemia você mudou seus hábitos alimentares? ( ) não; ( ) sim. Caso afirmativo, passou a consumir alimentos mais saudáveis? ( ) não; ( ) sim.